

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**JUNHO DE 2013:
O IMPACTO DAS RUAS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA**

Emilia Glück De Podestà

Goiânia
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**JUNHO DE 2013:
O IMPACTO DAS RUAS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA**

Emilia Glück De Podestà

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, sob a orientação do professor Dr. Francisco Mata Machado Tavares

Goiânia
2017

RESUMO

O objetivo deste trabalho é perquirir se a Ciência Política brasileira sofreu mudanças após os eventos de junho de 2013, ou seja, se houve alteração no número de publicações a respeito de Movimentos Sociais e se houve mudança nos referenciais teóricos. Para tanto foram pesquisados os artigos publicados nas revistas A1 que tratassesem do tema e que tivessem como autores, ao menos um deles vinculado à área de Ciência Política. Como recorte temporal foram escolhidos os períodos de 2007 a 2012 e de 2013 a 2017 (até junho).

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Junho brasileiro; Junho de 2013; mudança de referencial teórico.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate whether Brazilian Political Science has undergone changes after the events of June 2013, that is, if there has been a change in the number of publications about Social Movements and if there has been a change in theoretical references. For that, the articles published in the A1 journals that dealt with the topic and which had as authors, at least one of them linked to the area of Political Science, were searched. As a time cut, the periods from 2007 to 2012 and from 2013 to 2017 (until June) were chosen.

Key words: Social Movements; Brazilian June; June 2013; Change of theoretical reference

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA POLÍTICA	16
1.1. A convergência entre os autores estudados	17
1.2. Principais Questionamentos	20
1.3. E Ciência Política é Ciência? – O dilema da científicidade	21
1.4. E quem julga o juiz? – O dilema da autoridade	33
1.4.1. Kuhn e a circularidade do poder da autoridade científica	34
1.4.2. Bachelard e o obstáculo da visão de curto alcance	37
1.4.3. Bourdieu e a dominação dos dominados	37
1.4.4. Gramsci e a dominação natural	40
1.4.5. A responsabilidade do intelectual	42
1.5. E esse pessoal sabe do que está falando? – O dilema da primeira impressão	44
1.6. A rua define a academia ou a academia define a rua? – O dilema do contexto	49
CAPÍTULO II – TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	62
2.1. Teorias dos Movimentos Sociais	71
2.1.1. Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)	75
2.1.2. Teoria do Processo Político (TPP)	77
2.1.3. Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)	79
2.2. Por um conceito de Movimentos Sociais	81
CAPÍTULO III – DADOS	86
3.1. Dos dados pesquisados	88
3.1.1. Total de artigos publicados sobre movimentos sociais	93
3.1.2. Percentual de artigos publicados sobre movimentos sociais em relação ao total de publicações	94
3.1.3. Comparativo entre os períodos de 2007 a 2012 e 2013 a 2017	95
3.1.4. Comparativo entre médias anuais	96
3.2. Análise dos dados	97
3.2.1. A quem interessa o Paradigma?	97
3.2.2. As barreiras se romperam. E agora?	99
3.2.3. Reação rápida ou conservacionismo?	102
3.2.4. O que deve ser objeto de estudo?	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	115
Anexo I	116
Anexo II	117

INTRODUÇÃO

A História da Ciência Política é identificada, em seus primórdios, como sendo a história da Ciência Política norte-americana, onde o estudo sistemático da política já realizado pelos gregos foi alçado à condição de profissão acadêmica de forma independente de outros campos. Desta forma, o estudo das narrativas que revelam o passado desta ciência naquele país – especialmente em relação ao seu desenvolvimento – pode auxiliar no sentido de compreender as razões pelas quais uma ciência que em seu início caracterizava-se pela busca da educação política dos cidadãos empreende uma busca incessante pela científicidade.

Conforme assevera João Feres Júnior, “A Ciência Política é uma invenção americana.” (FERES JR, 2000). Segundo o autor, apesar de os estudos sistemáticos a respeito da política datarem de Platão e Aristóteles, foram os americanos que transformaram a matéria em profissão acadêmica. Estando desde o século XVIII presente em discursos políticos, a Ciência Política somente entrou no ambiente acadêmico em 1857 quando da nomeação de um catedrático em História e Ciência Política na Universidade de Columbia, vindo a consolidar-se em 1880 com a criação do primeiro departamento de Ciência Política na mesma universidade. (FERES JÚNIOR, 2000).

Após esplendoroso desenvolvimento doméstico a Ciência Política norte-americana passa a exercer influência em outros países, dentre os quais o Brasil. Segundo Maria Cecília Spina Forjaz, no Brasil o campo teria conseguido afirmar sua identidade em meados dos anos 60, com forte influência daquele país à medida em que inúmeros integrantes da geração que constituía a disciplina nacionalmente foram formados com base nas teorias importadas de lá. (FORJAZ, 1997).

Especificamente no caso brasileiro, dois fatores são considerados principais no contexto de florescimento da Ciência Política, especialmente por estimularem abordagens com viés político. O primeiro deles seria, segundo FORJAZ (2007), a assunção, por parte do Estado, de papéis distintos daqueles em que regularmente atuava e em relação aos quais as teorias até então adotadas não demonstravam capacidade de explicação. O segundo seria a politização do movimento estudantil que formou cientistas políticos que, nos anos que seguiram, foram diretamente implicados pelo Golpe Militar de 1964 (FORJAZ, 1997).

Apesar da forte influência norte-americana, a Ciência Política brasileira ainda não conta com grau de especialização acadêmica tão destacado quanto o percebido nos Estados Unidos da América – ainda que seja possível identificar atualmente avanço considerável da especialização desta ciência – o que, segundo FERES JÚNIOR (2000) seria uma vantagem dos brasileiros em relação aos norte-americanos. Importante ressaltar que já é possível identificar subáreas muito bem delimitadas na Ciência Política Brasileira, além de uma vocação acusada nas Ciências Sociais (ANPOCS, 2010), de onde se originou, de realizar periódicas autoavaliações.

Conforme assinalado por Renato Lessa, os nossos modos de falar acabam por constituir aquilo de que tratamos como temas dignos de nossa atenção. “Narrativas a respeito do campo são formas de constituição desse mesmo campo” (LESSA, 2010, p. 24). Neste sentido, a análise do que é escrito em um campo como a Ciência Política brasileira pode render evidências a respeito da forma como evolui a percepção de seus acadêmicos a respeito da disciplina e, consequentemente, como deve a mesma prosseguir dali adiante. Francisco Tavares e Ian Caetano acusam em seu trabalho aquilo que apontam como sendo um “contexto de autorreflexão vivido pela Ciência Política no Brasil” (TAVARES & OLIVEIRA, 2016). Seguindo em grande parte a bibliografia sugerida pelos autores como sendo aquela que inclui “relevantes estudos recentes que (...) debruçam-se sobre a Ciência Política Brasileira”, é possível retrilhar a história de autocrítica da disciplina no Brasil avaliando-se a produção a este respeito no século XXI.

Desta forma essa revisão bibliográfica¹ parece pertinente em um trabalho como o que se pretende nesta Dissertação à medida em que permite verificar a forma como a Ciência Política se altera ao longo do tempo, até como forma de demonstração de que é possível perceber as mudanças e antecipar tendências por meio da análise da produção acadêmica, que é exatamente o que se busca por meio da pesquisa ora desenvolvida. No caso dos textos abordados, percebe-se claramente, conforme se verá, o movimento de partida na altura de enfoques mais gerais como aspectos ideológicos a polarizarem o campo ainda em seu nascedouro e chegada, já no ano de 2016, na reavaliação do equilíbrio da produção acadêmica em relação às subáreas do campo em um claro movimento de intensificação dessa autoavaliação. A revisão da bibliografia

¹ Essa análise bibliográfica será estendida por meio do acréscimo dos artigos publicados no ano de 2016 pela ABCP sob o nome Análise da Ciência Política.

do período considerado ainda pretende demonstrar que o enfoque da pesquisa da corrente Dissertação é inédito, já que em nenhuma das autoavaliações realizadas ao longo da história da Ciência Política, a mudança de referencial teórico parece ter sido alvo de estudos, especialmente sob o prisma da suposta influência de fatores políticos sobre a academia.

Maria Cecília Spina Forjaz (1997) trata da história da Ciência Política brasileira sob o enfoque da oposição entre o grupo mineiro/carioca e os chamados paulistas. Enfatizando o caráter histórico a fim de justificar as preferências ideológicas de cada polo, delinea o nascimento do campo a partir de sua origem nas Ciências Sociais. A exposição realizada pela autora demonstra a preocupação com a distinção entre os paradigmas teóricos adotados pelo grupo da Escola Sociológica Paulista da USP, de caráter eminentemente marxista e inspiração europeia, e aqueles que passaram a ser defendidos pelo eixo Minas/Rio, que contou com investimentos e foi fortemente influenciado pelos norte-americanos. Aqui o foco da atenção são as diferenças ideológicas existentes quando do surgimento da Ciência Política como campo autônomo.

O artigo de autoria de João Feres Júnior (FERES JÚNIOR, 2000) debruça-se sobre a história da Ciência Política norte-americana a fim de demonstrar, ainda que por meio de versões distintas entre a *mainstream* e aqueles que a ela se opuseram, como uma ciência que inicialmente tinha por objetivo a educação dos cidadãos, mas enveredou por um cientificismo que terminou por afastar os cientistas políticos da política. Aqui o centro da preocupação é o arranjo institucional e os riscos das opções a este respeito quanto ao futuro do campo que, segundo o autor, deveriam ser observados no Brasil a fim de evitar incidirmos no mesmo erro.

Glaucio Ary Dillon Soares (SOARES, 2005) traz à discussão a questão dos métodos, ou melhor, da suposta falta deles, nos trabalhos acadêmicos produzidos pelos cientistas políticos brasileiros e o colonialismo teórico que ainda dominaria o campo no país. Com relação à metodologia, criticando a inicial postura daqueles que se apoiaram em métodos quantitativos reduzindo suas pesquisas a cálculos matemáticos, termina por criticar de forma ainda mais incisiva aqueles que, rejeitando essa posição inicial, abandonaram as “regressões múltiplas”, mas não procuraram se aprofundar adequadamente em métodos qualitativos. O resultado, segundo o autor, seria uma carência metodológica absoluta que teria consequências importantes, como o isolamento em relação às demais disciplinas com perda de interdisciplinaridade,

incapacidade de entender trabalhos importantes relacionados à área e perda de espaço em publicações de maior prestígio. No que tange ao colonialismo teórico, critica a adoção, em programas de cursos de graduação e pós-graduação, de autores estrangeiros que, por escreverem para realidades muito distintas daquelas observadas no Brasil, não seriam os mais adequados. Retorna ao tema da necessidade de interdisciplinaridade e da dificuldade que a incompetência metodológica impõe nesta questão. Trata da necessidade de compromisso da Ciência Política com a solução de problemas que afligem o país e propõe, ao final, o fim da barreira qualiquanti, com a integração perfeita entre eles. Apesar da amplitude de temas que termina por tratar, seu foco – conforme aponta o título do trabalho - parece ser a questão metodológica.

Fernando Baptista Leite, em julho de 2010, defende dissertação de mestrado em Sociologia em que apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a produção acadêmica em Ciência Política sob o enfoque de tratar-se, na verdade, do resultado de um “conflito entre grupos e visões de ciência política”, que identifica como sendo formado por um extremo “politicista e empírico” e outro como sendo “societalista e teórico” (LEITE, 2010, p. 107). Esses grupos, conforme discute, teriam sido formados ainda durante a construção da Ciência Política no Brasil em função das “trajetórias acadêmico-intelectuais e políticas” (LEITE, 2010, p. 107) daqueles que participaram desse processo. O cerne aqui parece ser o de, por meio da análise da produção acadêmica, discutir a influência da história da Ciência Política nas ideias ainda hoje presentes predominantemente.

Renato Lessa (2010), coordenando a área de Ciência Política em um trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – consolidado em uma obra denominada *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (ANPOCS, 2010) –, dedica-se a reconstruir a história da Ciência Política no Brasil por meio de uma “aproximação construtivista”, em que estabelece alguns marcos como o início do regime militar em 1964 e a consolidação da disciplina no país entre os anos de 1970 e 1980, além de avaliar as influências do contato com a Ciência Política norte-americana. “Entre os vários traços, há que destacar a presença de forte preocupação de ordem metodológica, com ênfase quantitativa, e um claro movimento de, para retomar o tema *embedness*, autonomização da política, com relação a outros domínios cognitivos.” (LESSA, 2010, p. 39). Para o autor, muito mais do que a influência do “behaviorismo”, teria sido o contato com os antídotos a ele opostos nos Estados Unidos,

notadamente o cientificismo que a ele se impôs e o consequente esvaziamento normativo da política, que marcaram a nova cultura que emergiu no Brasil. Ao contrário do caso norte-americano, no entanto, em que o positivismo visava a promoção da Democracia como algo factual, no Brasil, em razão do momento histórico vivido, os estudos dedicavam-se à superação do “autoritarismo” e à democracia desejada. (LESSA, 2010).

Em 2011 o autor (LESSA, 2011) retoma a análise e aprofunda o debate a respeito dos marcos identificados na Ciência Política Brasileira em seu caminho para a institucionalização da disciplina. Trabalhando a partir da distinção entre interpretação e explicação, aponta a década de 1970 como aquela em que teria havido a separação entre os “intérpretes do Brasil” e os que passaram a ser tratados como “cientistas” a partir de então. Em ambos os trabalhos do autor o cerne parece ser a busca da identidade da Ciência Política no Brasil a partir de sua reconstrução histórica.

Marcelo Sevaybricker Moreira (2012), busca estabelecer um paralelo entre a história da Ciência Política nos Estados Unidos da América e no Brasil, como forma de demonstrar as semelhanças entre os processos de formação e consolidação tanto lá quanto cá. Para ele (MOREIRA 2012), a relação entre ambas seria muito mais de influência por meio da socialização de toda uma geração de cientistas do que de colonização cultural. Essa socialização teria deixado legados, dos quais o “(...) isolamento da Teoria Política em relação às demais subáreas da Ciência Política.” (MOREIRA, 2012, p. 77) em razão do cientificismo resultante da oposição ao behaviorismo nos anos de 1950. Mais ligada à crítica da política e, consequentemente, carregada de normatividade, a Teoria Política deixou de “compor o núcleo principal dessa ciência” (MOREIRA, 2012, p. 78). O resultado teria sido, assim como nos Estados Unidos da América, a supervalorização do método em detrimento da teoria, provocando “uma hipostasia ou reificação da realidade social” (MOREIRA, 2012, p. 79) ou seja, o afastamento da disciplina do contato com a sociedade. A intenção do trabalho parece ser a de alertar para a importância do retorno do contato mais íntimo entre teoria e prática, aliando as vantagens do emprego das novas técnicas à tradição do pensamento brasileiro que em muito podem, segundo o autor, auxiliar nas análises.

Em 2013, Jairo Nicolau e Lilian Oliveira apresentam trabalho sobre a produção da Ciência Política brasileira entre os anos de 1986 a 2012 em três das revistas de maior prestígio na área

no Brasil. Iniciando com um breve histórico da evolução da Ciência Política norte-americana, concluem a primeira parte do trabalho com a constatação de que a disciplina não é, naquele país, “homogênea ou consensual”, registrando “concentração temática e metodológica” privilegiando o quantitativismo e a subárea de Política Americana em detrimento do qualitativismo e das demais subáreas (NICOLAU & OLIVEIRA, 2013, p. 4). Com relação ao Brasil, cerne da pesquisa realizada pelos autores, concluem ter havido “expressivo avanço para a disciplina” com crescimento sensível da produção acadêmica, mas ainda marcado por forte concentração temática nas áreas de “estudos das instituições políticas, o comportamento político e eleitoral”, além da predominância de metodologia quantitativista (NICOLAU & OLIVEIRA, 2013).

Em maio de 2014, Daniela Mussi apresenta trabalho com enfoque cultural em que compara a história da consolidação brasileira à norte-americana e a influência destes em relação àqueles, mas dando ênfase à não homogeneidade da absorção pelo Brasil da ideia-força (institucionalização, profissionalização e formação apolítica) da disciplina naquele país em razão, principalmente, do que chama de “desigualdade básica entre centro e periferia” e do contexto histórico em que se dá a expansão do campo profissional, qual seja, a repressão militar em 1964 (MUSSI, 2014). Chama atenção para um marco interessante que apresenta como sendo o de consolidação da Ciência Política concomitantemente à consolidação da democracia no país. O foco aqui parece ser o de marcar as especificidades do momento de consolidação da Ciência Política brasileira distinguindo-a da disciplina em outros países.

O trabalho de Danusa Marques e Carlos Augusto Mello Machado apresentado em agosto de 2014, ainda com o viés de análise a respeito da produção científica da Ciência Política, debruça-se sobre “o tratamento teórico dado ao conceito de desigualdade na academia brasileira” (MARQUES & MACHADO, 2014). A preocupação intensifica-se em grau à medida em que é buscado, para além de contabilizar trabalhos em relação a subáreas e métodos, estabelecer o tratamento dado pelos cientistas políticos à relação entre temas e argumentos e a identificação dos autores que referenciam os debates.

Em 2015, Fernando Limongi, Maria Hemínia Tavares de Almeida e Andrea Freitas apresentam artigo em que estabelecem o recorte temporal de trinta anos ao longo qual explicam de que forma a abordagem da política tornou-se predominantemente Institucionalista no Brasil (LIMONGI, *et. al.*, 2015). Apresentam ainda dados relativos à análise de artigos científicos

publicados entre os anos de 1988 e 2014 a fim de que seja possível visualizar o campo no país. Conforme asseveram os autores, a visão anteriormente baseada em fundamentos estruturais teria dominado as análises por muito tempo antes de ser substituída pela abordagem sob a ótica das instituições. O cerne do artigo parece ser o de destacar as influências domésticas para esse deslocamento, que pode ser acompanhado por meio da “mudança de rumo temática e analítica em curso” (LIMONGI, *et. al.*, 2015), ou seja, aponta para uma maior autonomização da Ciência Política em relação às fontes externas e de acordo com a realidade brasileira.

Em 2016 Francisco Tavares e Ian Caetano apresentam interessante trabalho em que, inovando em relação à forma de analisar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira, alertam para a necessidade de equilíbrio em relação às subáreas da disciplina e demonstram como os estudos a respeito de Movimentos Sociais ainda são relegados no Brasil. Propondo uma classificação alegórica, são capazes de delimitar quatro tipos de “práticas de estudo científico e institucional da política no país”, a saber, Gincana, Reunião de Condomínio, Cafeteria e Fogo no Pneu (TAVARES & OLIVEIRA, 2016). O cerne do estudo parece ser o de demonstrar como as subáreas da Ciência Política possuem a mesma importância no sentido de garantir o pleno entendimento a respeito da Política e, em especial, como a pesquisa a respeito de Movimentos Sociais pode contribuir decisivamente para seu potencial explicativo e preditivo e que, ainda assim, esses estudos são sensivelmente minoritários em relação aos demais.

Retornando ao início do texto, em que se tratou a respeito das narrativas como forma de constituição dos objetos, e depois da análise realizada em importantes trabalhos acadêmicos brasileiros, parece importante ressaltar a percepção de João Feres Júnior que, tratando da história da Ciência Política nos Estados Unidos da América, conclui que “um estudo crítico da história da Ciência Política americana deveria levar em conta não só o que foi escrito mas também o que não foi (...)” (FERES JÚNIOR, 2000). Talvez o mesmo raciocínio possa ser aplicado para a disciplina brasileira. A trilha de autoavaliação da Ciência Política, da forma como proposta por TAVARES e OLIVEIRA (2016) permite, para além de realizar o balanço do campo, abrir caminhos para novas avaliações. Uma delas talvez seja a influência que Movimentos Sociais possam exercer na academia. É o que propõe a pesquisa que ora se apresenta.

Neste sentido, a pesquisa visa responder se o Ciclo de Protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 provocou mudanças nos referenciais teóricos de produção de conhecimento científico relativo a Movimentos Sociais no campo da Ciência Política brasileira. Tendo como hipótese que estes eventos exercearam influência não só na produção a respeito do tema, mas também levaram à mudança da configuração das teorias consideradas dominantes, será realizado estudo a respeito da produção teórica brasileira relativa a Movimentos Sociais nas revistas de maior prestígio acadêmico do campo a fim de perquirir se, após os acontecimentos de junho de 2013, essa alteração ocorreu.

Mas para que essa análise seja possível e proveitosa, etapas anteriores devem ser superadas. A primeira delas talvez seja o aprofundamento do conhecimento a respeito da Ciência Política, não em relação ao que é produzido, mas em relação à sua epistemologia. Conforme acima se descreveu, muito tem sido feito no sentido de reavaliação do campo por meio de escorço histórico e de críticas a respeito de sua produção. Ocorre que o conhecimento de um campo, de forma que seja possível a análise de seu desenvolvimento e das supostas mudanças que nele possam ser reconhecidas, depende de conhecimento não apenas do que é produzido por ele, mas principalmente de aspectos como o fato de poder ser considerado ciência, de adotar paradigmas e das características de suas autoridades, bem como da forma como se organizam em defesa desse campo e das ideias que produzem. A segunda delas é a de buscar a compreensão da forma como a academia se relaciona com o mundo, ou seja, de que forma fluem as ideias entre os intelectuais e a vida política. Trata-se de desafio que possui importância significativa para a investigação que se visa levar a efeito, já que a hipótese de que eventos políticos como os de junho de 2013 no Brasil possam influenciar uma suposta mudança nos referenciais teóricos adotados por um campo supõe haver fluxo entre estes dois polos. Para a superação destas etapas foi elaborado o Capítulo I, em que, por meio de questionamentos direcionados a cada uma destas necessidades de conhecimento, foram abordados elementos de epistemologia considerados essenciais para a realização da pesquisa que se visa produzir.

Superadas as etapas previstas para o Capítulo I, passar-se-á ao Capítulo II. Aqui serão abordados elementos relativos à definição do que seriam Movimentos Sociais e de que forma as teorias manejadas a este respeito os tratam, considerando as distinções entre elas e o resultado

destas diferenças para a forma de entendimento a respeito dos eventos que os envolvem. Essa ordenação se demonstrará importante para a definição dos referenciais teóricos que estão à disposição e que podem ser adotados pela Ciência Política brasileira quando da análise de eventos como Junho de 2013. Importante ainda abordar de que forma o Junho brasileiro foi compreendido no Brasil e no mundo pelos estudiosos que a respeito dele se manifestaram. Nesta etapa as análises não se limitarão aos textos da Ciência Política, uma vez que a intenção é a de demonstrar, além da magnitude do que ocorreu – o que pode ser depreendido pela vastidão de textos produzidos a este respeito – as diferentes compreensões – por diversas vezes até antagônicas – a respeito desse evento tanto para os autores nacionais como para os estrangeiros.

No Capítulo III serão abordados os dados obtidos por meio da análise dos artigos publicados a respeito de Movimentos Sociais nos periódicos selecionados na área de ciências sociais classificados pela CAPES, nos estratos A1 da área de Ciência Política e Relações Internacionais no período de início de 2007 a junho de 2017. A primeira avaliação possível será aquela que pergunta se houve variação do número de publicações a respeito do tema comparando-se o período anterior a junho de 2013 e aquele posterior aos eventos. Com efeito, o trabalho de Tavares e Oliveira (2016) já havia acusado a menor proporção de artigos a respeito de Movimentos Sociais até o ano de 2013, podendo ser a presente Dissertação considerada um desdobramento do referido trabalho à medida em que permitirá verificar se após o Junho brasileiro, essa proporção se modificou. A segunda avaliação – que pode ser considerada principal na presente pesquisa – é aquela que visa avaliar se houve mudança nos referenciais teóricos adotados pela Ciência Política brasileira após junho de 2013. Para esta finalidade serão analisados os artigos e verificados os referenciais teóricos mais alistados pelos autores que publicaram nestas revistas, comparando-se o período de 2007 a 2013 (antes de junho) e o período de 2013 a junho de 2017. Por meio desta comparação visa-se depreender se um evento como este ocorrido no Brasil influencia a Ciência Política e de que forma, ou seja, se provoca mudanças na proporção de artigos publicados a respeito de determinado tema antes minoritário – o que poderá ser verificado por meio da análise quantitativa de publicações - e se a forma de compreensão a respeito desses eventos é modificada – o que poderá ser percebido por meio da análise qualitativa desses mesmos textos. A fim de complementar essa análise, buscar-se-á ainda

a avaliação da possível mudança proporção de artigos apresentados nos anais da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP antes de depois do junho de 2013 como forma de, utilizando-se a mesma metodologia aplicada aos artigos publicados nas revistas de maior extrato acadêmico, verificar se seria possível falar em antecipação de tendência nesses eventos em relação ao que ocorre nas ruas.

Produzidos os dados, esses serão trabalhados à luz das exposições epistemológicas realizadas no Capítulo I, buscando-se compreendê-los em relação a cada um dos questionamentos que ali foram aventados. Trabalhando-se as possibilidades de interpretação dos dados sob a égide das construções e suposições que puderam ser feitas ainda em terreno teórico, acredita-se possível a elucidação das dúvidas ou a confirmação das certezas que até aquele ponto puderam ser estabelecidas.

Em resumo, o caminho a ser percorrido na presente Dissertação é aquele que vai do (a) conhecimento mais profundo a respeito da Ciência Política – considerando seus principais questionamentos epistemológicos – (a ser realizado no Capítulo I); (b) passando pela demonstração da magnitude dos eventos ocorridos em junho de 2013 no Brasil e a investigação a respeito das principais definições a respeito de Movimentos Sociais e as teorias a respeito deles que estejam à disposição dos cientistas (a ser realizado no Capítulo II) e; (c) aportando na análise dos dados relativos às publicações a respeito de Movimentos Sociais em revistas de maior extrato acadêmico, verificando a variação de proporção em relação ao total de publicações e especialmente no que tange aos referenciais teóricos predominantes antes e depois do Junho brasileiro e confrontando esses dados com os elementos epistemológicos reunidos no Capítulo I (a ser realizado no Capítulo III).

Portanto as relações entre os Capítulos são conforme o que segue: O primeiro capítulo busca compreender profundamente o campo que visa estudar e a estabelecer os principais questionamentos a respeito dele e de sua relação com o mundo. O segundo capítulo busca demonstrar a importância do junho de 2013 e as teorias que possam ser manejadas pelos cientistas políticos em seus estudos anteriores e posteriores ao evento. O terceiro realizará a análise dos dados obtidos por meio da verificação das publicações sob a luz dos questionamentos considerados principais no Capítulo I.

A Conclusão buscará sintetizar todo o trabalho realizado e a apontar direcionamento para a questão que subjaz e perpassa todo o esforço, qual seja a de saber se a rua exerce sobre o mundo acadêmico – aqui entendido como sua elite – influência – aqui considerada como alteração nos referenciais teóricos adotados.

CAPÍTULO I – EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA POLÍTICA

Com o significado etimológico de discurso da ciência, a Epistemologia seria a Ciência que estuda a Ciência. Seria a teoria do conhecimento que busca estudar criticamente os princípios, hipóteses e resultados de determinada ciência por meio da reconstrução racional do conhecimento por ela produzido. É com esse espírito, de revisitar criticamente aspectos específicos – e intimamente ligados à investigação científica que se visa conduzir – do conhecimento produzido pela Ciência Política brasileira, que é proposto o presente capítulo.

Com efeito, conhecer a ciência que visa investigar é tarefa que deve anteceder qualquer tentativa de compreensão a respeito de suas relações com o contexto em que opera. É dizer, não é possível que se comprehenda as interações de um campo e de seus membros entre si e com o mundo sem que haja um mínimo de conhecimento a respeito do próprio campo. Neste sentido, questionamentos epistemológicos como as discussões a respeito de poder ser considerado ciência e de haver paradigmas a orientarem seus estudos, são etapas necessárias ao início dos trabalhos, já que destas conclusões derivam as exigências de desenvolvimento das pesquisas.

Em seguida, ainda no âmbito das considerações epistemológicas, interessa saber como se comportam as autoridades desse determinado campo a fim de que seja possível a seleção dos métodos mais adequados à sua análise e compreensão refinando-se a percepção em relação àquilo que deva ser entendido como normalidade e o que deva ser tratado como excepcionalidade. A forma como selecionam e tratam os problemas com que se deparam – especialmente no que tange aos mecanismos de conversão dos fatos em conhecimentos – interessa à medida em que se entenda que a definição dos objetos de interesse e a maneira como são tratados são parte essencial da própria definição de um campo.

Por fim resta ainda perquirir a respeito da existência e direção dos fluxos entre a academia e o mundo, de forma que as influências e as possíveis mudanças que delas decorram possam ser compreendidas em seu contexto.

Para a superação destas etapas foram selecionados autores como Thomas Kuhn, Gaston Bachelard, Quentin Skinner, Ellen Wood, Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci. Apesar de o estudo de perspectivas rupturistas da ciência como a de Kuhn e Bachelard parecer contrapor-se

às noções de atenção ao contexto dadas pelas escolas Contextualista de Skinner e Contextualista Sócio-Histórica de Wood, a reunião de todas elas aqui tem um firme propósito. Aliadas às percepções de Bourdieu e Gramsci formam um todo teórico que servirá ao debate dos achados empíricos que deverão ser produzidos por ocasião do teste da hipótese segundo a qual os eventos de junho de 2013 no Brasil teriam causado mudanças nos referenciais teóricos da Ciência Política brasileira.

Em primeiro lugar cumpre demonstrar que não há entre os autores qualquer contradição, o que deverá partir da análise sucinta de Bachelard e Kuhn e da exposição dos pontos de convergência entre seus pensamentos e dos demais autores estudados. Em seguida serão apresentados os questionamentos principais que decorrem de uma análise como a que se pretende em um estudo como o desenvolvido na presente Dissertação, cujas respostas preliminares – por ainda meramente teóricas – serão enfrentadas no presente Capítulo.

1.1. A convergência entre os autores estudados

Em linhas gerais, a noção de que o desenvolvimento do conhecimento científico se daria de forma linear e progressista é atacada por Bachelard e Kuhn por meio das noções de “obstáculo epistemológico” e “revoluções científicas”, respectivamente. No entanto, da forma como observado por Saito (2013), a atenção ao contexto em que estas ideias surgiram contribui para a noção do processo de produção do conhecimento. Neste sentido, saber que as ideias de ambos foram elaboradas em relação ao conhecimento científico de uma determinada época interessa e contribui para sua compreensão.

Bachelard escrevia em momento em que a noção a respeito do conhecimento filosófico era dominada pelo pensamento de que a concepção de ciência deveria ser aquela que privilegiasse a proximidade com a lógica e a matemática, com tendência de privilégio do empirismo. Tratando-se de reflexão essencialmente a-histórica, essa concepção foi enfrentada por Bachelard que, contrariando o pensamento dominante, defendia que o instrumento de análise da ciência deveria ser a história da ciência. Para ele, seria a ruptura com ideias anteriores que proporcionaria o desenvolvimento do conhecimento científico, ou seja, dando-se contra o conhecimento anterior

o conhecimento científico avançaria por meio da retificação dos erros do passado (SAITO, 2013).

Se a preocupação ao tempo de Bachelard seria a escolha do melhor instrumento de análise – lógica ou história da ciência – ao tempo em que Thomas Kuhn elaborava sua obra as reflexões estariam centradas na discussão a respeito da metodologia da ciência. Após as explicações oferecidas por Karl Popper de que a retificação de erros anteriores - e a consequente aproximação da verdade – ocorreria por meio da análise da coerência e estruturas lógicas, Kuhn buscava explicar como uma teoria substituía a outra. Aproximando-se da história da ciência, propôs seu modelo de ruptura por meio de suas revoluções científicas. Assim, a ciência normal seria acumulativa e avessa a novidades garantindo seu desenvolvimento progressivo por meio da adoção de paradigmas. Gradativamente, no entanto, esse progresso exporia a ciência ao risco de reconhecimento das anomalias, que a levariam à ciência extraordinária e, ao final, a uma revolução científica. Mas se no caso de Bachelard havia a suposição de que a atividade natural da ciência a levaria ao progresso pela superação de obstáculos, no caso de Kuhn a substituição de um paradigma por outro não significaria exatamente isso, mas apenas que teria sido modificado o modelo de solução de problemas e as soluções consideradas aceitáveis (SAITO, 2013).

De qualquer forma, apesar de parecerem distintos os autores, é possível encontrar entre ambos mais semelhanças do que diferenças. Uma delas seria a disposição ao abandono das noções matemáticas e lógicas em benefício de uma visão que privilegia a contestação. Com efeito, tanto a construção de um conhecimento em oposição ao anterior – no caso de Bachelard - quanto a defesa de que a substituição de um paradigma por outro seria um processo de construção lenta no interior do campo contra a visão dominante – como no caso de Kuhn – apontam neste sentido. A opção pela contestação como forma de avanço e a noção de que há um determinado equilíbrio no interior de cada campo que tende a ser mantido por aqueles a quem seja atribuída a autoridade até que o próprio desenvolvimento leve à sua destruição parecem convergir para as lições oferecidas por Gramsci e Bourdieu.

Outra característica que permite a aproximação entre eles é a constatação de que a compreensão da ciência somente pode ocorrer por meio da análise de sua história. Pela forma

como descrevem os processos de desenvolvimento do conhecimento levam à percepção de que somente seria possível compreender a ciência se houvesse o cuidado de buscar entender de que forma ocorreram as mudanças que permitiram com que apresentasse a configuração atual. Neste sentido, o estudo de Quentin Skinner e Ellen Wood assente com os autores, já que tem em comum a percepção de que somente pela atenção ao contexto em que se desenvolvem as ideias é que estas podem ser compreendidas.

Ellen Wood e Quentin Skinner são autores que, apesar de historiadores, possuem perfis distintos. Ellen Wood é, em parceria com Robert Paul Brenner, uma das fundadoras do Marxismo Político, que seria uma reação às análises a-históricas realizadas pelos marxistas com relação à transição entre feudalismo e capitalismo. Sob esta perspectiva, a História é, em conjunto com a Teoria Política, Economia Política, Sociologia, Relações Internacionais e Economia Política Internacional, instrumento para a compreensão das relações sociais. Quentin Skinner é um dos fundadores do Contextualismo Linguístico em que a crítica à História do Pensamento Político dá-se sob o intuito de repensar o pensamento dos autores do passado, situando-os em seu próprio tempo e, desta forma, permitindo que as ideias possam ser compreendidas da forma como elaboradas pelos autores. A História é instrumento para a compreensão adequada das ideias dos autores clássicos. Ainda que haja distinções entre ambos, para os fins da presente pesquisa essas não se revelam importantes, já que o aspecto a ser explorado trata da importância do contexto para a análise da relação entre a vida política e a academia.

Outra comparação possível é aquela que se faz entre a noção de Bourdieu e de Kuhn a respeito das crises. De acordo com o primeiro, as crises como a pela qual passou a universidade – cuja função é inculcar e impor formas de pensamento – terminam por enfraquecer os fundamentos sociais do pensamento, levando a uma crise na crença e que facilita a consciência reflexiva desses fundamentos. Para Thomas Kuhn as crises causam mudanças ou contribuem para elas e, consequentemente levam a alterações e substituições de crenças anteriores, sendo, por isso, criadoras e destruidoras.

Mas talvez a característica que permita a aproximação entre todos eles e que demonstra que, ao contrário da impressão inicial, mantém um vínculo mais profundo que os conecta, seja a

capacidade de evidenciar a responsabilidade do intelectual frente ao mundo em que vive. Ainda que indiretamente, como Bachelard e Kuhn – para quem as análises a respeito das autoridades científicas limitavam-se ao bem ou mal que faziam ao campo a que pertenciam –, de forma explícita como Bourdieu e Gramsci – para quem as observações diretas que faziam do campo prestavam-se a demonstrar o propósito de manutenção das posições de poder e de colaboração com a dominação – ou de forma reflexiva como Skinner e Wood – que por meio das investigações a respeito da produção intelectual ou da vida social por meio dela expunham as ideias que fundamentavam as posições de poder – convergem em demonstrar que a dominação e a consciência dela não podem ocupar o mesmo lugar na Historia, restando a dúvida principal que justifica o presente trabalho: Quem é o fiel desta balança?

1.2. Principais Questionamentos

Indagar se os referenciais teóricos hegemônicos e os temas mais frequentemente estudados foram, de algum modo, impactados pela sucessão de eventos de protestos ocorrentes em junho de 2013 considerando-se, para tanto, publicações em periódicos de mais alta classificação *Qualis*, como se propõe a presente Dissertação, é suscitar algumas dúvidas.

A primeira delas talvez seja a de perquirir se é possível discutir Ciência Política cientificamente, ou seja, se seria possível dizer que a referida disciplina é considerada Ciência. Isto interessa no sentido de que, a partir da resposta a que se chegue, seria possível estabelecer os parâmetros mínimos dentro dos quais a pesquisa tenha que se desenvolver. Para esta dúvida foi formulada a seguinte questão: *E Ciência Política é Ciência? – O dilema da científicidade;*

A segunda delas seria a de saber o que se pode esperar do campo, a partir da compreensão das autoridades que o compõem. Isto importa na medida em que será necessário avaliar de que forma são escolhidos os temas e artigos a serem publicados, especialmente em razão de que a Ciência Política é considerada uma disciplina baseada em artigos. Para esta dúvida, foi elaborada a seguinte questão: *E quem julga o juiz? – O dilema da autoridade;*

A terceira delas seria a de saber como, em geral, os cientistas políticos avaliam eventos críticos como aqueles ocorridos em junho de 2013 e se essa forma de proceder poderia ser considerada adequada. Para este questionamento, foi proposta a seguinte pergunta: *E esse pessoal sabe do que está falando? – O dilema da primeira impressão;*

Por fim, interessa enfrentar aquela que parece ser a principal dúvida que cerca o presente trabalho, qual seja, a de saber se a vida política pauta a ciência ou é pautada por ela. Para essa dúvida, foi apresentada a seguinte questão: *A rua define a academia ou a academia define a rua? – O dilema do contexto.*

O desafio é o de responder os principais questionamentos que surgem quando são expostos os objetivos da pesquisa que se visa realizar nesta Dissertação. O enfrentamento destas questões deve contribuir para a compreensão do caminho que será trilhado ao longo dos estudos e das conclusões que poderão ser feitas quando da contraposição com os dados que serão colhidos.

1.3. E Ciência Política é Ciência? – O dilema da científicidade

Definir as fronteiras entre as atividades humanas em geral e a ciência foi um dos desafios da filosofia contemporânea do século XX. Com efeito, vários filósofos trataram do tema externando as dificuldades no estabelecimento da distinção entre os campos que seriam científicos e aqueles que não seriam, dentre os quais Thomas Kuhn.

A partir da discussão a respeito do que denomina Revolução Científica, Thomas Kuhn (1975) contribui para a percepção do que se poderia entender como Ciência e a forma como se desenvolve. Segundo ele os primeiros estágios de uma ciência seriam caracterizados pela competição entre concepções distintas da natureza de acordo com a forma como vêm o mundo. A observação e a experiência restringiriam o conjunto de crenças, mas não poderiam determinar um conjunto específico. A pesquisa somente tornar-se-ia eficaz quando um conjunto de respostas fundamentais passasse a existir, atingindo o que considera como Ciência Normal.

O autor considera como Ciência Normal aquela que se baseia em realizações científicas anteriores, as quais são reconhecidas como fornecedoras de fundamentos para a sua prática, definindo os problemas e métodos considerados legítimos para um determinado campo, ao que denomina Paradigmas. Segundo ele, a aquisição de um paradigma leva à possibilidade de pesquisa mais profunda, representando o amadurecimento de um campo científico. Na ausência de um paradigma, não há filtro possível a respeito de quais fatos seriam pertinentes ao desenvolvimento da ciência, aproximando as coletas de dados de uma atividade ao acaso. A partir da adoção do paradigma, a coleta e acumulação de fatos, a articulação da teoria, bem

como a articulação entre os fenômenos e as teorias passam a ser ditadas pelo paradigma. Apesar de restringirem o campo de atuação – o que poderia ser apontado como um defeito – permitem que a segurança no paradigma leve ao desenvolvimento da ciência. Limitando seu campo de atuação, permite com que os problemas possam ser abordados em maior profundidade e com maior detalhamento, o que faz avançar de maneira notória o conhecimento.

Para que um paradigma seja aceito como tal, deve ser capaz de explicar com sucesso várias observações. Com base neste paradigma, há um avanço notável da ciência, que busca aprimorar conceitos e técnicas. Apesar de limitar a visão do cientista e de fazer com que haja maior resistência à mudança do paradigma, tornando a ciência mais rígida, há um maior aprofundamento e detalhamento em relação aos problemas apresentados pelo novo paradigma. Essa maior especialização é que permite que o cientista esteja mais sensível à percepção de anomalias, tornando-o mais apto a propor alteração do paradigma.

A ciência normal busca aproximar a teoria dos fatos, podendo essa atividade ser entendida como teste em que a confirmação ou a falsificação estão sempre em vista. Seu objeto é a resolução de quebra-cabeças, cuja existência supõe a existência de um paradigma. Para que uma anomalia origine uma crise ela deve ser mais do que um novo quebra-cabeças da ciência normal. Deixando de funcionar normalmente o paradigma, há o relaxamento das restrições que limitam a pesquisa e, tanto a natureza dos problemas de pesquisa e o comportamento dos cientistas muda. Não sendo possível que as anomalias que passam a ser detectadas sejam resolvidas pelas regras e procedimentos conhecidos ou ajustadas às expectativas profissionais, levam à desorientação da ciência normal. Na existência da crise, há a transição da Ciência Normal para a Ciência Extraordinária.

Para Kuhn (1975) a Ciência Extraordinária surgiria a partir da percepção de uma anomalia. A fim de tentar solucionar o problema os cientistas assemelham-se àqueles do período pré-paradigmático que realizam experiências a fim de que possam perceber resultados que ainda não imaginam encontrar. Geram teorias especulativas que possam substituir o paradigma – se bem-sucedidas –, ou serem abandonadas com facilidade – se mal sucedidas. Em períodos de crise os cientistas voltam-se para a análise filosófica em busca da solução. Para tanto, isolam a anomalia com precisão e dão a ela estrutura. Aplicando vigorosamente as regras, buscam perceber até que

ponto podem ser aplicadas eficazmente na área de dificuldade a fim de identificar os pontos de dificuldade de aplicação das regras e tentar torná-los mais nítidos.

No caso das descobertas – novidades relativas a fatos – é a consciência da anomalia, ou seja, de que as expectativas relativas aos fatos geradas pelo paradigma foram violadas, que leva ao aprofundamento das pesquisas para que se possa fazer com que o anômalo se converta no que era dele esperado. Somente quando há o ajuste da teoria e o cientista passe a ver a natureza de forma diferente é que o fato terá sido assimilado. As descobertas causam mudanças ou contribuem para elas e, consequentemente levam a alterações e substituições de crenças anteriores, sendo, por isso, criadoras e destruidoras. A partir dos novos paradigmas, um maior número de fenômenos poderá ser explicado e maior precisão poderá ser percebida nestas explicações. Apesar da coincidência entre as descobertas e as invenções – novidades relativas a teorias – no que tange à ampliação da compreensão a respeito da natureza, não se pode dizer que sejam idênticas. E o principal ponto de distinção entre elas é o fato de que, isoladamente, as descobertas não são responsáveis pelas alterações do paradigma ou pelas mudanças mais limitadas dele. Se a consciência de anomalias leva à emergência de novos fenômenos, não deve surpreender o fato de que percepções mais profundas possam levar a mudanças de teorias, ou seja, assim como as descobertas, as invenções causam mudanças, mas de maior amplitude.

Diante da frustração em relação ao encontro de solução para a crise, causada por uma anomalia persistente, maior quantidade de pesquisadores sobre ela terá conhecimento e se debruçará, levando à proliferação de tentativas de articulações entre a anomalia e as regras e o paradigma existente. Sendo divergentes, haverá o enfraquecimento do acordo em relação ao paradigma que ainda existe. As regras que orientam as pesquisas são relaxadas e inicia-se um momento semelhante aos períodos pré-paradigmáticos. A esse respeito o autor faz uma observação referente à distinção desse momento de crise com os períodos pré-paradigmáticos, asseverando que nos últimos, a divergência é menor e menos claramente definida. Essas investigações extraordinárias terminam por conduzir a ciência a um novo patamar, o que, segundo Kuhn, consiste na chamada Revolução Científica.

As Revoluções Científicas seriam aqueles episódios de desenvolvimento que, não sendo cumulativos, substituem total ou parcialmente um paradigma por outro. Buscando esclarecer por

qual motivo esses episódios de desenvolvimento seriam chamados de revoluções, o autor estabelece um paralelo entre revoluções políticas e científicas.

Segundo ele, da mesma forma como as Revoluções Políticas, as Revoluções Científicas iniciam-se com sentimento de que os paradigmas não mais respondem adequadamente a problemas que antes pareciam atender, o que seria, segundo o autor, pré-requisito para a revolução. Esse sentimento se inicia em segmento restrito da comunidade e visam realizar mudanças que, até então, não eram permitidas, ou seja, visam o abandono parcial de conjunto de regras ou instituições em benefício de novos, julgados mais adequados. Enquanto há a tentativa de substituição dos antigos pelos novos, permanece período em que não há o governo nem do antigo nem do novo, levando a uma crise que enfraquece o papel do paradigma e as pessoas a eles vinculadas alheiam-se no interior desta comunidade, comportando-se de forma excêntrica. Aos poucos, com o aprofundamento da crise, comprometem-se com algum ideal de reconstrução de acordo com a nova estrutura. A divisão provocada por essa crise se aprofunda e cada polo busca defender ou o antigo modelo ou o novo que se apresenta.

A mudança de paradigma não leva a uma maior proximidade com a verdade. Kuhn (1975) assevera que a noção de desenvolvimento que apresenta seria uma evolução a partir de um início primitivo e não em direção a algo. Busca-se uma compreensão maior e mais refinada da natureza, mas não há um objetivo final definido que se deseje alcançar. De qualquer forma, as Revoluções Científicas levam à transformação do mundo em que era realizado o trabalho científico, modificando a definição do que seriam problemas e das formas como poderiam ser resolvidos. A invenção de novas teorias leva a mudanças nas regras anteriormente aceitas, repercutindo nos trabalhos anteriormente realizados, com reavaliação dos fatos anteriores, razão pela qual não poderia ser considerado simplesmente um incremento ao que já era conhecido.

Diante disso, a Ciência Política poderia ser considerada Ciência?

Apresentando a forma de desenvolvimento da ciência, a partir de um início pré-paradigmático até a culminação das Revoluções Científicas, Kuhn termina por expor também o que poderia considerar a principal distinção entre a ciência e as demais atividades humanas.

A característica mais impressionante da ciência normal seria seu pequeno interesse em produzir novidades, tanto no que tange a conceitos quanto nos fenômenos. O grande desafio – e

o que justificaria o interesse dos cientistas – é o fato de conseguir resolver problemas que, apesar de não necessitarem ter valor intrínseco, não conseguiram ser solucionados apesar de os membros da comunidade saberem que há uma solução e que esta ainda não foi encontrada. Só não teriam sido resolvidos pela falta de engenho de seus pesquisadores. Para ser considerado um quebra-cabeças, um problema tem de ter solução assegurada e deve obedecer a regras específicas que determinam de que forma pode ser obtida e a natureza das soluções aceitáveis.

Essas regras poderiam ser de três níveis. Um primeiro nível, mais concreto, trata da escolha e forma de utilização dos instrumentos. Um segundo nível, mais elevado e de caráter quase metafísico, trata de características menos dependentes de fatores temporários e locais. Um terceiro nível, mais elevado que os anteriores, trata daquilo que deve ser observado pelo pesquisador para que possa ser considerado cientista: a compreensão do mundo e a tentativa de melhor – com aprofundamento e mais detalhe – entender a natureza.

É essa ligação com compromissos ou adesões de ordem conceitual, teórica, metodológica e instrumental que permite estabelecer a relação entre a ciência normal e a resolução de quebra-cabeças. Seguindo estas regras, o pesquisador pode concentrar-se em problemas que são por elas apresentados e ser capaz de resolver os quebra-cabeças. As regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir as pesquisas independente da existência de regras.

Constatação interessante seria o fato de que as regras que devam ser seguidas não são estreitas ou articuladas explicitamente, mas partem de exemplos anteriores generalizados simbolicamente os quais são repassados aos estudantes durante sua formação profissional. A fim de resolver o seu problema, o estudante busca as semelhanças com problemas distintos que já tenha encontrado antes. Estabelecida a relação, pode buscar soluções que já tenham sido percebidas eficazes anteriormente.

De acordo com Assis (1993), seria a necessidade de se mostrar científico, que derivaria do status de confiabilidade e respeito que esse reconhecimento atrairia, que levaria os cientistas sociais a buscar literaturas que autorizassem sua inclusão neste grupo, justificando desta forma a adoção de Thomas Kuhn pelas Ciências Sociais. Autores como Assis (1993) e Pastelli (1992) consideraram que a aproximação das ciências sociais em relação a Kuhn teria ocorrido em razão da impossibilidade de ser identificada como ciência por meio do estudo de Karl Popper.

Conforme Pastelli (1992), Kuhn teria figurado como alguém que permitiu o relaxamento das exigências de científicidade que, ao tempo de Popper, levavam à conclusão de que as ciências sociais não seriam ciência: não teriam unidade, não apelariam para fatos e não seriam sistemáticas. A existência do método científico é que distinguiria a ciência das demais atividades humanas, sendo a ciência a meta de todas as atividades que pretendessem conhecimento.

As razões alistadas para a defesa desse ponto de vista consistiriam em características próprias das Ciências Sociais que tornariam incompatível essa aproximação com as Ciências Naturais. Em primeiro lugar, a complexidade dos eventos estudados pelas ciências sociais – especialmente em relação à quantidade de fatores que neles intervém – tornaria de difícil controle as situações a serem abordadas. Em segundo lugar trata daquilo que denomina autodecepção, que seria a capacidade do objeto de pesquisa das ciências sociais de contrariar as intenções declaradas, prejudicando a pesquisa. Em terceiro lugar aponta a questão da dificuldade de determinar o que seja um experimento, já que a reprodução das características consideradas essenciais seria um fator importante e não seria possível de fazer com seres humanos. Além disso, a impossibilidade de repetição de experimentos seria outra dificuldade vivenciada pelas ciências sociais e que não é enfrentada pelas ciências naturais.

De forma semelhante, Ernest Nagel (1974) entende que as ciências sociais não teriam sistemas explicativos satisfatórios e se caracterizariam por desacordos metodológicos e de conteúdo, razão pela qual haveria dúvidas quanto a serem consideradas como ciência. Para o autor, não haveria nas Ciências Sociais um conjunto de leis gerais comparáveis às que se encontram nas Ciências Naturais, as quais contam com poder explicativo e capacidade de fornecer previsões precisas e confiáveis. Tampouco haveria nas Ciências Sociais algo parecido com unanimidade em relação a resultados de pesquisas que tenham sido levadas a efeito por meio de procedimentos válidos de uma investigação bem fundamentada, como ocorre normalmente nas Ciências Naturais. Ao contrário, haveria batalha entre escolas de pensamento até mesmo em relação a questões que teriam sido objeto de estudos aprofundados.

Nagel cita como obstáculos para o estabelecimento de leis gerais dos fenômenos sociais em ciência social questões como a impossibilidade de realização de experimentos controlados com relação a fenômenos sociais, a relatividade cultural e as leis sociais que se alteram de acordo

com o local em que esteja o pesquisador, o fato de que as pessoas mudam de comportamento de acordo com o conhecimento que adquirem, a natureza subjetiva dos temas de estudo e a inexistência de neutralidade em relação às investigações sociais – desde “a seleção dos problemas, a determinação do conteúdo das conclusões, a identificação dos fatos, a avaliação das evidências” (NAGEL, 1974, p. 630, tradução nossa) dificultariam essa aceitação das ciências sociais como ciência.

A refutação de alguns dos argumentos destes autores talvez possa ser feita com base no próprio Kuhn que em um artigo intitulado “*Lógica da Descoberta ou Psicologia da Pesquisa?*” apresenta comparação entre sua teoria e a de Karl Popper. A fim de demonstrar as semelhanças e discutir as diferenças entre ambas, termina por propor a análise dos critérios segundo os quais Karl Popper excluía das ciências a Astrologia, por exemplo. Segundo ele, apesar de poder discutir a psicanálise ou a historiografia marxista, optaria pela astrologia de forma a evitar controvérsias que existiam ao seu tempo. Esta afirmação já permite supor que Kuhn não intentava aplicar suas ideias apenas às ciências naturais, mas que as entendia capazes de alcançar também as ciências sociais e humanidades.

Analisando os critérios de exclusão da astrologia afirma que a forma como fazia seus prognósticos – que sendo vagos não permitiam seu falseamento – e as razões que elencava para a explicação dos erros que ocorriam não retiravam sua científicidade, já que o que a prejudicava seria a falta de uma teoria mais exata e regras mais poderosas. Desta forma não seria acertado abandonar esta disciplina apenas por não ter atingido esse objetivo. O que a retiraria do grupo considerado científico seria, no entanto, o fato de não ter enigmas para resolver. Apesar de os fracassos poderem ser explicados – como de fato eram – não davam origem a enigmas de pesquisa e esse seria o diferencial. Também assevera que o fato de haver contestação de teorias, seja em relação à sua relevância ou exatidão, e que estas levem à sua modificação ou ajustamento não tiraram sua científicidade. Ao contrário, levam ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Autores como Hempel e Oppenheim, citados por Pastelli (1992), defendem a tese de que a distinção entre a Física e as Ciências Sociais seria meramente de grau e, portanto, não de qualidade. Para tanto, contestam as objeções feitas às ciências sociais alegando que também a

Física estudaria fenômenos complexos e irrepetíveis, diferindo das ciências sociais por possuir critérios de relevância que autorizam a separação do que seria repetível daquilo não seria. Também não haveria a possibilidade de que um físico examinasse o mesmo átomo, mas a Física teria a capacidade de determinar o que permanece constante em dois átomos, considerando-se que o tempo e o espaço da realização da experiência seriam distintos.

Sob a ótica dos referidos autores as ciências sociais e, portanto, a Ciência Política, poderia ser mantida no seletivo grupo de ciências, sendo legítimas as pesquisas que buscassem encontrar leis gerais de tipo causal. Com efeito, as observações parecem consistentes. Considerando que os modelos que são utilizados para a determinação dos campos que poderiam ser considerados ciência foram feitos tomando-se por base as ciências naturais, nada mais coerente do que enfatizarem características que seriam próprias a elas. A consideração dos mesmos critérios para a avaliação das ciências sociais deve observar tratam-se de ciências distintas, razão pela qual deverão ser também diversas as formas de avaliação da científicidade. É dizer, apesar de haver a possibilidade de aplicação dos mesmos critérios, as variações entre eles devem ser consideradas. Buscar a aplicação de modelos iguais para situações diversas contrariaria o próprio espírito de científicidade que se visa avaliar.

Considerando, então, que a Ciência Política seja Ciência, seria possível dizer que é Paradigmática?

De acordo com Kuhn (1975), é possível a descoberta do paradigma de uma comunidade por meio da análise de seus manuais e exercícios de laboratório, já que seriam aquele “conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação” (KUHN, 1975, p. 67). Por meio do estudo desses documentos é que os membros da comunidade aprendem seu ofício. Conforme Goodin (2009), todos esses conhecimentos são acumulados e repassados àqueles que desejem fazer parte da profissão, ainda que cada um deles venha a se especializar em determinado nicho, garantindo que não haja a fragmentação da disciplina. A facilidade desta identificação do paradigma depende do amadurecimento da comunidade científica – nas mais amadurecidas a facilidade deve ser maior, nas menos, menor.

De acordo com Robert Goodin (2009) a Ciência Política já teria passado por três Revoluções. A primeira teria ocorrido no início do século XX e foi a que fundou a disciplina, levando a um profissionalismo e sistematização dos estudos dos processos políticos. A segunda delas teria ocorrido por volta dos anos 1950, quando a Revolução Behaviorista teria levado a ciência política a passar a preocupar-se com a forma como as pessoas realmente agem politicamente, em substituição ao que ele considera uma preocupação com o que formalmente era possível supor que aconteceria. A terceira Revolução teria ocorrido por volta dos anos 1970 com o advento da Teoria da Escolha Racional, quando o empirismo foi substituído pelas proposições teóricas deduzidas a partir de hipóteses fundamentais.

Goodin (2009) preocupa-se em salientar que não há consenso a respeito da forma de identificação das revoluções científicas, razão pela qual prefere denominá-las de “*Big Things*” (GOODIN, 2009, P. 13). “*Big Things*” não seriam, segundo ele, tão determinantes quanto os paradigmas kuhnianos ou tão insuperáveis como as revoluções. Tratariam-se de ideias simples com grande poder de explicação que influenciariam as agendas de pesquisa e teriam como objeto pontos críticos, permitindo larga aplicação e levando a uma reavaliação da ciência como um todo. Seriam ainda familiares aos cientistas, ou seja, estariam presentes entre os debates, ainda que de forma marginal e, não raro, reunindo elementos de outras disciplinas.

Goodin (2009) assevera que as revoluções são encabeçadas por uma pequena parcela de membros e que entre esses eventos vários subtemas e contrapontos teriam criado o ambiente para que o próximo desafio revolucionário pudesse ocorrer. Essas “bolhas” permaneceriam abaixo da superfície por vários anos antes de que passem a ser efetivamente consideradas tendências. De forma semelhante, Kuhn (1975) alerta que, pelo menos embrionariamente, o novo paradigma surge antes que uma crise tenha sido reconhecida ou esteja desenvolvida. Enquanto os instrumentos proporcionados por um paradigma fornecem meios adequados à resolução de problemas, não há a busca por novos e aqueles que se apresentem com esta finalidade são descartados, simplesmente pelo fato de não haver crise que justifique a adoção de novos. Assim como na manufatura, as inovações somente são buscadas em caso de necessidade. Na existência de crise e na impossibilidade de sua superação, é garantido aos competidores a oportunidade para que o façam.

Apesar de haver alguns autores que tratariam a resistência à mudança de paradigma à incapacidade de admitir erros, Kuhn (1975) considera que se trata de caso de experiência de conversão, que não poderia ser forçada. Essa resistência seria natural e dever-se-ia à certeza de que o paradigma ao qual se apega ainda resolverá os problemas. As conversões ocorrem aos poucos e, até que os últimos cientistas mais velhos e não convertidos morram, todos terão passado a se orientar pelo novo paradigma. Também alerta que não haveria consenso em relação ao quanto grande devesse ser a revolução para que pudesse ser considerada como tal. De acordo com Kuhn (1975), um paradigma pode ser modificado e revolucionar apenas uma parte de um campo. As leis seriam cogentes a todos, mas os paradigmas que orientam cada grupo podem ter impactos diversos e mudar a forma de ver o mundo e de pesquisar apenas do grupo ao qual se relate.

Apesar de citar Thomas Kuhn quando passa a tratar do assunto, a noção que Goodin parece ter das Revoluções Científicas difere daquela defendida pelo referido autor. Com efeito, de acordo com o exposto por Kuhn, a ocorrência de uma Revolução Científica pressuporia a existência de um Paradigma anterior que viria a ser substituído por outro que se mostrasse mais capaz de resolver as anomalias que levaram à crise. Desta forma, os eventos mencionados por Goodin, caso sejam aceitos como válidos, teriam se tratado da profissionalização do campo – o que não leva necessariamente à inclusão dele como ciência –, uma passagem do período Pré-Paradigmático para o período Paradigmático (Teoria Behaviorista) e uma Revolução Científica, qual seja, a adoção da Teoria da Escolha Racional.

A respeito da possibilidade de aceitação da Teoria da Escolha Racional (TER) ser considerada paradigma, o trabalho de Simoni Jr, Pirozelli e Silva (2012) apresenta a defesa deste posicionamento, bem como as críticas recebidas. A consideração de que a TER teria um núcleo comum que seria possível ser percebido em todas as variações – individualismo metodológico, racionalidade instrumental e preferências estáveis, ordenadas e exógenas – e que, portanto, formariam um denominador comum, teria sido questionada sob o aspecto de tratar-se de uma teoria descritiva ou positiva, ou se implicaria a adoção de valores. O centro das divergências seria epistemológico, já que trataria da forma de conduzir a investigação científica e da

contribuição da TER para tanto. Tanto seu poder explicativo quanto o preditivo, considerado como critério de científicidade, foram questionados.

Ocorre, que se limitando apenas às controvérsias apontadas pelos autores antes citados – e que são ainda mais profundas e complexas do que o exposto no breve relato a respeito do trabalho dos mesmos –, a defesa da TER como paradigma parece inviabilizada. Conforme Kuhn, a principal vantagem percebida por um campo diante da adoção de um paradigma seria o fato de que, havendo consenso em relação a questões fundamentais, as pesquisas poderiam se desenvolver tanto em complexidade quanto em profundidade, já que não haveria a necessidade de discussão e comprovação de elementos básicos a fim e que o trabalho do cientista se desenvolvesse. Não havendo a premência de comprovação de uma ou outra teoria fundamental para colaborar com o avanço da ciência ou para participar dos debates do campo, os estudos poderiam ser guiados de acordo com a opção do cientista que se orientaria por escolhas que privilegiassem suas preferências e suas habilidades o que, ao final, permitiria que os resultados alcançados fossem mais promissores. A discussão das teorias parece limitar-se aos casos em que as anteriores não mais atendam aos propósitos a que serviam, ou seja, quando as anomalias sejam detectadas e encaminhem a ciência para seu período extraordinário.

As discussões encontradas em Ciência Política parecem situar-se ainda no campo das teorias, não havendo entre elas o consenso que se suporia, conforme Kuhn, em tempos de ciência normal. A este respeito, cabe citar as considerações de David Easton (1997) para quem o estágio em que a Ciência Política estaria seria aquele por ele denominado de *neobehavioral*. Para ele a Ciência Política já teria passado pelos estágios que descreve como sendo o (a) formal-legal, ao longo do século XIX; (b) o tradicional ou informal; (c) o *Behavioral*, a partir do fim da II Guerra Mundial; (d) *Pos-Behavioral*, a partir dos anos 1960. Descrevendo de forma sucinta a evolução do Behaviorismo, demonstra os ataques pelo qual passou desde o início de sua admissão, enumerando uma série de antagonistas que, segundo ele, teriam se oposto às prescrições da referida teoria. Ressalta ainda que, na tentativa de fazer frente as críticas, os Pós-Behavioristas teriam criado tantas outras questões alvo de debates.

Havendo a possibilidade dessas discussões a respeito das teorias estarem situadas em períodos de ausência de paradigma ou de ciência extraordinária, a primeira opção parece ser a

mais acertada, de acordo com o que foi antes explicitado. Note-se que não se trata de exigir que cada uma dessas teorias seja capaz de explicar todos os fenômenos, o que somente seria possível com o desenvolvimento da ciência normal e ao longo das pesquisas que viessem a ser levadas a efeito sob a influência de um paradigma, de acordo com o modelo exposto por Kuhn. Trata-se de questionar o fato de que, diante da proposição delas, as pesquisas dirigiram-se à sua afirmação ou negação, não havendo acordo do campo – nem mesmo entre daqueles que compõem linhas de pensamento distintas agrupadas sob a ideia macro dessa teoria – em relação a ela.

Ademais, considerando-se que em Ciência Política é comum haver a compatibilização de teorias anteriores com as que surgem o que consistiria, em última análise, a negação da existência de uma anomalia que tivesse sido enfrentada e resolvida pela nova teoria. Entender que não há anomalia a ser resolvida consiste em dizer que não há um pano de fundo de normalidade sobre o qual a ciência se desenvolva, ou seja, que ainda não há paradigmas estabelecidos naquela disciplina.

Cabe, por fim, verificar a distinção que é possível extrair de John Dryzek (2006) quando assevera que a reorientação da agenda de pesquisa não pode ser considerada mudança de paradigma, mas apenas que uma revolução foi bem-sucedida. Segundo ele, o sucesso de uma revolução poderia ser avaliado por meio do reconhecimento dos cientistas a respeito do novo entendimento, de forma que, ainda aqueles que com ele não assentissem, deveriam posicionar-se a respeito, reorientando toda uma agenda de pesquisa de um campo ou parte considerável dela. Quando o autor estabelece a distinção entre a revolução e a mudança de paradigma permite supor que entende que a revolução a que se refere não é a mesma Revolução Científica proposta por Thomas Kuhn em que a mudança de paradigma é pressuposto. Neste sentido há a distinção entre a revolução (grafada com minúsculas para fins de distinção) que consistiria na mudança da agenda de pesquisas – conforme identificado por Goodin (e por ele denominada de “*Big Thing*”), Easton e o próprio Dryzek – e a Revolução Científica, em que a mudança de paradigma levaria à mudança do próprio campo. Portanto, sendo possível estabelecer-se uma clara distinção entre o que seria revolução no sentido comum e a Revolução Científica da forma como idealizada por Thomas Kuhn, as revoluções apontadas pelos autores antes tratados seriam

marcadores da efervescência típica dos períodos Pré-paradigmáticos, reforçando a posição de ainda não haver Paradigmas em Ciência Política.

1.4. E quem julga o juiz? – O dilema da autoridade

As possibilidades de análise a respeito da relação entre as autoridades científicas e o campo e entre elas e o mundo são variadas e podem ser demonstradas por meio da comparação entre as exposições feitas a respeito do tema – seja direta ou indiretamente – por Thomas Kuhn, Gaston Bachelard, Pierre Bourdieu e Antonio Gramsci.

Enquanto para Kuhn a existência de autoridades científicas é entendida como sendo vantajosa em razão da capacidade de dirimir conflitos, Bachelard já enxerga na vontade de legitimar a própria descoberta um obstáculo ao desenvolvimento do espírito científico. Bourdieu avança para a percepção de que as decisões dessas autoridades garantem seu lugar no campo e terminam por garantir as posições fora do campo, já que reproduzem o campo de poder. Para Gramsci, é só essa a função do intelectual, ou seja, somente serviriam a essa reprodução da dominação. Oscilam desde uma observação localizada na ciência e nas vantagens ou prejuízos dela por ela mesma, passando para uma visão da colaboração do mundo acadêmico com o campo de poder por conveniência, chegando à visão de que os intelectuais são, em verdade, incumbidos da função de reprodução.

Interessa notar, no entanto que, apesar dos pontos de vista serem distintos, terminam em conclusões semelhantes: a primeira delas é a de que as autoridades buscam controlar as ideias. Em Kuhn, por meio da seleção dos paradigmas; em Bachelard por meio da imposição de obstáculos ao conhecimento científico; em Bourdieu por meio da cooptação daqueles que não se oponham ao cânone; em Gramsci por meio do ensino. A segunda delas é a de que as autoridades científicas servem à manutenção do *status quo*, seja ele em relação ao paradigma adotado, ao espírito conservador, à homeostase do campo ou às relações de dominação.

A percepção a respeito do poder dos intelectuais deve levar, então, a maior responsabilização deles no que tange à sua relação com o mundo.

1.4.1. Kuhn e a circularidade do poder da autoridade científica

De acordo com Thomas Kuhn (1975), a competição entre concepções distintas, própria do período pré-paradigmático é substituída pela eficácia das pesquisas tão logo o Paradigma daquele campo seja adotado. Esse Paradigma, representado por um conjunto de respostas fundamentais, é ensinado aos estudantes quando iniciam a prática científica, exercendo influência profunda sobre o espírito científico. Por esta razão, as pessoas capazes de invenções fundamentais seriam aquelas que, em razão de serem jovens ou de estarem há pouco tempo na área de estudos, teriam menor comprometimento com as regras tradicionais da ciência normal, sendo mais suscetíveis de abandoná-las em benefício de outras que apresentam melhores alternativas. Isto ocorreria em razão de que os cientistas veriam o mundo através do que determina o paradigma que adotam. O treinamento científico permite que a transformação da forma de ver o mundo por parte do leigo possa, gradualmente e de forma irreversível, ser transformada para que se torne um cientista.

Na ocorrência de uma Revolução Científica, novamente se apresenta a necessidade de definição a respeito do Paradigma que fará retornar a pesquisa para o caminho da Ciência Normal. Ocorre que, da mesma forma que não é possível o julgamento entre modelos políticos distintos em razão de questões ideológicas incompatíveis, não há possibilidade de julgamento a respeito de paradigmas novos ou antigos, já que esse julgamento depende do ponto de vista relativo a cada paradigma que se adote. Um debate a respeito de qual seria a melhor escolha não teria resultados satisfatórios, uma vez que os argumentos que seriam utilizados pelos defensores de cada modelo se baseariam nos paradigmas distintos adotados pelos mesmos. O debate a respeito de qual o paradigma que deve ser aceito trata-se, segundo Kuhn (1975), de um diálogo entre surdos, em que cada qual defenderá o posicionamento que lhe parece mais adequado dentro da avaliação que faz a partir do paradigma que adota. E caso fosse adequado questionar, tendo em vista objetivar a escolha do paradigma mais acertado, qual deles resolve problemas mais significativos, essa escolha dependeria da adoção de valores que dependem de critérios externos à ciência.

De forma coletiva, estas dificuldades encontradas são chamadas de *Incomensurabilidade das tradições científicas normais, pré e pós revolucionárias*. Haveria inicialmente uma discordância a respeito de quais seriam os problemas a serem resolvidos, uma vez que seus

padrões científicos ou suas definições de ciência não são os mesmos. Apesar de tratarem-se de paradigmas distintos, tendo o mais recente incorporado o vocabulário e aparatos conceituais do antigo, bem como instrumentos do anterior, há uma distinção na forma de aplicação de cada um deles, causando um certo mal-entendido entre os defensores de cada uma das posições. Neste caso, somente aqueles que participaram de todo o processo de transição seriam capazes de entender seus pontos de acordo ou desacordo, já que a comunicação entre as escolas rivais é parcial. Partindo de paradigmas diferentes, a visão de mundo de cada um deles é distinta da oponente. Buscar diálogo entre ambas seria supor que estivessem dispostas a experimentar o que é chamado por Kuhn (1975) de alteração de paradigma. Tratando-se de transição entre incomensuráveis, não é possível que seja feita de forma gradual por meio de lógica e experiências neutras, mas subitamente, conforme a visão que se passa a ter.

Não havendo a possibilidade de utilização da lógica, já que os opositores partem de paradigmas distintos, a conversão dar-se-ia por meio de técnicas de persuasão, argumentos e contra-argumentos. Kuhn (1975) alerta para o fato de que os principais argumentos a favor do novo paradigma somente serão possíveis por meio da ciência normal, ou seja, durante o desenvolvimento da ciência por meio da adoção do novo paradigma. Durante os debates, em regra o que se alega é que o novo paradigma é pouco superior ao tradicional. Não raro, os defensores do tradicional ainda poderão apontar problemas que não serão resolvidos pelo novo. Por essa razão, caso a mudança de paradigma tivesse de ser julgada apenas por aqueles que examinassem, de forma prática, suas habilidades para resolver problemas, a ciência experimentaria poucas revoluções.

Em razão destas dificuldades mostra-se a importância da autoridade científica para a definição do novo paradigma. Segundo ele, se esta escolha fosse feita por meio de uma autoridade não fosse científica, não se poderia considerar a revolução como sendo científica. A existência da comunidade científica maximiza o número e a precisão de problemas a serem resolvidos pela mudança de paradigma, já que o grupo saberá quais os problemas a serem resolvidos, evitando que possam ser persuadidos a adotar ponto de vista que reabra discussões já pacificadas. Desta forma, seguros profissionalmente, não será possível que qualquer candidato a paradigma solape o anterior. Com a existência da comunidade científica, o novo candidato a

paradigma terá que cumprir alguns procedimentos para que passe a ser considerado. Deve ser capaz de solucionar algum problema extraordinário – assim considerado pela comunidade científica – e que não possa ser analisado de outra maneira; deve garantir grande parte da capacidade objetiva de resolução de problemas conquistada pelos anteriores, adicionando a solução concreta de problemas adicionais.

No caso das revoluções científicas, a percepção do cientista – que havia sido treinada de acordo com a visão tradicional – deve ser reeducada. Ao fim desse processo, o mundo da forma como o via anteriormente passa a ser incomensurável em relação ao novo. A partir da adoção desse novo paradigma, os cientistas estão preparados para novas descobertas que, sob o paradigma anterior não seriam possíveis.

Com a mudança do paradigma não muda a interpretação que os cientistas tem sobre as coisas, mas a forma de ver o mundo. Apesar de terem à sua disposição o mesmo mundo, passam a percebê-lo como transformado em muitos de seus detalhes. Os cientistas interpretam as observações e dados, mas isto só é possível a partir de um paradigma e, desta forma, selecionam o que deve ser considerado como dado e quais os instrumentos mais adequados à sua investigação. A interpretação pode articular um paradigma, mas não corrigi-lo. A ciência normal pode apenas perceber anomalias e seguir em direção a crises.

Em razão de o trabalho científico ser guiado por paradigmas, cientistas que partem de paradigmas diferentes realizam trabalhos concretos de laboratórios também diferentes. Essa inexistência de neutralidade poderia ser explicada, segundo Kuhn (1975) em razão de que nem o cientista nem o leigo aprenderem a ver o mundo item por item, mas sim de forma simultânea de acordo com as experiências pelas quais passa. Neste sentido, o esforço para a manutenção da ciência da forma como se encontra passa pela supressão de novidades que podem subverter a ordem, até que não mais seja possível em razão da própria natureza da pesquisa.

A função da autoridade científica, da forma como analisado por Kuhn, seria de total controle sobre a ciência. Com efeito, desde a seleção do paradigma – e a consequente reeducação de todo um corpo de estudantes e cientistas – passando pela responsabilidade de proteção da ciência das mudanças de paradigmas julgadas – também por eles – desnecessárias até a sua substituição por aquele que lhes pareça mais adequado à solução dos problemas que –

de novo eles – julguem importantes, todo o domínio do campo e de seus membros cabem às autoridades científicas.

Interessa ressaltar ainda a questão de que, apesar de atribuir critérios técnicos às seleções feitas pelas autoridades científicas, a própria forma de exposição da incomensurabilidade faz supor, ao final, que o poder de escolha seria subjetivo.

Por fim, apesar de não ter havido a abordagem direta ao tema – até por não ser esse o escopo do trabalho – é possível perceber que a opção das autoridades não limita seus efeitos ao campo, apesar de a análise do autor ter optado por privilegiar essa perspectiva. Salientando que a mudança de paradigma muda a forma como os cientistas passam a ver o mundo – e com isso a forma de seleção dos fenômenos julgados relevantes – o impacto da ciência nas demais atividades humanas é inegável.

1.4.2. Bachelard e o obstáculo da visão de curto alcance

Bachelard (1999) alerta que os obstáculos à cultura científica se apresentariam em pares, de forma que ao superar uma dificuldade, outra em sentido oposto a ela se seguiria e o espírito formador, que busca o questionamento, daria lugar ao espírito conservador, mais afeito às versões que comprovem suas teses. Isto se daria em razão da necessidade do pesquisador de legitimar sua invenção, levando à variação do fenômeno apenas em relação à crítica ao alheio e comprovação do próprio. Assim, mesmo cientes de que a um posicionamento inicial é necessário considerar outros pontos de vista, a vontade de afirmar as próprias invenções levaria os cientistas a direcionar as alterações de perspectivas apenas para a oposição do outro.

A análise de Bachelard também circunscreve-se aos impactos das ações dos cientistas na própria ciência mas, da mesma forma como Kuhn, permite depreender que as opções feitas por eles – ainda que tomadas por razões menos defensáveis – causam impactos que não se circunscrevem ao campo a que pertencem. Não avançando a ciência em razão dos obstáculos impostos pelos cientistas, a atividade humana que dela depende resta prejudicada.

1.4.3. Bourdieu e a dominação dos dominados

Pierre Bourdieu (2011) trata dos obstáculos ao conhecimento científico iniciando por aquele que seria o mais conhecido – qual seja o que tanto a proximidade quanto a distância em relação ao objeto pesquisado podem causar – alertando para a necessidade de trabalho que abranja tanto o objeto quanto o sujeito para que se recupere tudo o que se pode conhecer em razão da proximidade e aquilo que não se pode ou não se deseja saber em razão da distância do mesmo. Aquele que seja ligado ao mundo que se deseja estudar teria a fuga em um suposto “neutralismo científico” como primeira reação, visando parecer impessoal a fim de que sobre ele não pesem as suspeitas de que estaria se utilizando da ciência para interesses particulares.

Em oposição a essa postura, o autor alerta que não há objeto que não envolva um ponto de vista, ou seja, a perspectiva que se adota é aquela que se associa a uma determinada posição no espaço. Neste sentido os processos de avaliação diriam mais em relação aos avaliadores do que em relação aos avaliados, que estariam, afinal, tentando impor uma determinada visão de mundo. Esses processos definiriam a hierarquia dos valores intelectuais e predeterminariam o julgamento a seu respeito.

Um trabalho científico deve, portanto, integrar a visão objetivista (posição ocupada no espaço) e a perspectivista (forma como esse espaço é visto) a fim de que se possa compreender o mundo em que se vive, bem como a lógica dessa compreensão. Como são feitas as classificações e por qual motivo foram feitas daquela forma. Como essas classificações que são realizadas visam apenas garantir capital a quem objetivamente não o teria, fica patente que esses sistemas somente são possíveis em razão da cumplicidade de todos aqueles que, ocupando posições homólogas, beneficiam-se dela. São chamados por ele de Sistemas de Defesa Coletivos. Tem de ter consciência de que todo ponto de vista é uma perspectiva e que, portanto, tem sua cota de cegueira e de lucidez. Deve se perguntar sobre o ponto de vista por meio do qual analisa e ainda o ponto de vista daquele em relação ao qual tece críticas. Uma análise científica deve relacionar o posicionamento de cada discurso com a posição ocupada pelos que as produziram. Os posicionamentos políticos são tomados de acordo com a posição ocupada no campo universitário, sendo a autonomia política que é garantida às opiniões restrinuida pelos interesses que estão ameaçados no campo universitário.

Por meio da forma de seleção e de inculcação o campo universitário reproduz a estrutura do campo do poder, ainda que não haja consciência e vontades individuais e coletivas neste sentido. Segundo Bourdieu (2011), as faculdades manteriam estrutura homóloga ao campo de poder, mas quiasmática. Os professores universitários, detentores de capital cultural, fariam parte do polo dominado do campo do poder, opondo-se aos patrões da indústria e do comércio. Mas sendo possuidores deste capital cultural de forma institucionalizada, seriam parcela dominante no campo da produção cultural, distinguindo-se em grau daqueles que seriam menos institucionalizados, como escritores e artistas.

A instituição reconheceria, nos seus procedimentos de cooptação, aqueles que a reconhecem. Não raro aqueles que são considerados precoces seriam aqueles que tratariam com maior seriedade as regras da Instituição e, desta forma, estariam mais inclinados a aceitar as injunções escolares. Assim, somente são garantidas benesses àqueles que entendam e aceitem os valores da instituição e nos limites por ela impostos. Essa forma de controle e submissão faz com que fique fortalecida a resistência à inovação e que a vanguarda seja deixada à parte. A esse propósito também serve a *communis doctorum opinio*: a fim de garantir que os conflitos internos não sejam expostos, seriam afastados preventivamente todos aqueles que possam ameaçar a ordem daquele corpo. Os mestres canônicos das disciplinas canônicas ainda contribuiriam para a reprodução do que já se poderia considerar ultrapassado, mas que por meio de obras normalizariam o conhecimento e contribuiriam para inculcar aquilo que poderia ser considerado a “opinião comum dos doutores” (BOURDIEU, 2011, p. 139).

O poder sobre os mecanismos de reprodução e, portanto, sobre os corpos só é possível em razão da formas de cooptação e das relações de dependência entre orientadores e orientandos, alimentados pela aceitação dos procedimentos por aqueles mais inclinados à ortodoxia do que à ruptura herética.

Bourdieu (2011) aborda ainda a questão de que os posicionamentos seguem sempre a lógica do campo que visam defender. A posição tomada no espaço universitário, ao contrário de definir-se a partir de critérios e propriedades exclusivamente universitários, vincula-se à posição política. Isto se daria, segundo o autor, em razão da propensão dos professores a defender o mercado que lhes assegura o valor de seu capital específico, ou seja, a defesa do corpo de que

fazem parte. As opiniões serão sempre tomadas na relação entre as disposições éticas ou inclinações políticas e o mercado a que se destina essa opinião. A atenção a essa distância entre o que se pensa em segredo e aquilo que se professa em público seria importante a fim de que seja possível compreender mudanças repentinas de posicionamentos, especialmente em tempos de crise, que levariam à tendência de publicação das opiniões.

Bourdieu já parte para análise da relação dos intelectuais – aqui representados pelos professores universitários – a partir da relação que mantém com o campo do poder. A função da autoridade científica seria a de, buscando manter sua posição no campo que ocupa, terminar por manter também imutáveis as posições no campo de poder em razão da relação quiasmática que manteria com ele. Sendo a parcela dominante dentro do campo acadêmico, garantiria o controle por meio de processos de cooptação - selecionando aqueles que demonstrassem maior tendência à necessária submissão – e reprodução – por meio das relações de dependência entre alunos e professores.

A relação entre o intelectual e o mundo exposta por ele seria mais direta do que a demonstrada por Kuhn e Bachelard. Aqui os mecanismos de cooptação e reprodução visariam garantir sua posição e, por consequência de sua relação com o campo de poder, também ele se beneficiaria. Haveria aqui uma simbiose entre ambos.

1.4.4. Gramsci e a dominação natural

A respeito dos intelectuais, Antonio Gramsci (1968) provoca com o questionamento a respeito de os intelectuais serem um grupo social autônomo e independente ou se a cada grupo social corresponderia uma categoria especializada de intelectuais. Buscando responder a esse questionamento demonstra a complexidade da resposta em razão das formas assumidas pelo processo de formação das categorias intelectuais, das quais destaca duas como sendo as mais importantes.

A primeira seria aquela em que cada grupo social criaria para si uma categoria de intelectuais a quem incumbiria dar homogeneidade e consciência da própria função, no campo econômico, social e político. Para o autor, os empresários, ou uma elite deles, deveriam ter a capacidade de organizar a sociedade de forma que fossem criadas melhores condições para a

expansão da classe. Esses intelectuais orgânicos criados por nova classe normalmente desenvolveriam especializações no interior da atividade inicial que desenvolviam. Uma segunda forma seria aquela em que cada grupo social novo encontra grupos intelectuais preexistentes. Esses intelectuais, tendo espírito de grupo, continuidade histórica e qualificação, consideram-se autônomos e independentes do grupo social dominante. Essa falsa noção de autonomia e independência tem reflexos no campo ideológico e político, já que resta a eles a utopia de não estarem ligados, como de fato estão, ao grupo dominante.

O autor considera como uma das características mais marcantes dos grupos sociais o fato de tentar assimilar e conquistar ideologicamente os intelectuais tradicionais, o que ocorreria tão mais rápido quanto fossem elaborados os intelectuais orgânicos daquele grupo. Para ele, seria a escola o instrumento de elaboração dos intelectuais em vários níveis.

Gramsci (1968) entende que seria possível medir objetivamente a complexidade da função intelectual nos Estados por meio da observação da quantidade de escolas especializadas e sua hierarquização. Alerta que as camadas intelectuais não seriam forjadas de forma democrática, mas de acordo com processos tradicionais concretos. Assim, a produção de intelectuais e a distribuição de diversos tipos de escolas atende às aspirações das camadas dominantes.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção é mediatisada pelo contexto social, “pelo conjunto de superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 1968, p. 10). Os intelectuais seriam aqueles que exercem as funções “subalternas da hegemonia social e do governo político”, trabalhando o consenso das massas em relação ao que aproveita ao grupo dominante e garantindo o aparato legal para o controle daqueles que não consintam (GRAMSCI, 1968, p. 11).

A função dos intelectuais, da forma como tratada por Gramsci, seria aquela que é exposta da forma mais direta, quando comparada aos demais autores já tratados. Para ele, os intelectuais serviriam apenas ao propósito dar homogeneidade a um grupo social e, em última análise a de garantir que os dominados permaneçam nesta condição, seja por meio do consenso – quando possível ser trabalhado nas massas- ou da força da lei. Para Gramsci não haveria interesses intermediários, mas apenas o trabalho dos intelectuais – preparados para este fim – em benefício da dominação.

No entanto, cabe dizer que, apesar de ser a que acusa a relação mais direta entre o intelectual e o mundo, é a que permite que a dominação possa passar de forma mais despercebida e, portanto, ser sentida como natural, já que a seria o instrumento para a elaboração dessa força. O poder de dissimular seria de tal magnitude que existiriam inclusive intelectuais a desconhecerem seu papel nesta dominação, tornando ainda mais perversos o alcance e resultados dela.

1.4.5. A responsabilidade do intelectual

Apesar dos diagnósticos feitos pelos autores serem tais que desnudam e causam certa perplexidade no que tange à relação dos intelectuais com o mundo, cada um deles oferece propostas no sentido de que este poder por eles detido pudesse reverter-se em benefícios gerais.

Gramsci apresenta proposta uma nova forma de ser do intelectual, não somente “exterior e momentâneo” por sua eloquência, mas participante, “persuasor permanente” deixando de ser apenas especialista para ser dirigente, ou seja, especialista mais político (GRAMSCI, 1968, p. 8).

Para Skinner (2002), a responsabilidade do pesquisador seria a de ter a consciência de que a sociedade impõe restrições veladas à imaginação e que o estudo a respeito das crenças de outras sociedades deve ser empreendido a fim de que se possa limitar essas restrições. A História das ideias é importante não pelas lições que podem ali ser coletadas, mas pelo autoconhecimento que pode promover. Demandar da história do pensamento soluções para o presente é uma falácia metodológica e erro moral. Mas aprender com o passado a distinção entre o que é necessário e o que é produto dos nossos próprios arranjos, é aprender uma das chaves para a autoconsciência.

Para Elen Wood (2008) a teoria política poderia iluminar nosso tempo no sentido de permitir a avaliação de ideias de um ponto de vantagem, ou seja, à distância e em seu próprio momento de surgimento. Desta forma seria possível perceber de que maneira e sob quais argumentos as ideias – que são geralmente aceitas de forma acrítica – foram desafiadas em seu próprio tempo, evitando que sejam aceitas como dadas e permitam seu questionamento. Assim, descobrir, por meio da história do pensamento, que não há conceitos atemporais mas apenas conceitos em diferentes sociedades é descobrir verdades não sobre o passado, mas sobre nós mesmos.

Bourdieu (2011) alerta para a responsabilidade da explicação científica que, para além de permitir compreender e inocentar, também tem a capacidade de transformar. Ao contrário de ser usado para afastar a responsabilidade moral daquele que tem conhecimento dos mecanismos que governam o mundo intelectual, o aprofundamento desse conhecimento deve servir para evitar que se dê ao mundo social aquilo que ele mais deseja, ou seja, “todos os nadas da complacência resignada e da cumplicidade dócil” (BOURDIEU, 2011, p. 25). O discurso científico possui uma aparência de verdade que faz com que tenha o monopólio da legitimidade do ponto de vista. De qualquer forma, conforme assevera Bourdieu (2011), todo discurso que se pretenda científico deve submeter-se às normas prescritas de forma que possa reproduzir o efeito de ciência. O conhecimento a respeito das especificidades do campo em que se trabalha não deve levar ao repúdio dela, mas à consciência da realidade, permitindo que questionamentos ainda mais profundos possam ser feitos. “[U]ma ciência social armada do conhecimento científico de suas determinações sociais constitui a arma mais poderosa contra a ciência normal e contra a segurança positivista que representa o obstáculo mais temível ao progresso da ciência” (BOURDIEU, 2011, p. 56). Somente ater-se às regras sem a criticidade suficiente favorece apenas a burocracia, atrasando o progresso da ciência. Para fazer avançar o conhecimento é necessário renunciar ao benefício social que poderia ser alcançado por meio da utilização da ciência como instrumento do poder.

Essa afirmação da responsabilidade do intelectual com a realidade – especialmente no que tange à sua transformação por meio da crítica – resgata a importância da distinção entre a Teoria Tradicional e a Teoria Crítica da forma como já abordada por Horkheimer (1983). De acordo com o autor, a distinção entre a Teoria Tradicional e a Teoria Crítica estaria localizada na estrutura do pensamento. A Teoria Tradicional seria um encadeamento de proposições que, colocadas em ordem e livres de contradição, levaria a deduções intelectuais que permitiriam o conhecimento de todas as coisas. O papel da teoria, sob a perspectiva tradicional, seria o de estabelecer a relação entre os fatos observados e o saber acumulado. Esse cálculo lógico, que aproxima as ciências do homem e a da sociedade das ciências naturais, define a forma de existência da Teoria Tradicional. Mas segundo o autor – pensando com Kant – a própria percepção dos fatos já estaria “enformada” pela atividade racional, ou seja, no momento em que

percebe e julga com sua consciência o objeto, o sujeito já manejaria sua própria sensibilidade – sob as condições sociais existentes – tornando essa atividade irracional. A Teoria Crítica, por sua vez, entende como contradição consciente a atual forma social que, segundo defendem seus teóricos, estaria “subordinada à decisão planificada e a objetivos racionais” (HORKHEIMER, 1983, p. 138). Neste sentido, o pensamento crítico seria aquele que busca eliminar a contradição entre sua visão dos fatos como cientista tradicional – que apreende a realidade como algo exterior – e sua percepção desses mesmos fatos como cidadão, ou seja, interessado politicamente por esta realidade. Para muito além da lógica, o que importa no caso da Teoria Crítica são os Processos Históricos concretos e, com eles, as relações sociais efetivamente existentes e a potencialidade de mudança. Assim, o estímulo à transformação é o que deve orientar a sua elaboração.

Em sua Carta para Ruge, Marx alertava que seu propósito não seria o de construir o futuro resolvendo os problemas, mas apenas o de despertar a consciência do mundo por meio da crítica impiedosa, ou seja, da crítica que não teme os resultados que dela advêm e menos ainda dos conflitos que suscitem com os poderes estabelecidos. Não se espera dos estudiosos que resolvam problemas ou que proponham soluções, mas que assumam a responsabilidade de, por meio da adoção de postura crítica contribuírem para a autoconscientização do mundo. Esse despertar da consciência seria suficiente para que fosse possível que ficasse evidente que “o mundo sonhou longamente em possuir algo em relação a que teria apenas que ter consciência para que o possuísse em realidade” (MARX, 1843, p. xx).

1.5. E esse pessoal sabe do que está falando? – O dilema da primeira impressão

A forma de tratamento dos fenômenos por parte dos estudiosos deve ser objeto de análise pormenorizada. À forma apontada pela ciência como sendo aquela que melhor atenderia aos interesses científicos deve ser oposta o que se percebe na realidade. É com este propósito que a contraposição de Bachelard e Bourdieu se apresenta.

Bachelard apresenta o modelo do que seria o ideal em matéria de desenvolvimento do conhecimento científico. Para tanto apresenta o obstáculo que denomina Generalização, em que

as especificidades de cada fenômeno são desconsideradas em benefício da extensão de um determinado conceito. Essa generalização seria decorrente do apego às primeiras impressões que seriam colhidas quando da análise pouco científica daquilo sobre o que se busca saber. O caminho apontado por ele seria o da oposição de desafios às particularidades que devem ser buscadas levando à evolução da busca pelo *como?* para a busca pelo *por quê?*.

Bourdieu oferece o ponto de vista da realidade percebida em ciências sociais. Para ele, em busca de benefícios materiais e simbólicos, os cientistas apresentam sua leitura dos fenômenos sem que qualquer aprofundamento científico a respeito deles tenha sido feito, terminando por reunir a falta de distanciamento necessário à avaliação científica com a pouca criticidade que favoreceria a regressão ao que aponta como sendo ensaísmo.

Interessa notar como o diagnóstico de Bachelard a respeito de um início corrompido pelas falsas impressões de primeira vista poderia levar a um resultado de pouca precisão científica e até mesmo de oposição à ciência adequa-se perfeitamente ao que diagnostica Bourdieu no caso das ciências sociais. Isto parece sugerir que a adoção do caminho proposto pelo primeiro e delineado também por Bourdieu, sejam os de maior acerto para que os fins da ciência possam ser alcançados.

Em sua obra *A Formação do Espírito Científico*, Bachelard (1999) alerta que nada teria sido tão prejudicial ao progresso do conhecimento científico quanto a falsa doutrina da generalização. O pensamento pré-científico era marcado pela generalização dos fatos por meio da aplicação de princípios de identidade, ou seja, os cientistas partiam de características sensorialmente semelhantes para demonstrar que situações distintas se correspondiam.

Considerando a filosofia uma ciência da generalidade, visava demonstrar que a ciência do geral seria a suspensão do que chamou “empirismo inventivo” e que as generalizações apressadas poderiam estar baseadas em “generalidades mal colocadas”. O pensamento generalizante levaria à perda do estímulo ao estudo uma vez que a generalidade imobilizaria o pensamento. O conhecimento pré-científico manteria com o conhecimento vulgar um vínculo “curto e forte” (BACHELARD, 1999, p. 83). Não limitaria seu objeto e, antes mesmo de concluir uma experiência, já a generalizaria e essa generalização seria de tal sorte que permitiria que a contradição entre dois contrários fosse superada. Para esse pensamento, a classificação

dos fenômenos já representaria o conhecimento sobre eles. Desta forma, o aspecto geral considerado inicialmente a partir da primeira intuição, ou seja a qualidade que estava em destaque, continuaria imóvel e, sendo generalizada, serviria para explicar tudo levando ao que Bachelard (1999) descreveu como sendo o “círculo sem fim do empirismo primitivo”, em que a experiência não apresenta sobre a hipótese qualquer influência (BACHELARD, 1999, p. 85).

O cientista moderno deveria fazer o caminho inverso, buscando a especificidade. Buscaria as particularidades e a elas oporia toda a sorte de desafios de forma que suas variações ficassem evidentes e, desta forma, pudesse entender o fenômeno sob várias condições. Seria a sua objetividade – ligada à exatidão – e não seu universalismo que caracterizaria o cientista moderno. Assim, a necessidade de superar a busca pelo *como* e avançar para o entendimento do *por quê* levaria à evolução da descrição para a formação. Ao contrário do pensamento pré-científico que buscava o caráter geral aplicando extemporaneamente o princípio da identidade sem suscitar problemas científicos bem definidos, o cientista moderno buscaria limitar seu campo experimental a fim de que seja possível determinar suas variações e, compreendendo o conceito do fenômeno, equiparar a razão e a experiência.

É próprio do espírito pré-científico a afirmação sem provas, baseada em observações gerais que, em regra, carecem de precisão na especificação da causalidade entre fenômenos distintos. O conhecimento vulgar caracterizar-se-ia pela atribuição de razões aos fatos de forma precoce, ou seja, o caminho entre o fato e a ideia seria muito curto. Somente mediante o equacionamento racional da experiência, afastando-se da concretude das imagens iniciais e buscando a formulação de um problema é que aquele conhecimento que se poderia atingir não restaria esvaziado. Por meio da busca pelas razões do fato, inserindo o mesmo em múltiplas possibilidades – denominada por Bachelard (1999) de teoria da racionalização discursiva e complexa – que se atingiria o espírito científico.

Em resumo, o pensamento pré-científico “pensa como se vê; pensa o que se vê” (BACHELARD, 1999, p. 128). O risco desta forma de interpretar o fenômeno seria o de que, diante de uma falsa percepção seriam suscitados problemas também falsos, tornando as experiências sem valor. O espírito científico dependeria da coragem de admitir como verdadeiro

apenas aquilo em relação a que houve a demonstração de possibilidade, abandonando a suficiência da plausibilidade para esses fins, ou seja, desprezando aquilo que seja desprezível.

Para o espírito pré-científico, a falta de rigor levaria à adoção de leis vagas que satisfariam as “*mentes sem nitidez*”. As generalidades colhidas por meio da primeira impressão seriam as estabelecidas com base no registro dos dados provenientes dos sentidos e, sendo constitutivo de conhecimentos estáticos, terminariam por empurrar a pesquisa científica. Dessa forma a captação direta de fenômenos aliada à rejeição da precisão matemática seria “*mau sinal*” (BACHELARD, 1999, p. 281).

Para o autor, apesar da ordenação em série de acontecimentos ser tarefa importante para a formação do espírito científico, ela se mostraria insuficiente em razão da incapacidade de perceber os vínculos mais profundos que não estariam visíveis neste nível. A ciência moderna consistiria em refletir sobre o que se refletiu. O pensamento moderno exigiria a resistência à primeira reflexão. A confirmação científica dependeria do confronto da verdade inicial com vários aspectos e pontos de vista, visando demonstrar que o pluralismo inicial possui uma coerência. Ao contrário da busca pela mera ampliação de conceitos por meio da avaliação superficial dos fenômenos – a fim de que possam coadunar com um conceito que se visa ampliar – o espírito efetivamente científico deveria buscar a complexificação, avaliando a variação de determinado fenômeno particular, objetivando variáveis e as testando em situações distintas. Seria esse aprofundamento, afastando-se da variedade e seguindo em busca da variação, que consistiria o espírito científico.

Quando o espírito não-científico tem pretensões de objetividade científica, ele valoriza mais o objeto e não a preparação com relação ao método de avaliação. A adesão à imagem inicial decorreria da crença de que não se interpretaria o fato, mas dando a ele valor de declaração. À medida em que o valor é a marca de uma preferência inconsciente, a valorização não pode ser benéfica a um conhecimento que se pretende objetivo, razão pela qual deve haver o expurgo radical de valores em cultura científica.

De forma que se poderia apontar como complementar ao exposto por Bachelard (1999), Bourdieu (2011) apresentou diagnóstico em relação às Ciências Sociais. Segundo o autor, os cientistas sociais teriam o costume de apresentar hipóteses para todos os acontecimentos,

especialmente para aqueles julgados críticos. Nos momentos em que o sentido do mundo social oscila, se apresentaria entre esses especialistas um desafio – não unicamente intelectual – em que as “hipóteses sob medida” passam a ser apresentadas a fim de que a leitura de mundo dessas pessoas seja tomada como a real. Desta forma, apresentando sua leitura de mundo – muitas vezes enunciada no ato apenas para que a atualidade do tema possa favorecer aquele que a apresentou – deseja que as coisas se apresentem segundo o seu dizer e que desta forma possam agregar a ele benefícios materiais e simbólicos, como visibilidade social e reputação. Dessa necessidade de apresentar as hipóteses no momento em que os fatos ocorrem - sem que, portanto, haja tempo suficiente para uma análise mais criteriosa - aliada à distinção dos mercados a que se destinam esses produtos, surgiriam as diferenças entre as produções culturais.

O atraso das ciências sociais e sua regressão em direção ao ensaísmo poderia ser também extraído dessa situação, já que o sucesso mundano dependeria dessa agilidade que, em termos de qualidade científica, seria prejudicial por reduzir o tempo de investimento no trabalho científico. O protocolo científico exige que haja distanciamento do pesquisador em relação ao ocorrido, ou seja, nas palavras de Bourdieu (2011) ele deve chegar “*depois da festa*” e tratar de um produto que não mais ostenta o “charme do improviso” (BOURDIEU, 2011, p. 208).

Para Bourdieu (2011), tratar os fatos no momento em que ocorrem levaria ao risco de que se limite sua explicação ao próprio fato, retirando-o do curso normal da história, onde ele se explica. Tratar momentos críticos como sendo privilegiados, ou “mais históricos que outros”, seria o oposto do que se espera da ciência. Deve-se recolocar os fatos na série dos acontecimentos para questionar qual a sua singularidade em relação aos demais. Toda crise seria uma sequência de vários acontecimentos independentes que introduz uma ruptura ao que teria ocorrido antes. Assim, seu entendimento depende de ser posicionada na sequência desses acontecimentos a fim de que possa comprehendê-la. Para Bourdieu (2011), somente colocando os momentos críticos nas séries no interior das quais foi possível que ocorresse e anulando o que lhe confere a singularidade é que seria possível compreender o que o define como situação crítica.

Apesar de a primeira observação ser encantadora, trata-se, em verdade, do primeiro obstáculo a ser superado, já que criaria a falsa impressão de compreensão a seu respeito e

levaria à generalização. Entre a observação e a experimentação haveria rupturas e não continuidades. O pensamento deveria abandonar o empirismo imediato e adotar um sistema que permitiria que volte à experiência, mas com ideias questionadoras. O espírito científico deveria se formar contra o impulso e a informação da natureza. Bourdieu (2011) – de forma semelhante à realizada por Bachelard (1999) - alerta para a necessidade de substituição da intuição primeira como norteador da pesquisa. Para ele, o caminho correto seria aquele em que a intuição é analisada e os demais momentos sejam acompanhados de indagações, cujas respostas levariam a novas questões. Tudo passaria a ser objeto de análise, até mesmo o código utilizado, que seria o instrumento da análise, é objeto de objetivação. Neste sentido, até mesmo a operação de codificação é analisada a fim de que seja possível diferenciar os códigos construídos daqueles que seriam apenas retomadas das codificações socialmente atestadas.

O fato de as ciências experimentais satisfazerem a curiosidade termina por tornar-se mais um obstáculo do que um benefício, já que retiram o sentido de problema, uma vez que a admiração sobrepõe-se ao conhecimento e as imagens às ideias. Segundo Bachelard (1999), “a primeira visão empírica não oferece nem o desenho exato dos fenômenos, nem ao menos a descrição bem-ordenada e hierarquizada dos fenômenos” (BACHELARD, 1999, p. 37).

O método crítico exigiria a mesma prudência na relação com o conhecido e o desconhecido, “sempre alerta diante dos conhecimentos habituais, sem muito respeito pelas verdades escolares” (BACHELARD, 1999, p. 15), razão pela qual seria compreensível que adotasse postura de incredulidade sistemática ao mesmo tempo em que tenha tanta fé no progresso do pensamento humano.

1.6. A rua define a academia ou a academia define a rua? – O dilema do contexto

A forma de interpretar a ciência e sua História importa. Às percepções de Thomas Kuhn, segundo o qual a forma de registro levaria à falsa percepção da forma como se desenvolve, aderem os posicionamentos de Quentin Skinner e Ellen Wood, para os quais a compreensão das ideias dependeria do conhecimento do contexto em que foram elaboradas, sob pena de, assim como detectado por Kuhn, prejudicarem sua correta apreensão. Para os autores, a importância do correto entendimento da forma como a ciência e as ideias se desenvolvem seria a de que sua

falsa percepção teria consequências na ciência. Seja pelo fato de sugerir aos estudantes direcionamento incorreto, quando faz supor que a contribuição para o desenvolvimento da ciência se daria retrilhando linearmente caminhos dos que os antecederam, sem permitir que saibam que em inúmeras vezes esse desenvolvimento ocorre contra os predecessores; seja por meio da adoção de ideias de cânones clássicos como se elaboradas de forma universal e perene, desconsiderando-se o contexto, e que levaria a falsa interpretações servindo a uma ideia de universalidade e perenidade de problemas que faria supor ser natural aquilo que seria resultado da ação humana.

Percebendo-se que o contexto é importante, interessa ainda que, mais do que o contexto intelectual de uma época, o contexto social é relevante, sob pena de não ser dada voz aos sempre silenciados dominados. Seguindo além, ter a consciência de que o contexto importa termina por permitir que seja feito o questionamento que, talvez, seja o fundamental na discussão sobre o desenvolvimento da ciência: É a realidade política que influencia a teoria ou é a teoria que baliza a forma de agir nesta realidade?

De acordo com Thomas Kuhn (1975), apesar de as revoluções científicas ocorrerem seriam, em grande parte dos casos, percebidas como adições ao conhecimento científico em razão da forma como as autoridades responsáveis por registrar sua história o fazem. Essa forma não coadunaria com a realidade da atividade de pesquisa, levando a noções errôneas a respeito de sua natureza e desenvolvimento, já que apresenta o desenvolvimento da ciência seria um processo gradativo de acúmulo de itens que terminam por compor as técnicas e o conhecimento científicos. À História da Ciência caberia registrar tanto os aumentos quanto os obstáculos que dificultaram esse acúmulo.

Nos últimos anos, no entanto, os historiadores vem percebendo que talvez a ciência não se desenvolva por um processo de acumulação de “descobertas e invenções individuais” (KUHN, 1975, p.21) e que a distinção entre o que seria científico e o que seria mito não é tão simples. A partir deste novo posicionamento, historiadores não mais buscam contribuições das ciências antigas em relação à realidade atual, mas buscam situá-las em relação à sua própria época – nas relações entre cada grupo e entre os grupos da época sob a perspectiva então existente –, levando a uma maior coerência interna e adequação à natureza.

Se a forma como a ciência é percebida pelos estudantes é aquela que vai determinar a maneira pela qual o futuro cientista desenvolverá suas pesquisas, é relevante saber que a ciência é feita de períodos de continuidade permeados por revoluções científicas e que estas fazem parte do processo natural de seu desenvolvimento. Neste sentido a mudança em direção à contextualização das contribuições favorece a própria ciência.

No campo da Ciência Política, movimento semelhante pode ser percebido. De acordo com Ellen Wood (2008), o entendimento da teoria política como produto histórico nem sempre prevaleceu na história do pensamento político e ainda precisa ser justificado contra as acusações de que a historicização do trabalho dos clássicos de teoria política desmerece seu significado.

Traçando breve histórico a respeito da história do pensamento político, Ellen Wood (2008) trata da divisão do campo nos anos de 1960 e 1970 entre aqueles que se dedicavam ao estudo empírico dos fatos da vida política – por isso chamados de ciência política real – e aqueles que, sendo chamados de normativos, dedicavam-se ao estudo da teoria, refletindo a respeito da política da forma como se mostrava e seguindo além para apontar de que forma deveria ser – por isso chamados de ciência política do dever ser. Essa barreira entre os dois posicionamentos deveu muito à Guerra Fria, em que o critismo social foi desencorajado. Apesar de essa forma de ciência política ter sido desafiada, os teóricos políticos sentiram-se, por algum tempo, confortáveis com o fato de estarem nesta posição e, principalmente, depois da trégua entre ambos os lados, que se comprometeram a não mais se desrespeitarem mutuamente.

Teria havido ainda um ataque contra os historicismos, especificamente contra o chamado relativismo que supostamente se opunha às verdades absolutas e universais. Apesar de muitos não se filiarem diretamente ao anti-historicismo, seriam avessos à história e tratavam os grandes pensadores como “mentes puras que flutuavam livres sobre as batalhas políticas” (WOOD, 2008, p. 6, tradução nossa), razão pela qual, entendiam que tratá-los como seres históricos envolvidos na política de seu tempo seria desmerecer-lhos. A distinção entre filosofia política e ideologia, para essas pessoas, estaria no fato de que os primeiros – grupo do qual faziam parte os clássicos – tratariam de fatos universais e perenes, mantendo-se acima de lutas políticas e partidarismos.

O que não teria ocorrido a estes estudiosos é que as questões universais poderiam ter sido feitas e respondidas em razão de interesses políticos imediatos e que os ideais expostos pelos pensadores poderiam revelar muito a respeito do comprometimento político e social e de que forma os pensadores portavam-se diante dos conflitos dos dias em que viveram. Essa forma de entender os clássicos levou ao surgimento da escola que passou a ser chamada de Escola de Cambridge e que, reagindo ao anti-historicismo, defendeu posicionamento que em razão do contraste pareceu tratar-se de historicização radical.

O principal exponente da Escola de Cambridge, Quentin Skinner, postou-se diametralmente oposto à dicotomia defendida pela abordagem a-histórica que colocava em lados opostos a filosofia política e a ideologia, bem como a oposição entre o empírico e o normativo. Para Skinner (1978), a melhor forma de entender a história da teoria política seria entendê-la como a história da ideologia e, para tanto, dependeria de contextualização detalhada. A concentração no estudo das ideologias permitiria que os clássicos pudessem ser estudados sob uma perspectiva mais clara, facilitando o entendimento a respeito do significado do que escrevem os autores, substituindo a estratégia proposta pelos textualistas de ler e reler os textos com essa finalidade.

Enquanto o método tradicional utilizava-se essencialmente dos textos clássicos, Skinner (1978) propõe que além desses teóricos, seja utilizada ainda uma “matriz intelectual e social mais geral dos quais os trabalhos deles surgiram” (SKINNER, 1978, p. x, tradução nossa). Apresenta como vantagens de sua abordagem o fato de que permite que seja possível entender o que os autores dos textos fariam ao os escreverem. Para além de perceber os argumentos que apresentam, seria possível identificar as questões que tentariam responder e qual o posicionamento deles frente aos posicionamentos dominantes no debate político. Essas percepções não poderiam ser alcançadas por meio da adoção do método textualista que preveria apenas o estudo dos textos. Para saber a que respondem, é necessário saber em que sociedade escrevem. E para saber “a direção e força de seus argumentos, necessitamos ter alguma avaliação do vocabulário político geral do tempo” (SKINNER, 1978, p. xiii, tradução nossa). Trata-se, em resumo, de situar o texto em seu contexto de forma que a história não seja apenas o pano de fundo, mas faça parte do ato de interpretação em si.

Para tanto, inicia sua análise por meio da descrição das características mais relevantes da sociedade em que as obras foram escritas a fim de construir um panorama em que os teóricos mais proeminentes poderiam estar situados, razão pela qual centra-se mais na história das ideologias do que nos textos clássicos. Ao estudar os teóricos clássicos de forma isolada de seus contemporâneos o método textualista não é capaz de demonstrar de que forma os pensadores construíam o pensamento político, restando prejudicada a percepção da via política que, segundo ele, apontaria as questões que viriam a ser consideradas problemáticas e em relação às quais os temas de debate surgiram. Entendendo como essencial o contexto em que os textos foram escritos, identifica o vocabulário disponível como essencial para a determinação de que forma as questões de que tratam surgiram e foram discutidas. Para o autor, a utilização de um novo vocabulário – por meio do qual as ideias seriam articuladas e discutidas - demonstraria com clareza que uma sociedade teria atingido a autoconsciência da adoção de um novo conceito.

Em resumo, entender os textos pressupõe compreender o que intentaram significar e como esse significado deve ser apreendido. Seria saber o que seus autores – escrevendo quando escreveram e com a audiência para a qual escreviam – intentaram comunicar. O próximo passo seria decodificar as relações entre as declarações e o contexto em que foram faladas a fim de que seja possível entender a intenção do autor.

Alerta, no entanto, que a forma de ler os textos a fim de que se compreenda o que o escritor disse não poderia ser facilmente destacada das expectativas e prejulgamentos a respeito do que ele deveria pretender dizer. Isto se daria em razão da tendência de adaptação das percepções e pensamentos alheios àquilo que o pesquisador percebe e pensa. A classificação ocorre a fim de que seja possível a compreensão, mas é feita de acordo com o que é familiar ao classificador. Neste sentido, o risco da tentativa de ampliação do entendimento histórico seria o de que, na expectativa de saber o que um determinado autor fala ou faz, possa haver a determinação daquilo que o pesquisador entenda que ele esteja falando ou fazendo, mas que, na verdade, ele não teria nem poderia como fazer.

A adoção de seu método contribuiria, segundo o autor, para além de iniciar o caminho para a construção de uma história da teoria política, revelar as conexões entre a teoria política e a prática. Segundo o autor, os historiadores políticos tenderiam a atribuir um papel de menor

importância para a teoria política quando da tentativa de explicação do comportamento político. Para ele, enquanto os historiadores continuarem a entender que sua função principal seria a de interpretar os textos clássicos, o estabelecimento das relações entre teorias políticas e a vida política permaneceriam sem ser esclarecidos. Defende a ideia de que a natureza dessa interação seria tal que o comportamento político buscaria se adequar à teoria política de forma que pudesse ser recomendada como legítima, ou seja, “restringiria sua performance a apenas uma certa gama de atos” (SKINNER, 1978, p. xii, tradução nossa). A existência de um determinado vocabulário normativo que descrevesse o comportamento político restringiria a própria ação do agente e, portanto, o estudo desse vocabulário poderia demonstrar de que forma o comportamento político depende do estudo do pensamento político. A fim de afastar o questionamento de que a relação entre a ideologia e a ação política seria meramente instrumental, assevera que o problema de legitimar os atos e ao mesmo tempo atingir seus objetivos “não pode ser simplesmente um problema instrumental de ajustar a linguagem normativa de forma a abranger seus projetos. Deve em parte ser a questão de ajustar seus projetos para que se adequem à linguagem normativa disponível” (SKINNER, 1978, p. xii – xiii, tradução nossa). Apesar disso, nega que “essa superestrutura ideológica seja o resultado direto de sua base social” SKINNER, 1978, p. xi, tradução nossa).

De acordo com Wood (2008) a estratégia de Skinner consiste em abranger não apenas os textos dos teóricos principais, mas também as demais contribuições do período a fim de que seja possível identificar o vocabulário e as premissas principais a respeito da sociedade política que estejam presentes nos debates de determinado local e momento. A proposição de que as questões políticas que são enfrentadas pelos teóricos clássicos seriam determinadas pela vida política real e moldadas de acordo com as condições históricas em que nascem dependeria, no entanto, daquilo que se entende por contexto relevante. O que Skinner trata por “matriz social e intelectual” teria significado distinto de contextualização. Seria o contexto intelectual, entendendo que o social seria definido pelos vocabulários existentes. A vida política a que ele se refere como sendo a que determinaria os problemas a serem tratados pelos teóricos, seria, um jogo de linguagem, já que a contextualização se resumiria a situar o texto entre outros textos,

vocabulários, discursos, paradigmas e formalidades. O método de Skinner seria apenas mais uma forma de história das ideias, mais sofisticada, mas ainda limitada aos textos.

Da mesma forma como Skinner, também Pocock a que Ellen Wood se refere, tratariam a teoria de forma a-histórica em razão de entenderem que a história não se relaciona a processos e que as transformações históricas somente se manifestam por meio de mudanças na linguagem da política. As mudanças no discurso, que representariam a culminação e a consolidação das transformações sociais, seriam tratadas como origem e causa. O que é considerado história do pensamento político por esses autores é, na verdade, a-histórico em razão de falhar quanto ao alcance do que é reconhecidamente decisivo no desenvolvimento histórico nos momentos relevantes, mas também por não terem noção de processo. História para a Cambridge School seria uma série de eventos particulares desconectados, controvérsias específicas em locais e momentos isolados e sem a inclusão em qualquer processo histórico, seja ele pequeno ou grande. Não haveria aqui a conexão entre um momento histórico e outro ou entre um episódio político e o processo social que está subjacente. “Os processos históricos longos são convertidos em episódios políticos momentâneos” (WOOD, 2008, p. 11, tradução nossa).

Para os Contextualistas, os contextos deveriam ser depreendidos por meio do que fora escrito pelos pensadores políticos. As relações sociais e processos deveriam ser vistos apenas por meio do que fora escrito, analisando-se o que os teóricos faziam e por qual motivo o faziam, de acordo com a linguagem e estratégias de argumentação “nas circunstâncias políticas específicas do seu tempo e lugar e frequentemente por propósitos políticos específicos” (WOOD, 2012, p. 29, tradução nossa). Para os Contextualistas Sócio-históricos, no entanto, as condições sócio-históricas em que os discursos se dão não podem ser excluídas. Dever-se-ia manter em mente que os clássicos de teoria política foram escritos em resposta a circunstâncias históricas particulares.

Apesar de ser nos momentos de crise – quando há conflitos sociais e políticos – que a maior criatividade floresce no campo da teoria política, nos momentos de calmaria os problemas tratados pelos teóricos apresentam-se de maneiras historicamente específicas. Isso quer dizer que apesar de os teóricos terem muito a dizer a respeito de questões interessantes, saber o que eles falavam pode ser ainda mais proveitoso quando seja possível entender “por que falaram, para quem falaram, com quem estavam debatendo (explicita ou implicitamente), como o mundo

imediato os via e o que acreditavam que deveria ser substituído ou mantido” (WOOD, 2008, p. 3, tradução nossa). Isso não se trataria, segundo Wood (2008) de detalhe biográfico ou pano de fundo histórico, uma vez que entender o pensamento político pressupõe que se identifique qual a pergunta que desejam responder e que estas questões com as quais são confrontados não se tratam de simples abstrações, mas representam problemas específicos que surgem em condições históricas nascidas de um contexto de “atividades práticas, relações sociais, pressões, queixas e conflitos” (WOOD, 2008, p. 4, tradução nossa).

Comparando a Cambridge School aos pós-modernistas, afirma que “O discurso é para ambos a única prática constitutiva da vida social; e a história é dissolvida em contingência. Ambos respondem a grandes narrativas, mas não por meio de exame crítico de suas virtudes e vícios, mas descartando processos históricos completamente” (WOOD, 2008, p. 11, tradução nossa).

Estabelecendo paralelos entre as formas de Contextualismo e aquela História Social que propõe, alerta que distinguem-se “não apenas na substância, mas também em forma e método” (WOOD, 2012, p.27, tradução nossa). Apesar de ambas entenderem que a compreensão da ideia dos pensadores políticos dependeria de saber qual a “pergunta que buscavam responder” (WOOD, 2012, p. 27, tradução nossa) - consciente de que esses questionamentos seriam constituídos em condições históricas específicas e que as respostas poderiam advir de trabalho de inteligência ou de situações em que a urgência ou a paixão que as comprometesse – o Contextualismo Sócio-histórico vai além e defende que as ideias poderiam também ser depreendidas da situação do pensador em determinado contexto. Se ambas as escolas concordam que, ainda que os pensadores intentassem transcender as especificidades de seu tempo e local, as questões que tinham em mente eram postas de formas históricas específicas, diferindo os entendimentos em relação à concepção que tem a respeito de “que forma essas questões tomam e como são configuradas pelas especificidades da história” (WOOD, 2012, p. 28, tradução nossa).

Interessa notar que, a fim de demonstrar de que forma essas questões podem ser identificadas seria importante a atenção aos processos de longo termo, ou seja, observando o processo que leva ao seu surgimento, por meio das formas sociais que eram existentes e que

passam a ser desafiadas ou substituídas. A análise dos conflitos que precedem as transformações fornecem o material das ideias. Apesar de em determinados momentos da história as controvérsias político ideológicas surgirem com tal intensidade nos textos que o Contextualismo os alcançaria e que as teorias políticas tenderiam a surgir. Mas para o Contextualismo Sócio-Histórico esses momentos não seriam suficientes para que se entendesse um grande pensador. As transformações sociais mais longas e tensões estruturais colaborariam para um melhor entendimento a respeito do que ocorre fora do alcance da alta política (WOOD, 2012). Apesar de não descartar a importância de momentos específicos na elaboração das ideias, Ellen Wood (2012) propõe maior consideração a respeito dos “contextos sociais e processos históricos normalmente negligenciados, se não explicitamente descartados por outras formas de “contextualização” (WOOD, 2012, p. 30, tradução nossa). As diferenças históricas específicas e nacionais devem ser consideradas e esta forma de contextualização que oferece auxiliaria, inclusive, a evitar que as semelhanças de vocabulário possam disfarçar as diferenças que verdadeiramente poderiam ser observadas. Isso seria importante a fim de que seja possível perceber não só a diferença das respostas dadas pelos pensadores, mas também das perguntas que estejam desejando responder.

A abordagem do contextualismo sócio-histórico “difere da Cambridge School tanto no escopo do que considera contexto quanto no esforço de apreender os processos históricos” (WOOD, 2008, p. 12, tradução nossa). Os processos ideológicos demonstram como seriam os pensadores, mas não demonstrar como se situavam em um processo histórico mais amplo leva à dificuldade de distingui-los de meros publicistas. Experiências históricas distintas apresentam problemas distintos que poderão ser percebidos em tradições de discurso também diferentes. Essa diversidade de discurso pode não representar simples diferenças de pensamento entre os autores, mas apenas significar que tratavam de problemas diversos. Até mesmo as questões perenes podem apresentar-se de maneiras distintas, levando a abordagens diferentes e saber qual constelação de problemas a história apresentou aos autores é garantir que não sejam tomados por meros contendores. Contextualizar não significa reduzir a relevância, mas, ao contrário, permite aprender com os clássicos por permitir melhor compreensão de significado e intenção. Busca-se explorar as ideias dos pensadores políticos mais importantes, mas considerando que

são seres humanos engajados e que estariam imersos não apenas na herança cultural recebida de outros filósofos nem no pano de fundo do vocabulário de sua época e local, mas no contexto dos processos sociais e políticos que moldam seus mundos.

Apesar de haver uma forma de estudar a história da teoria política por meio do seu desligamento das questões humanas de que ela trata, pensar em política, em termos de teoria política, é justamente considerar e fazer julgamentos a respeito de que forma se traduziriam os princípios particulares nas relações sociais e em arranjos políticos. Se a função da teoria política seria a de apurar nossa percepção e instrumentos conceituais para aplicação na política de nossos dias, o esvaziamento da história da teoria política de seu significado prejudica esse propósito. “Historicizar é humanizar, e desligar ideias de seu próprio cenário material e prático é perder nossos pontos de contato humano com elas” (WOOD, 2008, p. 13, tradução nossa).

Essa história social da Teoria Política, nesta concepção de contexto histórico parte de algumas premissas que, segundo Ellen Wood (2008), pertenceriam à tradição do materialismo histórico. Isto quer dizer que considera que a relação das pessoas entre si e com a natureza ocorre a fim de que a própria sobrevivência e a reprodução social sejam garantidas. Desta forma, a fim de que seja possível entender as práticas sociais e culturais de um determinado tempo e lugar, é necessário saber quais seriam as condições de sobrevivência e reprodução social, bem como as relações entre as pessoas são expressas em dominação política, resistência e luta. A questão é saber que as questões que são colocadas aos pensadores políticos, ainda que universais ou eternas, são postas de formas históricas específicas. Não se trataria apenas de considerar as vozes populares que sempre teriam sido silenciadas, apesar de poderem ser depreendidas dos discursos de justificação das classes dominantes. Mas de descobrir os sentidos e motivações dos discursos, independente de serem populares ou dominantes. Não é suficiente para essa forma de estudo, relacionarem-se os pensadores, suas declarações e textos, nem situá-los nos contextos históricos de episódios políticos específicos. Apesar de saber que os momentos históricos tem consequência na linguagem política, a questões a serem respondidas pelos teóricos são também influenciadas pelas relações sociais que ocorrem fora da arena política e para além do mundo dos textos. A história social do pensamento político deve questionar-se a respeito das formas pelas quais “os processos sociais, relações, conflitos e lutas

fora do espaço político” (WOOD, 2012, p. 28, tradução nossa) constituem a esfera política e como os conflitos sociais determinam os termos da controvérsia política.

Da forma como exposto por Skinner, contextualizar as ideias, além de contribuir para sua compreensão, permitiria ainda estabelecer a relação entre a vida política e a teoria. Da forma como percebe, a teoria teria influência sobre a vida política não de forma meramente instrumental, mas com a capacidade de fazer com que os projetos se adequassem. Para Ellen Wood a relação seria distinta e esta distinção justificaria a forma como procede em suas análises. Sendo o trabalho realizado pelos intelectuais influenciado pelas relações sociais, é a elas que se direciona sua pesquisa.

Se as perguntas que os cientistas visam responder mantém com o mundo relação de influência que merece ser melhor compreendida, justificar-se-ia o questionamento a respeito do que fariam naquele contexto e em relação àquela realidade específica enquanto escreviam. Busca-se, por meio dessa análise, a melhor compreensão das ideias – como no caso de Skinner – e da própria realidade social – como no caso de Wood.

O presente Capítulo se encerra com a percepção de ter havido avanço a respeito da etapa de aprofundamento do conhecimento em relação à Ciência Política por meio das respostas aos questionamentos julgados importantes para essa finalidade. Conforme exposto, a partir das discussões apresentadas concluiu-se que a Ciência Política pode ser considerada ciência, ainda que não haja o pleno atendimento aos requisitos apresentados como mínimos a esta finalidade. Essa conclusão foi possível diante do entendimento de que esses requisitos tratavam de situação em que as ciências consideradas seriam aquelas da natureza, havendo importantes distinções entre elas e as ciências sociais que devam ser consideradas.

Concluiu-se também que a Ciência Política é pré-paradigmática e que as revoluções referidas por Dryzek (2006) ou as “Big Things” de Goodin (2009) não corresponderiam às mudanças no campo próprias das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn, mas apenas mudanças de agenda de pesquisa.

Compreendeu-se ainda a forma como os intelectuais atuam em defesa do campo e de sua posição nele, mediante abordagens que variam desde aquelas centradas na própria ciência –

como é o caso de Kuhn e Bachelard – até abordagens que evidenciam as relações entre a academia e a manutenção do *status quo* – como é o caso de Gramsci e Bourdieu.

Avaliou-se ainda a forma como os fatos são tratados pelos cientistas e do impacto que a adoção da primeira impressão como norte para as pesquisas tem em relação ao resultado delas, tratando-se da questão da simplificação e generalização que terminam por fazer perecer parte considerável do conhecimento.

Por fim enfrentou-se aquele que parece ser o questionamento mais delicado e também o de maior importância, qual seja, a importância do contexto e os fluxos entre a academia e o mundo. Partindo-se da compreensão de Quentin Skinner entendeu-se que a academia teria influência sobre a vida política à medida em que a necessidade de legitimação levaria à adequação das ações àquilo que seria julgado legítimo pelas autoridades. Partindo-se de Ellen Wood, os fluxos teriam caminho oposto, sendo a vida política a nascente dos temas que seriam tratados pelos intelectuais. Tendo sido possível apenas aventar hipóteses, que para sua afirmação ou refutação dependem dos dados que serão produzidos ao longo da pesquisa, é imperioso avançar para a próxima etapa.

No capítulo que se segue a tentativa será a de demonstrar a um só tempo e por meio de textos escritos por diversos estudiosos de áreas distintas a importância do Junho brasileiro, bem como a variedade de perspectivas e formas de compreensão a respeito desses eventos. As publicações partiram de autores nacionais e estrangeiros, incluindo desde neófitos até os mais experimentados estudiosos do tema, fazendo supor que junho de 2013 trata-se de acontecimento que despertou a atenção da academia. No entanto, a forma como essa atenção foi processada e quais os seus resultados deverão ser conhecidos ao fim da corrente pesquisa.

Cuidar-se-á também de apresentar as várias definições a respeito de Movimentos Sociais e a importância da adoção de cada uma delas para seu estudo, já que haveria desde perspectivas que restringem a definição – e, portanto, reduzem a amplitude da consideração do que seriam – até aquelas que alargam essa compreensão, ampliando seu espectro de estudo.

Também serão apresentadas as teorias a respeito de Movimentos Sociais, preparando-se o caminho para o Capítulo III. Com efeito, a exposição dos referenciais teóricos à disposição dos estudiosos – por meio da apresentação das características distintivas e de seus principais autores

– auxiliará na identificação dos referenciais teóricos manejados por eles antes e depois de junho de 2013 a fim de que, ao final, seja possível a percepção de mudança ou manutenção desse referencial e das razões para tanto.

CAPÍTULO II – TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

“De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois se formaram redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada” (CASTELLS, 2013, p. 9-10).

A descrição bem serviria para tratar das manifestações de junho de 2013, mas tratam, na verdade, da visão de um autor que é participante do movimentos dos Indignados de Barcelona e simpatizante de movimentos de outros países, como Tunísia, Egito e Estados Unidos da América.

Discutir a semelhança e/ou relação entre os movimentos ocorridos na Europa e Estados Unidos e aqueles que tiveram como palco o Brasil é motivo de controvérsia. Para alguns, como Maria da Gloria Gohn, não haveria grande semelhança entre eles, senão pelo fato de tratarem-se de movimentos locais, regionais, que discutem a situação de cada país, mantendo, portanto, características próprias distintas dos demais (GOHN, 2013). No entanto, sendo a indignação “*um estado de ânimo*” (BRINGEL, 2013), também junho de 2013 poderia ser incluído na categoria geral que GOHN (2013), denominou “Movimento dos Indignados”, em que haveria associação da insatisfação a “*rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política*” (BRINGEL, 2013).

Para Raul Zibechi (2013), haveria relação íntima entre eles, já que seriam a manifestação de uma luta anticapitalista, que poderia ser demonstrada pela resistência contra todas as formas de opressão e aquilo que denominou “*extrativismo urbano*”, que seria a acumulação em torno de megaeventos e megaobras (ZIBECHI, 2013, p. 30). Portanto, segundo ele, “*romper esse mecanismo de controle, modificar o lugar que tem a classe dominante para os de baixo*” seria claramente uma manifestação anticapitalista desses movimentos (ZIBECHI, 2013, p. 30, tradução nossa). Em sentido semelhante, Ricardo Antunes entende que teria havido “*saturação e esgotamento, causados por essa mercadorização da res publica, tipicamente neoliberal*”. (ANTUNES, 2013).

Se não se pode dizer haver um mínimo de concordância a respeito da semelhança entre o caso brasileiro e aqueles que ocorreram em outras partes do mundo, tampouco se poderia dizer que há consonância em relação às supostas especificidades das manifestações ocorridas em junho de 2013. Segundo Breno Bringel, haveriam especificidades e elas deveriam ser cuidadosamente analisadas. Para o autor, enquanto os movimentos europeus e norte-americanos trataram da busca pela garantia de direitos que já haviam sido conquistados, ou seja, eram reativas, o caso brasileiro tratou de lutar pela conquista de novos direitos ou da efetiva execução daqueles já previstos pela Constituição de 1988, sendo, portanto, reivindicações proativas (BRINGEL, 2013). Cabe ressaltar, no entanto, que o que a princípio possa parecer distinção pode aparecer como semelhança, de acordo com a definição de pré-contratualismo e pós-contratualismo de Boaventura de Souza Santos quando trata dos processos de exclusão dos direitos de cidadania operadas na atualidade (Souza Santos, 1999).

Raul Zibechi entende que estaríamos diante de um momento em que uma “*nova cultura política*” teria se formado por meio de grupos integrados por militantes com capacidade de “*definir projetos e estratégias para construir uma força social que promova mudanças desde baixo*” (ZIBECHI, 2013, p. 24, tradução nossa). Essa cultura de lutas estaria se consolidando desde o início do século XXI e teria eclodido em junho de 2013. (ZIBECHI, 2013).

Para Marcos Nobre, estaríamos diante de um “*choque de democracia*”, em um clima semelhante ao da Constituinte, em que as reivindicações viriam de todos os lugares, sem unidade ou organização, com o agravante de haver a multiplicação de passeatas que expressariam, em última análise, o “*inconformismo e revolta com a atual configuração do sistema político*” (NOBRE, 2013, p. 40).

Tampouco há, na doutrina, linearidade em relação à previsibilidade dos movimentos ocorridos em 2013. Para Ricardo Antunes “*não se tinha, então, a menor ideia de que o Brasil vivenciaria um levante social*” (ANTUNES, 2013). Para Raul Zibechi, no entanto, “*seguindo a trajetória dos novos movimentos urbanos, as massivas manifestações de junho não podem resultar surpreendentes*” (ZIBECHI, 2013).

Talvez seja exatamente essa complexidade, identificada pela pouca convergência entre os estudos a respeito das manifestações, que justifique seu destaque em relação aos demais

movimentos ocorridos anteriormente e aqueles que os sucederam. O que haveria de tão diferente em junho de 2013?

Ciente dos riscos envolvidos na abordagem crítica de casos como o que ora se analisa, Alexandre Martins Vianna acusa o cuidado que o cientista social deve ter no sentido de desenvolver uma escrita auto reflexiva que, portanto, não reduza o objeto de análise em razão do método analítico que utilize (VIANNA, 2013). No mesmo sentido, Maria da Glória Gohn (GOHN, 2014) alerta para a importância de se estudar esse ciclo de protestos considerando suas “*susas diferenças internas, a diversidade de perfis de seus componentes, as matizes ideológicas*” a fim de que não se incorra no erro constante de fazer uma leitura buscando os elementos de uma abordagem pré-concebida e, não encontrando os elementos dessa determinada abordagem, terminar por descaracterizá-las (GOHN, 2014, p. 142).

Com um total estimado de um milhão de pessoas, distribuídas em 353 (trezentos e cinquenta e três) municípios em apenas um dia, o dia 20 de junho de 2013 entrou para a história como o auge dos protestos que tiveram lugar no Brasil entre junho e agosto daquele ano. Ao todo, estima-se que cerca de dois milhões de pessoas em 483 municípios tenham participado das manifestações. (GOHN, 2014).

Chamados pela mídia de “manifestações”, podem ser considerados, em sua maioria, como “*manifestações do estado de indignação em face à conjuntura política nacional*” (GOHN, 2014, p. 8). Eram coletivos não hierárquicos, tinham gestão descentralizada onde os participantes tinham autonomia e não atuavam sob a coordenação de uma liderança central. Ao contrário dos então chamados “novos movimentos sociais”, que buscavam firmar uma identidade, as manifestações de junho de 2013 não querem ser nominadas de movimentos (GOHN, 2014).

Tratavam-se de jovens, escolarizados e predominantemente de classe média. Conforme dados de pesquisas do Datafolha, citadas por GOHN (2014), 77% tinham diploma universitário e 53% tinham menos de 25 anos de idade. O que os motivava era, “*um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade*” (GOHN, 2014, p. 13). Acreditavam que os atos seriam formas de pressão que tenderiam a

promover as mudanças reivindicadas, conforme resposta de 94% dos entrevistados na pesquisa do IBOPE do dia 20 de junho (GOHN, 2014).

Para André Singer, apesar de haver uma disputa a respeito da composição social das manifestações, em que, de um lado, estariam aqueles que entendem que fossem formadas por uma classe média inconformada com a realidade nacional e, de outro, aqueles que teriam enxergado ali o precariado, ele se filiaria a uma terceira hipótese, segundo a qual “*elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas*” (SINGER, 2013, p. 27).

Segundo a autora (GOHN, 2014), somente em três outros momentos na história do Brasil ocorreu algo semelhante: “*em 1992, no impeachment do ex-Presidente Collor de Melo; em 1984, no Movimento Diretas Já, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos 1960, nas greves e paralizações pré-Golpe Militar de 1964, e em 1968 com o movimento dos estudantes, a Passeata dos Cem Mil, etc...*

” (GOHN, 2014, p. 8).

Breno Bringel, considerando a relação entre os movimentos sociais e o Estado entende que haveriam dois ciclos de ação coletiva anteriores na história do país, sendo o primeiro o que inicia-se nos anos 1970 e seguiria até o impeachment de Fernando Collor de Mello – marcado pela menor institucionalização e maior crítica ao Estado - e o segundo iniciado nos anos 1990 e que teria tido por característica a maior aproximação entre movimentos sociais si e entre eles e o Estado (BRINGEL, 2013).

Ainda assim, segundo Marcos Nobre, o ineditismo de 2013 se sobressai. O movimento *Diretas Já* lutava por mais democracia e menos desigualdade. Com relação a 1992, a insatisfação com a situação econômica e os serviços públicos teria sido canalizada contra um presidente que conduzia o que deveria ser um país democrático, de forma “*personalista e autoritária*”. Ou seja, em ambos os casos havia uma narrativa unificada que se colocava como “*modelo para a formação de um movimento*”, o que não seria o caso de junho de 2013 em que, segundo o autor, teria havido um encontro de “*reivindicações, frustrações e aspirações*”, não sendo possível falar de apenas um movimento, mas de vários. (NOBRE, 2013). Ricardo Antunes também acusa distinções entre junho e os demais períodos, como 1992 (passeatas contra Fernando Collor), 1984 (Diretas Já) e 1976, 1977 e 1978 (movimento estudantil contra a

ditadura). Para ele, todos os casos anteriores tratavam-se de movimentos “ideologicamente concebidos” (ANTUNES, 2013).

Conforme Alexander Martins Vianna, “*as manifestações de junho são configurações sociais complexas; não são justaposições de indivíduos a formar uma massa monolítica ou maniqueísta de questões e problemas*” (VIANNA, 2013, p. 46). No mesmo sentido, Maria da Glória Gohn alerta que tratavam-se de coletivos “*diversificados e diferenciados*” (GOHN, 2014, p. 44). Por esta razão, enfrentaram problemas internos, já que a decisão de alguns era colocada em prática independente da concordância dos demais, o que torna impreciso entender-los como um bloco homogêneo. Maria da Glória Gohn (GOHN, 2014) cita três movimentos em especial que, segundo ela, tiveram participações mais intensas nos protestos e que teriam o caráter de demonstrar a heterogeneidade das manifestações no que tange à participação: Movimento Passe Livre, Anonymous e Black Blocs.

O Movimento Passe Livre, ou simplesmente MPL, é um movimento existente e participante de manifestações de estudantes desde 2003 tendo como principal bandeira a luta por questões relacionadas ao transporte. Define-se como apartidário (mas não antipartidário), que tem organização horizontal e cujos princípios são definidos por meio do consenso. De acordo com seu programa, “*o MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais*” (GOHN, 2014, p. 51)

O Anonymous foi criado nos Estados Unidos da América e consiste em um “*grupo formado por centenas de coletivos*” (GOHN, 2014, p. 52) que assume causas populares diversas e possui grande influência sobre os jovens. Sua principal forma de atuação é por meio de redes e tecnologias digitais, disseminando informações e promovendo ataques cibernéticos, e tem como característica principal, distinta dos demais, o anonimato da maioria de seus integrantes. Já gerou várias derivações, das quais uma das facções encontra-se no Brasil (GOHN, 2014).

Criado na Alemanha dos anos 1990, o Black Bloc é considerado um movimento anarquista que teria origem em movimentos ocorridos na Alemanha Ocidental. O nome deriva da tática que os autonomistas alemães tiveram de desenvolver para resistir à repressão policial aos acampamentos antinucleares. Na ocasião prepararam-se vestindo-se com roupas pretas, o rosto coberto e outros equipamentos de proteção, razão pela qual a imprensa passou a chamá-los de

Bloco Negro que, em inglês, tornou-se Black Bloc. Difundindo-se pela Europa e finalmente chegando aos Estados Unidos da América, nos anos 1990 deixa de ser simples aparato de defesa contra a ação policial para tornar-se um movimento contrário ao capitalismo global. Contrários à democracia representativa, adotam a ação direta, que inclui violência definida por eles como performática (GOHN, 2014). “*Há uma recusa à ordem estabelecida, há contestação política, há questionamento do sistema vigente. Há uma identidade coletiva dialógica que focaliza no ato violento a realização da ação*” (GOHN, 2014, p. 59).

Aprofundando-se o estudo a respeito das manifestações que tiveram início em junho de 2013, seria possível, segundo Maria da Glória Gohn (GOHN, 2014), dividir o período em três momentos distintos: O primeiro seria marcado por desqualificação e descaso da mídia em relação aos movimentos, que foram tratados como atos relacionados a vandalismo, o que demonstrou claramente que não sabiam do que se tratavam.

Pilar Calveiro, em sua obra *Violencias de Estado*, trata dos passos seguidos pelos Estados a fim de evitar práticas de oposição. Segundo a autora, “[p]rimeiro se criminaliza o protesto, despolitizando-o; logo estabelecem vinculações entre protesto e violência, tratando de deslegitimar qualquer recurso à força que não seja exclusivamente estatal; por fim, toda a violência contra o sistema e a democracia procedural, enquanto desestabilizadora e violenta, é considerada terrorismo” (CALVEIRO, 2012, p. 82, tradução nossa). Dado interessante a corroborar o que se diz é o citado por Maria da Glória Gohn que, em balanço feito a respeito da repressão policial em junho de 2013 em todo o país, revela que 1.301 detenções foram realizadas em 15 capitais do país, tendo sido instaurados 273 Inquéritos Policiais para a apuração de crimes como Dano ao Patrimônio Público, Lesão Corporal e Quadrilha (GOHN, 2014).

Um segundo momento teria sido marcado pela grande adesão popular após atos de violência da Polícia Militar e a prisão de inúmeros manifestantes. “*O ápice dessa segunda fase foi em 20 de junho quando mais de um milhão de pessoas foram às ruas sem todo o país, destacando-se 25 capitais*” (GOHN, 2014, p.23).

Manoel Castells sugere explicação para essa adesão, segundo a qual teria sido a superação do medo por meio da extrema raiva a unir as pessoas em torno de uma causa. “*Em termos*

concretos, se muitos indivíduos se sentem humilhados, explorados, ignorados ou mal representados, eles estão prontos a transformar sua raiva em ação, tão logo superem o medo. E eles superam o medo pela expressão extrema da raiva, sob a forma de indignação, ao tomarem conhecimento de um evento insuportável ocorrido com alguém com quem se identificam” (CASTELLS, 2013, p. 24-25). A atuação repressiva e violenta da Polícia nesta fase parece ter sido o evento a desencadear essa maior adesão, tanto em relação ao direito de manifestação quanto em oposição à violência policial (NOBRE, 2013).

Para Breno Bringel, os movimentos que teriam iniciado as jornadas de junho seriam aqueles que ele denomina “*movimentos madrugadores*” em referência aos “*movimentos iniciadores*” de Doug MacAdam. Iniciadores seriam aqueles movimentos que, identificando oportunidades, encorajam a mobilização. A estes seguiriam os “*movimentos derivados*” que, beneficiados pela abertura de espaços pelos “*iniciadores*”, aderem ao movimento e passam a compor o cenário das mobilizações (BRINGEL, 2013, p. 44).

Uma terceira e última fase teria sido aquela que, diante da vitória no atendimento da demanda básica de não aumento das tarifas, houve a ampliação dos protestos para outros focos. Depois de junho de 2013 aconteceram novas manifestações, mas já com características diferentes. Os movimentos de massa, em que se transformaram as manifestações de junho de 2013 em seu ápice, passaram a dar lugar às formas tradicionais de organizações e movimentos sociais, as quais não tiveram a mesma adesão ou impacto sobre a população. Do que se seguiu àquelas manifestações iniciais, a mídia destacou a ação dos Black Blocs e outros atores entraram em cena. Com a ocorrência de atos de violência, as manifestações foram sendo deslegitimadas frente a opinião pública. (GOHN, 2014).

A mesma divisão é feita por André Singer, segundo o qual, teriam existido três momentos distintos. O primeiro teria sido marcado por objetivos específico que seria a redução da tarifa de transporte coletivo. Esta etapa se encerra com um aumento significativo no número de protestantes em razão da simpatia que os movimentos angariaram depois da violência indiscriminada da Polícia. A segunda fase é marcada por uma “*multiplicação da potência dos protestos*” acompanhada pela pluralidade de demandas, tendo como auge o dia 20 de junho, em que foram registrados os maiores números de participantes em todo o país. A terceira fase inicia-

se no dia 21 de junho quando o “*movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos*” (SINGER, 2013, p.25-26)

Outra divisão possível é aquela feita por Alan Gripp em relação aos grupos predominantes. Segundo ele, três momentos distintos poderiam ser percebidos: O primeiro momento teria sido marcado por uma grande participação de estudantes. O segundo teria contado com forte apoio popular relacionado a demandas diversas como serviços públicos deficientes, corrupção e etc.... Em um terceiro e último momento o apoio popular já era menor e restaram as minorias radicais, promovendo atos próprios da tática dos Black Blocs. (GRIPP, 27/12/2013, p. 2)

De forma geral, quando se questiona a importância que manifestações como as de junho de 2013 podem ter, os autores parecem concordar que devam existir efeitos mensuráveis. Manoel Castells alerta para o fato de que a compreensão dos movimentos sociais passaria pela avaliação do impacto que teriam sobre as instituições e sobre si mesmos. “*Em resumo, para que as redes de contra poder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma*

Segundo Slavoj Zizek, “*o que conta é o dia seguinte, quando precisamos retomar nossa vida normal. E é quando nos perguntamos: Alguma coisa mudou?*” (FRANK, T. Le Monde Diplomatique, 17/01/2013).

Especificamente com relação às manifestações brasileiras, Marcos Nobre cita o alcance de resultados e alerta para a maior rapidez com que junho de 2013 teria atingido seus objetivos, principalmente em relação a momentos semelhantes anteriores, como as Diretas Já e o Impeachment do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Além da menor duração e da vitória em relação à revogação do aumento das tarifas de transporte coletivo, também teriam provocado pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff (NOBRE, 2013).

Ricardo Antunes entende ter havido ganhos reais imediatos, como a redução do valor da tarifa, mas que em relação ao Governo Federal e Parlamento, as respostas teriam sido “*absolutamente insuficientes*” (ANTUNES, 2013). Para Rui Braga, “*não há dúvida de que, em*

junho de 2013, as placas tectônicas da política brasileira movimentaram-se bruscamente” (BRAGA, 2013, p. 55).

José Maurício Domingues acredita que o resultado a médio prazo poderia ser o retorno do associativismo, mas de forma mais autônoma que sua versão anterior, que era muito ligada a partidos políticos. A curto prazo, entende que as reações do sistema político foram “*pontuais e improvisadas*” e podem não representar a transformação dessa “*cidadania instituinte em cidadania instituída, isto é: leis, regras e pessoal político e administrativo democraticamente renovados e profundizados*” (DOMINGUES, 2013, p. 69, tradução nossa).

Perry Anderson entende ter havido três conquistas advindas dos protestos de junho de 2013. Segundo o historiador britânico, a primeira delas seria o “*despertar político de uma nova geração*”; a segunda seria a vitória em fazer o governo recuar em relação à demanda das ruas que teria permitido que a população se sentisse empoderada; a terceira seria a exposição do absurdo da distribuição desigual das despesas públicas no Brasil (ANDERSON, 03/11/2013, p. E2).

Maria da Glória Gohn (2014) cita impactos distintos em várias esferas: “*na sociedade, que se mobilizou/sensibilizou e saiu às ruas; sobre o governo que, após ter, inicialmente, minimizando-as, partiu para uma reformulação de seu discurso e lançou ações para contrarrestar seu impacto; e a mudança de opinião dos intelectuais e formadores de opinião, de diferentes tipos e tendências político-ideológicas, que passaram a citar as manifestações de junho como o “clamor ou a voz das ruas”, uma força sociopolítica semioculta, que se despertou e poderá voltar à ação a qualquer momento, especialmente o cenário sociopolítico e econômico de 2014*

” (GOHN, 2014, p. 11). A autora cita ainda a formação de uma nova cultura sociopolítica, em que se manifestar deixou de ser apenas atos contra regimes autoritários (GOHN, 2014). Dois resultados apresentados pelo impacto das manifestações são citados pela autora. O primeiro seria a demonstração de que, ao contrário do que se imaginava, “*a sociedade não é amorfa e apática*”, ou seja, que há vigilância e percepção das pessoas a respeito do que se passa na política. Um segundo resultado seria a mudança na agenda governamental. (GOHN, 2014, p. 14).

Para Breno Bringel, no entanto, não seria justo julgar as jornadas de junho apenas por seus possíveis resultados, já que buscam algo além do que poderia ser mensurado, como a reconstrução do tecido social e a reinvenção da política. Neste sentido, seria mais importante entender o processo, que teria caráter formativo e pedagógico (BRINGEL, 2013). O autor ressalta ainda duas lições que poderiam ser extraídas da sociologia dos movimentos sociais. Movimentos Sociais alternam momentos de visibilidade e invisibilidade e é importante considerar que “*o fim das manifestações de massa nas ruas não implica o fim do cenário conflituoso e de novos desdobramentos políticos importantes*”. A segunda lição, intimamente ligada à primeira é a de cuidar para não considerar apenas a parte visível das ações coletivas, ignorando as “*concepções emergentes de ativismo*” (BRINGEL, 2013, p. 49).

De forma geral, conforme salienta Sidney Tarrow (2009) citando Aristide Zolberg, “momentos de loucura” (como as jornadas de junho de 2013) produzem resultados significativos de três ordens: o aprendizado intensivo a partir da experiência vivida, as relações que se formam nesses períodos e a perspectiva política de institucionalização de objetivos.

De qualquer forma, como disse André Singer, “*por muito tempo ficaremos a nos perguntar tanto sobre a gênese quanto sobre o significado desses acontecimentos de junho*” (SINGER, 2013, p. 26) ou, conforme Maria da Glória da Gohn, “*a história necessita de períodos mais longos para ser avaliada. Precisa-se de mais tempo até para qualificar se as manifestações atuais são partes de revoluções que demarcam o tempo em termos da longa duração, ou se são rebeliões ou simples revoltas*” (GOHN, 2014, p. 105).

2.1. Teorias dos Movimentos Sociais

Descritos como resultado de anomia e desorganização social por sociólogos do século XIX liderados por Emile Durkheim (MENEZES, 2002) ou, contemporaneamente, como desordem por “*autoridades e historiadores descuidados*” (MACADAM, et. al., 2004) as manifestações públicas voltam a ocupar a cena cotidiana.

Para Sidney Tarrow (2009) seria perceptível o aumento da importância dada ao confronto político e movimentos sociais nas últimas quatro décadas do século XX, “*devido à enorme expansão e diversidade crescente dos movimentos sociais na atualidade*” (TARROW, 2009, p.

18). Conforme aponta Maria da Glória Gohn, o novo milênio testemunhou o retorno do tema Movimentos Sociais como objeto de investigação. Segundo a autora (GOHN, 2010), desde a consideração como fenômenos-chave até o entendimento como tema do passado - já equacionado por meio da institucionalização de práticas sociais – passando pela consideração dessas práticas como agentes do processo de mudanças e até mesmo “*resultado de ações estratégicas de ações coletivas civis*”, há várias formas de analisar os Movimentos Sociais.

Talvez essas formas de percepção tão contraditórias e, por vezes, auto excludentes se devam àquilo que Breno Bringel tratou como sendo as “*miopias presentes nos debates políticos*” que abrangeriam a miopia temporal – em que há o “*sobre dimensionamento [d]as lutas atuais*” demonstrando, conforme afirma o autor, “*problema sério de memória histórica e de transvase inter geracional na militância*” – a miopia política – em que haveria a desconsideração da possibilidade de entendimento da práxis social como política - a miopia do visível – em que as manifestações não visíveis são desconsideradas – e, por fim, a miopia dos resultados – em que, em razão da confluência de todas as anteriores, restringe a análise das mobilizações por meio de resultados dessa ação (BRINGEL, 2013, p. 44). No mesmo sentido Maria Aparecida de Menezes (2002) trabalha a noção de resistência cotidiana de James Scott para alertar para a importância das lutas não visíveis no cenário das formas de resistência à opressão nos momentos “entre revoltas” (MENEZES, 2002).

Teoria Social, de uma forma geral, seria o filtro por meio do qual são selecionadas, fundamentadamente, as variáveis que possam explicar a origem, crescimento, mudança ou fim de determinado comportamento social, relacionando os fatores estruturais e sociais àqueles relativos ao comportamento dos indivíduos que com eles se relacionam. Seriam, segundo Karl Dipper Opp (2009), as “*linhas guias que nos levariam à seleção de fenômenos explicativos específicos.*” (OPP, 2009, p. 22, tradução nossa) Conforme salientado pelo autor (OPP, 2009), às teorias caberia “*fornecer informação geral a respeito dos tipos de fatores que são causas para certos tipos de fenômenos.*” (OPP, 2009, p. 11, tradução nossa). Segundo o autor, não haveria “*outra forma confiável de selecionar fatores relevantes causais.*” (OPP, 2009, p. 11, tradução nossa).

Conforme afirma Maria da Glória Gohn, apesar da existência de estudos a respeito de movimentos sociais, não se poderia dizer que existam teorias bastante elaboradas sobre o tema (GOHN, 2000).

Sidney Tarrow (2009), tratando das teorias recentes sobre ação coletiva e movimentos sociais, estabelece interessante paralelo entre elas e as teorias marxistas. Para o autor, a teoria do comportamento coletivo de 1950 e 1960 manteria relação com Marx à medida em que se concentraram nos estudos a respeito da relação entre o descontentamento e as mobilizações. Marx teria sido o precursor desse pensamento à medida em que entendeu que as divisões na sociedade capitalista criariam potencial de mobilização. Com relação à mobilização de recursos de 1960 e 1970, entende que Lenin já teria tratado do assunto quando percebeu que seria importante a organização do movimento de forma que pudesse ser estruturado e não se perdesse em “*reivindicações corporativas*”. Sem partilhar da opinião de que fosse necessária uma “*elite de vanguarda*”, a Teoria da Mobilização de Recursos teria tido como elementos importantes a liderança e a organização. Com relação à Teoria do Enquadramento Interpretativo e Identidade Coletiva de 1980 e 1990, já seria possível encontrar em Gramsci a “*necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido*” e a “*formação de uma identidade coletiva*” (TARROW, 2009, p. 31).

Ângela Alonso (ALONSO, 2009) oferece um mapeamento a respeito das teorias que tratam de movimentos sociais e que, segundo a autora, teriam surgido nos anos de 1970. Denominadas Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), visavam substituir a da tese da desmobilização – que permaneceu hegemônica entre os anos de 1930 e 1960 - e que sucumbiu em razão do ressurgimento de mobilizações nos anos de 1960.

Segundo Ângela Alonso (ALONSO, 2009), entre os anos de 1930 e 1960 o entendimento dominante na doutrina seria o de que a mobilização coletiva não manteria qualquer relação com a política, mas sim com a satisfação de questões de interesse pessoal em razão das personalidades narcísicas que teriam sido criadas pela sociedade moderna. As frustrações individuais somadas à não canalização adequada das mesmas pelas instituições levariam a mobilizações momentâneas que seriam nada além de explosões irracionais. Tarrow (2009)

assevera que para as versões da Teoria do Comportamento Coletivo os movimentos eram (1) a forma que as sociedades “desorientadas” encontravam para recompor-se por meio da busca por identidades coletivas; (2) resultado de privações individuais; ou (3) resultado de disfunções da sociedade. Em comum essas variantes da Teoria tinham o entendimento de que “*o comportamento coletivo estava fora das rotinas da vida diária*”, razão pela qual poucos teriam especificado sua relação com a política (TARROW, 2009, p. 32).

Segundo Alonso (2009), a partir dos anos de 1960, as mobilizações que passaram a ocorrer apresentavam características distintas que exigiram a mudança de postura dos teóricos. Enquanto os movimentos que ocorriam até então eram formados por indivíduos isolados, baseavam-se em noções de classe, tinham como filiação ideológica principal o marxismo e visavam a melhoria de condições materiais de vida, os movimentos que passaram a ocorrer eram formados por indivíduos solidários, baseavam-se em questões de identidade, não tinham filiação ideológica e lutavam por qualidade de vida. Os “antigos” movimentos visavam a tomada do poder por meios revolucionários e eram considerados “irracionais”, enquanto os “novos” não tinham a intenção de tomar o poder, suas ações eram ordeiras e concatenadas e sua principal estratégia era a persuasão (ALONSO, 2009). Outra importante constatação é a de que esse período foi marcado pela influência exercida pela economia, que despontava como a principal ciência social. Assim, “*o problema da ação coletiva deixou de ser como as classes lutam e o Estado governa, mas como a ação coletiva é até possível entre indivíduos guiados por interesses próprios*” (TARROW, 2009, p. 32).

Quadro 2.1 - Principais diferenças entre Movimentos antigos e os novos

Distinções entre as antigas e as novas mobilizações (segundo teóricos dessa época)		
Movimentos	Antigos	Novos (A partir de 1960)
Em que se baseavam	Classe	Etnia, gênero e estilo de vida
Relação com o Estado	Visavam a tomada do Poder	Não visavam a tomada do poder
Tipo de reações	Irracionais	Concatenada e ordeira
Tipo de indivíduos que as compunham	Isolados	Solidários

Protagonistas	<i>Mobs</i> ou proletários	Jovens, mulheres, estudantes, classe média.
Filiação teórica	Marxismo ou Funcionalismo	Sem filiação
Bandeiras	Condições de vida	Qualidade de vida e formas diversas de vivê-la
Tipos de demandas	Materiais	Pós materiais
Estratégias	Revolução armada	Persuasão

Fonte: Elaboração própria, 2017.

A fim de fazer frente a esta nova realidade, três famílias distintas de correntes teóricas desenvolveram-se visando explicar esses movimentos, sendo elas a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Ângela Alonso (ALONSO, 2009) apresenta visão geral a respeito de cada uma das Teorias.

2.1.1. Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)

Segundo Ângela Alonso, em franca oposição às teorias anteriores que tratavam as mobilizações como explosões de irracionalidade e que, portanto, tinham como motor principal as emoções, os teóricos da Teoria da Mobilização de Recursos enfatizaram a racionalidade dos movimentos sociais. A decisão de agir dos atores dos movimentos se basearia deliberações individuais, com cálculos de custos e benefícios, que, na presença de recursos (materiais e humanos) e de organização, levaria à ação coletiva. A Teoria visava explicar o processo de formação das mobilizações e não as razões de sua ocorrência e comparou os movimentos a empresas, o que lhe rendeu sérias críticas. A longevidade dos movimentos dependeria da capacidade de vencer a concorrência e levaria à burocratização (ALONSO, 2009).

A respeito da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Karl-Dieter Opp (2009) informa que teria como artigo base o texto *Resource Mobilization and Social Movements*, de autoria de John D. McCarthy e Mayer N. Zald, de 1977. O autor informa que a Teoria da Mobilização de Recursos também é conhecida por Teoria da Solidariedade ou Teoria da Administração de

Recursos. Em franca oposição às teorias anteriores que tratavam as mobilizações como explosões de irracionalidade e que, portanto, tinham como motor principal as emoções, os teóricos da TMR enfatizaram a racionalidade dos movimentos sociais. Segundo seus Teóricos, a decisão de agir dos atores dos movimentos se basearia deliberações individuais, com cálculos de custos e benefícios, que, na presença de recursos (materiais e humanos) e de organização, levaria à ação coletiva (OPP, 2009). Para os defensores da TMR, os Movimentos Sociais são considerados “*atores políticos que possuem objetivos que tentam alcançar utilizando-se de métodos não convencionais*” (OPP, 2009, p. 127, tradução nossa). Visa explicar as “*dinâmicas e táticas do crescimento, declínio e mudança dos movimentos sociais*” (OPP, 2009, p.128, tradução nossa) e não as razões de sua ocorrência. Estariam preocupados com o sucesso dos movimentos sociais, conforme afirma OPP (2009) e sua unidade de análise são os Movimentos Sociais e outras coletividades de atores e não atores individuais.

Ainda de acordo com OPP (2009), autores da Teoria da Mobilização de Recursos – em especial McCarthy e Zald – assumem que os atores políticos e o próprio Movimento Social Organizado tem objetivos e que para o alcance deles, uma das estratégias seria a mobilização de recursos. Para eles, a disponibilidade de recursos levaria à integração em grupos que levaria ao aumento dos protestos. Por recursos entendem “*não apenas aqueles tangíveis, como dinheiro e facilidades, mas características de instituições e grupos*” (OPP, 2009, p. 139, tradução nossa). Conforme Sidney Tarrow, “*enquanto a primeira geração de estudiosos se deteve no porquê da ação coletiva, a teoria da mobilização de recursos de MacCarthy e Zald tratou dos meios disponíveis para os atores coletivos – do seu como*” (TARROW, 2009, p. 34).

Para o autor (OPP, 2009), a Teoria da Mobilização de Recursos é uma perspectiva macro e teria como teoria de fundo – mas não assumida explicitamente pelos autores - a Teoria da Ação Racional, já que as preferências e constrangimentos seriam as maiores determinantes dos comportamentos. Mas o problema aqui seria o fato de que, conforme antes mencionado, a unidade de análise não seriam os atores, mas a coletividade deles e não é possível determinar preferências de uma coletividade, mas apenas de seus atores. Uma saída possível seria considerar que os objetivos do Movimento Social Organizado seriam os objetivos comuns dos membros (OPP, 2009).

Sidney Tarrow entende de forma semelhante a relação de MacCarthy e Zald com Mancur Olson. Para ele “*Mac Carthy e Zald concordaram com Olson de que o problema da ação coletiva era real, mas argumentaram que o aumento dos recursos pessoais, da profissionalização e do apoio financeiro externo aos movimentos davam uma solução – organizações profissionais de movimento*” (TARROW, 2009, p. 34). Ângela Alonso (2009) também refere-se explicitamente à herança de Mancur Olson sobre a Teoria da Mobilização de Recursos. Segundo ela, “*longe de emotiva a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos*” (ALONSO, 2009, p. 52).

2.1.2. Teoria do Processo Político (TPP)

Investindo em teorias da mobilização política, a Teoria do Processo Político visava identificar os mecanismos das movimentações políticas por meio de comparações entre casos. Ângela Alonso (ALONSO, 2009) aponta Charles Tilly como o grande nome desta linha. Para os teóricos desta perspectiva, as disputas entre as elites e os movimentos sociais fariam parte da mesma classe de fenômenos, distinguindo-se apenas em relação ao grau de organização e o uso da violência. A prevalência de um sobre o outro dependeria de parâmetros políticos e históricos. Com relação aos parâmetros políticos, a autora (ALONSO, 2009) destaca que tratando-se de fenômenos que tem a mesma natureza, a mudança dos parâmetros é que contribuiria para que um prevalecesse sobre o outro. Quando as Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP) fossem favoráveis, abrir-se-ia uma janela para que aqueles que estão de fora da *polity* pudessem manifestar-se. Nesses casos, os grupos insatisfeitos, se organizariam e, por meio da coordenação entre ativistas, criariam o ator coletivo. Para que essa coordenação pudesse ocorrer, deveria haver solidariedade que, segundo os autores dessa teoria, dependeria de algo que definiram como “catnet”. “Catnet” seria a soma entre o pertencimento a uma categoria (“catness”) e a densidade das relações interpessoais vinculando as pessoas (“netness”). Portanto, segundo a autora (ALONSO, 2009), para que fosse possível uma mobilização deveriam estar presentes a solidariedade e ter disponíveis estruturas de mobilização – recursos formais e informais - favoráveis. Com relação aos parâmetros históricos, distingue entre aqueles que seriam histórico-estruturais e histórico-cultural. Os primeiros tratariam de condições estruturais em que,

havendo a centralização do Poder Político e o concomitante enfraquecimento das formas locais de expressão de demandas, o surgimento de Movimentos Sociais seria inevitável. Com relação aos parâmetros histórico culturais, seriam as formas usuais de manifestação das populações, ou seja, os repertórios de que se utilizariam para que pudessem expressar suas demandas (ALONSO, 2009).

Segundo Karl Dieter-Opp (OPP, 2009) a Teoria do Processo Político teria como autor fundador Eisinger que em 1973 publicou trabalho com os fundamentos dessa perspectiva e somente teria se tornado uma abordagem distinta no início dos anos de 1980 (OPP 2009). Para os defensores desta perspectiva, as Estruturas de Oportunidade Política (EOP) teriam impacto importante no comportamento político, ou seja, “*afetam os protestos por meio de mudanças de incentivo no nível micro. Esses incentivos, por sua vez, levariam a participação individual em protestos que se traduziria em ação política coletiva.*” (OPP, 2009, p. 198). Segundo Eisinger, citado por OPP (2009, p. 162, tradução nossa),

[E]lementos do ambiente impõem certos constrangimentos à ação política ou abrem avenidas nela. A forma como os indivíduos ou grupos se comportam no sistema político, então, não é simplesmente uma função dos recursos que comandam, mas das aberturas, pontos fracos, barreiras, e recursos do sistema político mesmo. Há, nesse sentido, interação ou ligação, entre o ambiente, entendido em termos de uma estrutura de oportunidades políticas, e o comportamento político.

Segundo OPP (2009), Eisinger lista alguns fatores macro que promoveriam a realização de objetivos, e que, portanto, aumentariam as chances de sucesso de uma atividade política dos cidadãos. OPP (2009) cita três características que considera importantes na referida definição: 1) Variáveis do ambiente político somente poderiam ser chamadas de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP), se *relacionadas aos objetivos* individuais; 2) Chances de sucesso seriam definidas objetivamente, ou seja, um observador externo poderia definir em que extensão essa EOP levaria ao *atingimento dos objetivos do grupo*; 3) Deve ser estabelecida uma relação causal de que maneira determinado fator levaria à mudança das chances de que *os objetivos sejam alcançados*.

Há, segundo OPP (2009), duas definições do que seriam as Estruturas de Oportunidade Política na literatura dos Movimentos Sociais. Uma delas, de caráter objetivista, entende que

poderiam ser assim consideradas aquelas mudanças ambientais que aumentem as chances de atingimento de objetivos. Para a corrente subjetivista, somente poderiam receber esta denominação aquelas mudanças no ambiente que pudessem ser percebidas como aumento de expectativa de sucesso.

Para Sidney Tarrow teria sido Charles Tilly o autor de um “modelo do sistema político” a fundamentar a tradição das Oportunidades Políticas. Esse modelo era estrutural e, portanto, dependia de condições que não poderiam ser moldadas de acordo com o propósito dos atores. Em seu livro *From Mobilization to Revolution*, Tilly teria estabelecido duas dimensões: oportunidades-ameaças - para os desafiantes - e facilitação-repressão - para as autoridades - que ligariam a ação coletiva ao Estado. Cabe ressaltar que, apesar de haver estas duas dimensões, nos anos 1980 os teóricos reduziram seu campo de atenção apenas para as oportunidades. Além disso, “os movimentos podiam ser estudados apenas em conexão com a política e sua estratégia, estrutura e sucesso iriam variar em tipos diferentes de Estado” (TARROW, 2009, p. 37). Tarrow ainda trata do trabalho de Doug MacAdam, que teria sido o responsável pela sintetização das diversas abordagens a respeito das mobilizações criando aquilo que denominou “modelo de processo político” (TARROW, 2009).

2.1.3. Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)

No que tange à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Ângela Alonso (2009) esclarece que não se trata de uma escola coesa como as demais. Seus autores de referência – Alain Tourraine, Jürgen Habermas e Alberto Melluccci - tem posicionamentos distintos em relação a alguns fatores, mas guardam entre si a percepção de que as mudanças macroestruturais levaram à alteração da natureza do Capitalismo e ao enfraquecimento da produção industrial. Assim, com a perda da centralidade por parte do trabalho, uma nova sociedade surgiria e, com ela, novos temas para mobilizações e novos atores para delas participarem. A atribuição do advérbio “novos” se deveria à percepção de que nesses movimentos haveria uma ênfase cultural que os distinguiria dos anteriores (ALONSO, 2009).

Ângela Alonso explica que para Alain Tourraine, a cada padrão de sociedade corresponderia um tipo de movimento e que teria sido o processamento dos conflitos do trabalho por meio de

instituições democráticas que levou à perda da centralidade do trabalho e da indústria. Para Tournaire, a dominação por meio do controle da informação pela tecnologia resultou na nublação da distinção entre público e privado e teria como resultado a mudança dos conflitos (ALONSO, 2009).

Jürgen Habermas, segundo Alonso (2009), entendia que o capitalismo tardio teria levado a novo padrão de mobilização coletiva, partindo da entrada do Estado na mediação de conflitos do trabalho. Por meio da regulamentação da produção e do mercado, os conflitos passaram a ser mediados oficialmente, o que resultou no desinchamento do conflito e com a consequente hipertrofia do Estado – a fim de atender a essas novas atribuições -, que expandiu a lógica desse sistema para todas as áreas da vida social, resultando em empobrecimento da cultura, com a monetarização e burocratização das relações sociais. A fim de lutar contra essa colonização, os novos movimentos sociais passaram a ocorrer. Habermas ainda entende que os movimentos sociais seriam subculturas defensivas nascidas como reação a dois gêneros de problemas: *Green Problems* (Efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista) e *Over-complexity problems* (Problemas da sociedade contemporânea). Haveria para ele dois tipos de movimentos: Os movimentos de caráter ofensivo e aqueles de caráter defensivo. Aos primeiros corresponderiam os movimentos por universalização de direitos, enquanto que à segunda espécie corresponderiam os movimentos tradicionais e aqueles se que opunham à “colonização do mundo da vida”, sendo, portanto, esses últimos as “*subculturas defensivas*” a caracterizar os verdadeiros Novos Movimento Sociais, propondo novas formas de “*cooperação e comunidade*” (ALONSO, 2009, p 63).

A Teoria proposta por Alberto Melucci comunica-se com a Teoria do Processo Político por entender que as oportunidades e constrangimentos importam, mas que dependeriam mais da percepção dos agentes do que de sua própria existência apresenta uma explicação construcionista e processual para a formação da ação coletiva. Teria se destacado dos demais pela criação da Teoria da Identidade Coletiva em que promove a mediação entre os comportamentos individuais e o fenômeno coletivo. Segundo seu entendimento, exposto por Ângela Alonso, os atores se comunicam e produzem e negociam significados. Avaliando e reconhecendo o que tem em comum, além de perceberem os constrangimentos e oportunidades

à ação coletiva, tomam decisões e constroem a ação coletiva. Para a manutenção desse senso de “nós”, haveria a necessidade de negociação e redefinição de orientações, que só seria possível por meio de liderança e organização. Apresenta portanto três dimensões da ação coletiva: Framework cognitivo, ativação prática e investimento emocional. Portanto, a transformação de cidadãos comuns em ativistas seriam um processo que envolveria racionalidade e emoção, mas aqui a emoção retorna “*não para explicar a desmobilização, mas como motivação para o engajamento*” (ALONSO, 2009, p. 67).

2.2. Por um conceito de Movimentos Sociais

Cunhado diante de quadro distinto no “Ocidente dos anos 1960”, o termo movimentos sociais designava, conforme assevera Ângela Alonso, multidões bradando por mudanças pacíficas e desinteressadas do poder (ALONSO, 2009). Desde então, a teoria vem tentando adaptar-se para acompanhar as mudanças percebidas.

Para Maria da Glória Gohn (1997), não seria possível identificar uma definição única e universal a respeito do que seriam movimentos sociais, já que esse conceito variaria de acordo com a teoria utilizada para embasar a análise do autor. A alternativa pensada por ela (GOHN, 2000), seria a definição de Movimentos Sociais feita de forma negativa, ou seja, estabelecendo diferenças entre essa expressão e outras, que passa a tratar. A primeira delas seria a de Interesses. Para a autora (GOHN, 2000), a existência de interesses comuns seria um dos componentes de um grupo, mas não suficiente para caracterizá-lo como movimento social, que exigiria ainda que esse grupo tivesse uma identidade em comum, ou seja, que houvesse “*alguma realidade anterior à aglutinação de seus interesses*” (GOHN, 2000, p. 12). Outra distinção julgada importante seria em relação à ação histórica de grupos sociais, uma vez que movimento social seria “*a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe*” (GOHN, 2000, p. 12). Uma terceira distinção é aquela entre movimentos sociais e os modos de ação coletiva que, para a autora, seriam estratégias de um movimento social, mas não suficientes a caracterizar um por si só. Por fim, oferece uma última distinção que seria aquela que aborda a esfera onde ocorre a ação coletiva. Segundo a autora, “*trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada*” (GOHN, 2000, p. 12). Alerta

para o fato de que um movimento *strictu sensu* deixa de ser movimento quando se institucionaliza, tornando-se uma ONG, por exemplo (GOHN, 1997).

Outros elementos trazidos pela autora (GOHN, 2000) seriam a existência de um conjunto de práticas sociais e a existência de demandas – em oposição a meras carências. Segundo ela (GOHN, 1997), as carências devem transformar-se em demandas que, por meio da ação coletiva, podem tornar-se reivindicações, sendo o conjunto desse processo “*parte constitutiva da formação de um movimento social*” (GOHN, 1997, p. 250). Seriam as ações concretas dos indivíduos que uniriam a carências e conduziriam o processo até a formação das reivindicações, que dependeria ainda do cenário maior onde a luta social ocorre (GOHN, 1997).

A autora (GOHN, 2000, p. 13), então, depois das distinções e de outras deduções que a elas seguem, oferece o seguinte conceito para movimentos sociais:

Movimentos Sociais são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem-se em um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é constituída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Sidney Tarrow (2009) entende por movimentos sociais “*as sequências de confronto político baseadas em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos*” (TARROW, 2009, p. 18). Para o autor, quatro propriedades seriam centrais em sua identificação, quais sejam, o desafio político, objetivo comum, solidariedade e interação sustentada. Por desafio político entende as ações que poderiam manifestar-se por meio de desafios contenciosos – seja por meio de ações diretas ou de outras formas de expressão simbólica - ou por meio de outras ações que iriam desde a pressão e negociação com autoridades, até desafios de forma legal na área de relações públicas. Propósito comum seriam os “*interesses e valores comuns ou justapostos*” a sustentar as ações coletivas e que não surgiriam apenas dos interesses de classe. Solidariedade e identidade coletiva seria o

reconhecimento por parte dos participantes de que há interesses comuns entre eles de forma a garantir vínculo duradouro entre eles. Inteiração sustentada, por sua vez, seria a capacidade de as demandas manterem-se para além de alguns atos específicos - o que somente seria possível na presença das três outras propriedades - e seria o elemento a caracterizar os movimentos sociais em oposição aos simples protestos (TARROW, 2009).

Doug Mac Adam, Sidney Tarrow e Charles Tilly, desejando ampliar o espectro de estudo para abranger todas as formas de ação coletiva que tenham por finalidade atingir objetivos a fim de que seja possível buscar paralelos entre as várias formas de confronto que possam receber nomes distintos, propõem uma nova definição a que denominam “confronto político” que seria “*interação coletiva, episódica e pública entre reivindicantes e seus objetos quando (a) ao menos um governo é um requerente, objeto de requisições ou um partido dos requerentes e (b) as requisições irão, se atendidas, afetar os interesses de pelo menos um dos requerentes*” (Macadam *et. al.*, 2004, p. 5). Segundo os próprios autores (Macadam *et. al.*, 2004), grosso modo poderia traduzir-se por luta política coletiva.

Para Karl-Dieter Opp (2009), é possível encontrar na literatura grande número de definições de “*protesto, movimentos sociais e termos relacionados, como grupo desafiante ou organização de movimento social*” (OPP, 2009, p. 34, tradução nossa). Segundo o autor (OPP, 2009), esses termos aparecem com significados semelhantes entre si ou ainda, apresentam definições distintas para o mesmo termo. Depois de apresentar diversas definições encontradas na literatura, propõe algumas definições e características que devam estar presentes para a caracterização dos atos. Com relação a protesto, define da forma como segue: “*Protesto é definido como ação conjunta (i.e.) coletiva de indivíduos objetivando atingir seu objetivo ou objetivos por meio da influência em relação a algum alvo*” (OPP, 2009, p. 38, tradução nossa). Segundo ele, as ações de protesto ainda devem ser minimamente organizadas e regulares, não necessitando serem obrigatoriamente legais, podendo apresentar grau de legitimidade e violência maior ou menor.

Desejando apresentar a distinção entre Protesto (ação) e Grupo de Protesto (coletividade de atores), assim define o segundo: “*Grupo de Protesto é, por definição, uma coletividade de atores que desejam atingir seu (s) objetivo (s) compartilhado (s) por meio da influência a alvos*” (OPP, 2009, p. 41, tradução nossa).

Assegurando que Movimentos Sociais são um tipo de Grupo de Protesto, OPP (2009) passa a indicar quais as características que, ainda que não bem definidas pela doutrina, tornam o primeiro especial em relação ao gênero. A primeira delas seria organização formal, à qual OPP opõe a crítica de não haver clareza a respeito do grau de organização que deveria estar presente. A segunda seria o tamanho, que recebe a crítica do autor por não haver a definição de número aproximado a estabelecer a distinção. A terceira seria a longevidade, ou seja, o tempo de existência desse grupo. A estas críticas o autor sugere que sejam sanadas por meio do que considera “*conceito quantitativo de movimento social*”, em que a definição seria por aproximação, considerando-se um grupo mais ou menos parecido a um movimento social (OPP, 2009).

Colin Barker (2013), tratando da questão da totalidade presente no pensamento Marxista a respeito de movimentos sociais, relembra que Marx e Engels utilizavam o termo “movimento social” para descrever as explosões populares de seu tempo, englobando neste conceito todas as formas de contestação da questão social. Tomados em conjunto “*revoluções, sindicalismo, movimentos sufragistas, feminismo nascente, ideias socialistas e utópicas emergentes, demandas por independência e unificação e pressão camponesa por terras*” constituíam uma única realidade: *O Movimento Social*” (BARKER, 2013, p. 49, tradução nossa). O Movimento Social, segundo o autor, seria um todo com várias partes que relacionavam-se, por vezes de forma explícita e por outras de formas ocultas, mas que, ainda que com velocidades e graus de sucesso distintos, caminhavam para conseguir superar o Capitalismo. Essa noção, assevera Barker (2013), teria sido perdida pelos estudantes de Movimentos Sociais que passaram a estuda-los como se fossem “*desconectados uns dos outros, e, portanto, passíveis de estudo de forma isolada dos demais*” (BARKER, 2013, p. 50, tradução nossa).

No mesmo sentido, Laurence Cox (2013) propõe definição mais ampla de Movimentos Sociais “*abrangendo toda a escala da ação humana coletiva, desde "resistência quotidiana" e "transcrições ocultas" até revoluções e lutas por hegemonia*” (COX, 2013, p. 146, tradução nossa). Essa ampliação, sugere o autor, auxiliaria no esclarecimento não somente a respeito do que fazem os Movimentos Sociais, mas principalmente por qual razão o fazem.

Criando nova categoria que se apresenta ainda mais ampla do que movimentos sociais e confronto político, Francisco Tavares e Ian Caetano propõem aquilo que chamam de “fogo no pneu”. Segundo os autores, “*no tipo alegórico em questão, a política se explica e se realiza nas lutas sociais*” (TAVARES & OLIVEIRA, 2016). O aspecto interessante da nova categoria proposta é a de incluir em seu estudo as práticas que tenham o Estado como alvo a ser derrotado e não apenas como destinatário das demandas. “*Enfim, a política como fogo no pneu se dedica a protestos, sublevações, insurgências, revoluções e toda prática de agonismo político que, antes de se processar por canais institucionais, tende a rechaçar as próprias instituições, parcial ou totalmente, em sua existência e legitimidade*” (TAVARES & OLIVEIRA, 2016).

Considerando-se a vastidão de conceitos e desejando que o espectro da pesquisa seja tal que permita avaliar de forma mais completa a existência de predominância de um referencial teórico brasileiro no tratamento de Movimentos Sociais antes e depois de Junho de 2013, a conceituação mais ampla do tema parece ser mais favorável. Dessa forma, o conceito definido por Tavares e Oliveira (2016) será adotado sob a denominação de “Movimentos Sociais *latu sensu*”.

CAPÍTULO III - DADOS

Intuitivamente seria possível supor que junho de 2013 exerceu influência sobre a Ciência Política brasileira, já que há a impressão de que o número de artigos relacionados a movimentos sociais cresceu a partir destes eventos.

A fim de que uma análise preliminar dos dados disponíveis pudesse ser realizada, buscou-se pesquisar algumas palavras e expressões que poderiam estar relacionadas a este tema. Para tanto realizamos buscas em duas fontes, quais sejam, o sítio eletrônico da Scielo e os anais da Associação Brasileira de Ciência Política.

Com relação ao sítio eletrônico da Scielo, foram decotados os artigos de acordo com os seguintes filtros:

1. Utilizando a ferramenta de busca do sítio eletrônico da Scielo, foram consultadas as seguintes palavras/expressões: Movimentos Sociais, Protestos, Confronto, Confronto Político, Ativismo Político e Ativismo, uma vez que seriam aquelas que permitiriam a identificação do assunto a ser abordado na Dissertação que se busca produzir.
2. Para cada uma delas, pesquisadas de forma ampla, ou seja, sem que qualquer outro filtro fosse estabelecido, foi possível identificar o número de artigos a contê-las.
3. Para cada um dos resultados das pesquisas foi separado o número de artigos anteriores ao mês de junho do ano de 2013 e aqueles que foram publicados posteriormente a esta data. Essa separação se deu a fim de que fosse possível verificar se o critério de pesquisa adotado neste trabalho seria válido em relação à maior frequência de aparições dos termos considerados.

Conforme consta da tabela que segue, a frequência de aparição dos termos pesquisados é considerável a partir de junho de 2013, quando comparada ao período que compreende as publicações contidas na base de dados desde o ano de 1996, quando foi criada a plataforma Scielo.

A fim de que seja possível a comparação mais ajustada entre os períodos, calculou-se a média anual de aparição dos termos em cada um deles.

Quadro 3.1 – Demonstrativo de utilização de termos relacionados a Movimentos Sociais em revistas de estrato A1.

	Total	Antes de junho de 2013	Média anual	Depois de Junho de 2013	Média anual	Variação da média anual (%)
Movimentos sociais	189	122	7,63	67	16,75	219,67
Protestos	60	17	1,06	43	10,75	1011,76
Protesto	56	32	2,00	24	6	300,00
Confronto	389	272	17,00	117	29,25	172,06
Confrontos	61	42	2,63	19	4,75	180,95
Confronto Político	3	2	0,13	1	0,25	200,00
Ativismo	157	89	5,56	68	17	305,62
Ativismo Político	2	1	0,06	1	0,25	400,00

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Conforme é possível perceber, a média anual de aparição de cada um dos termos aumentou consideravelmente após junho de 2013, variando de 180% no caso da palavra “confrontos” até 1011,76% no caso da palavra “protestos”.

Com relação aos trabalhos publicados nos anais da Associação Brasileira de Ciência Política da ABCP, consideramos apenas os eventos dos anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, uma vez que abrangeiam período semelhante àquele abrangido pela pesquisa em relação aos periódicos. Ocorre que somente foi possível compulsar os artigos dos anais dos anos de 2014 e 2016, já que os do ano de 2012 não possuem ferramenta de pesquisa e tanto os resumos quanto os textos integrais estão indisponíveis. Com relação aos anos de 2006, 2008 e 2010 não há sequer o índice de trabalhos. Procedemos à análise daqueles que puderam ser encontrados, ou seja, do material dos anos de 2014 e 2016, os quais foram decotados de acordo com os seguintes filtros:

1. Utilizando a ferramenta de busca do sítio eletrônico da ABCP, foram consultadas as seguintes palavras/expressões: Movimentos Sociais, Protestos, Confronto, Confronto Político, Ativismo Político, Ativismo e Ativistas, uma vez que seriam aquelas que permitiriam a identificação do assunto a ser abordado na Dissertação que se busca produzir;
2. Para cada uma delas, pesquisadas de forma ampla, ou seja, sem que qualquer outro filtro fosse estabelecido, foi possível identificar o número de artigos a contê-las;

3. Para cada um dos resultados das pesquisas foi separado o número de trabalhos ano a ano e o número deles que contem cada uma das palavras buscadas, além da participação desses artigos no total de publicados.

Quadro 3.2 - Demonstrativo de utilização de termos relacionados a Movimentos Sociais nos anais da ABCP.

	2014	2016	Variação 2014/2016 (%)
Total de Trabalhos	39	42	107,69
Movimentos Sociais	7	21	300,00
Participação do total (%)	17,95	50,00	278,57
Protestos	1	15	1500,00
Participação do total (%)	2,56	35,71	1392,86
Confronto	1	5	500,00
Participação do total (%)	2,56	11,90	464,29
Confronto Político	0	3	
Participação do total (%)	0,00	7,14	
Ativismo	0	4	
Participação do total (%)	0,00	9,52	
Ativismo Político		0	
Participação do total (%)	0,00	0,00	
Ativistas	4	6	150,00
Participação do total (%)	10,26	14,29	139,29

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Conforme é possível perceber pela análise da tabela, entre os anos de 2014 e 2016, ambos posteriores ao junho de 2013, houve aumento considerável do número de aparições das expressões que podem manter relação com o tema tratado na pesquisa ora desenvolvida, variando de 139,29% de aumento do uso da palavra “ativistas” a 1.500% de aumento do uso da palavra “protestos”.

3.1. Dos dados pesquisados

Para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa será histórico-teórica, com o método comparativo, comparando-se os elementos depreendidos da análise do material que trata das Teorias dos Movimentos Sociais com o conteúdo dos artigos científicos selecionados.

A fase de pré-análise se ocupou de cuidadosa e exaustiva análise de obras que tratam das Teorias sobre Movimentos Sociais. Essa fase permitiu a identificação dos principais elementos a

caracterizarem cada um dos referenciais teóricos que serão considerados para a classificação e comparação que foi realizada posteriormente.

Em seguida partiu-se para a seleção do material acadêmico a ser analisado. Para tanto foi adotado método semelhante ao escolhido por (NICOLAU & OLIVEIRA 2013) e (TAVARES & OLIVEIRA 2016), em que foram priorizados os periódicos científicos. Há a consciência de que o trabalho não é exaustivo, mas a opção se dá, conforme justificativas colhidas de ambos os trabalhos, pelo que segue:

1. Grande parte do debate acadêmico processa-se por meio de periódicos (TAVARES & OLIVEIRA 2016);
2. Prestígio das revistas junto à comunidade científica mais influente (NICOLAU & OLIVEIRA 2013);
3. Intenso escrutínio das produções que são publicadas nestes meios, uma vez que são avaliadas por outros membros da comunidade científica (NICOLAU & OLIVEIRA 2013);
4. As revistas são consideradas indicadores de qualidade, já que a produção nela publicada serve de critério de avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros (NICOLAU & OLIVEIRA 2013);
5. O desenvolvimento da Ciência Política poderia ser depreendido da produção contida neste material (NICOLAU & OLIVEIRA 2013).

Deste material, foram selecionados aqueles da área de ciências sociais classificados pela CAPES, nos estratos A1 da área de Ciência Política e Relações Internacionais, em razão do consenso segundo o qual “(...) *a ciência política brasileira concentra expressiva parcela de sua produção e de seu debate acadêmico em revistas especializadas (...)*” (TAVARES&OLIVEIRA, 2016).

Aplicada a metodologia de escolha dos periódicos, foram selecionados 03 (três) deles, quais sejam, Dados (IESP/UERJ), Opinião Pública (CESOP/UNICAMP), Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS). Vale dizer que opção se insere naquela feita nos trabalhos de Francisco Tavares e Ian Oliveira (TAVARES&OLIVEIRA, 2016) e de Fernando Limongi, Maria Hermínia e Andrea Freitas (LIMONGI, *et. al.*, 2015).

O período compreendido para a pesquisa compreendeu o ano de 2007 até sua última edição do ano de 2017 - este ano até o mês de junho - conforme tabela que segue:

Quadro 3.3 - Periódicos que fazem *parte da Pesquisa – A1*

Nome do periódico	Número de publicações anuais	Total de artigos analisados	Periodicidade
Dados (IESP/UERJ)	4	303	Trimestral
Opinião Pública (CESOP/UNICAMP)	2	201	Semestral
Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS)	3	316	Quadrimestral

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Do total de 820 artigos, foram decotados os trabalhos que tratavam de Movimentos Sociais, cabendo ressaltar que seguir-se-á o mesmo método realizado em trabalhos anteriores (cf. NICOLAU & OLIVEIRA, 2014; TAVARES & OLIVEIRA, 2016), em que houve a preocupação com a restrição da contabilização a artigos de autores vinculados à área de Ciência Política².

Coletados os dados, os mesmos foram consolidados no período anterior ao mês de junho de 2013 e naquele posterior a essa data. Desse trabalho, criou-se a tabela que segue anexa (Anexo I) em que constam os números relativos aos trabalhos encontrados por meio da pesquisa, os quais foram analisados a fim de que fosse perquirido o referencial teórico utilizado em seu desenvolvimento.

Preparado o material, sua exploração deu-se de forma que foram extraídos os entendimentos dos autores a respeito dos elementos buscados, como a definição, características, requisitos e limites para reconhecimento dos movimentos e da identificação da filiação teórica de cada um deles. A fim de que fosse garantida a objetividade da classificação de acordo com cada referencial teórico, em uma tabela (a qual segue anexa – Anexo II) foram apontados os autores citados nos trabalhos, tanto aqueles com os quais há a concordância quanto aqueles dos quais se discorda. As análises foram realizadas ano a ano em relação a todos os periódicos e os dados colhidos foram organizados segundo o quadro que segue:

² Considerou-se como autores vinculados à área de Ciência Política aqueles que estivessem vinculados, como docentes ou discentes, a programas de pós-graduação ou unidades acadêmicas de Ciência Política. No caso de haver mais de um autor, basta que um deles atenda ao critério.

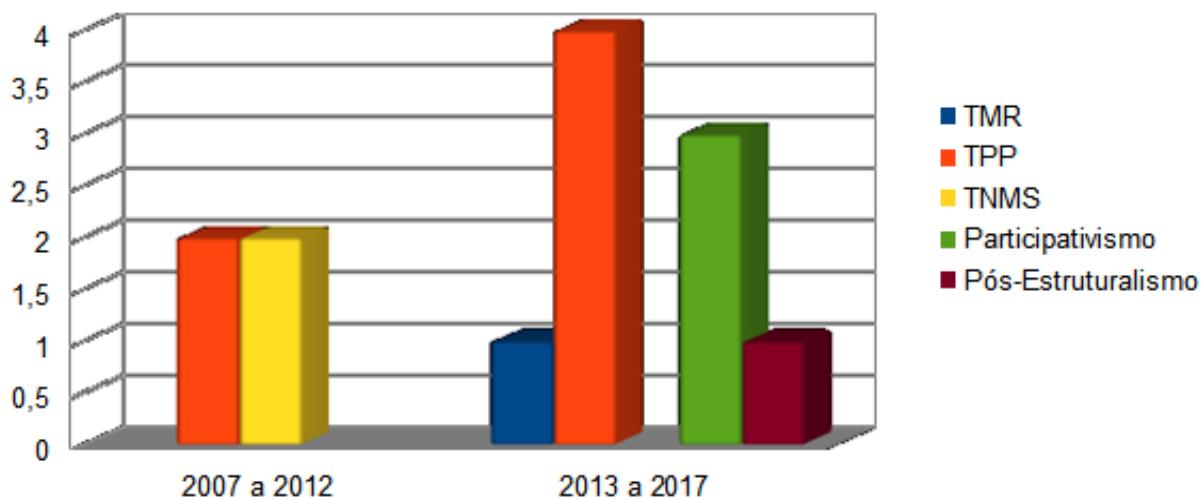
Quadro 3.4 – Demonstrativo de referenciais teóricos adotados nas publicações pesquisadas

Ano	Teoria Predominante
2007	TPP
2007	TNMS
2010	TNMS
2012	TPP
2013	Nenhum
2013	TPP
2014	Participativismo
2014	Pós-estruturalismo
2014	Participativismo
2015	TMR
2016	TPP
2016	Nenhum
2016	TPP
2017	TPP
2017	Participativismo

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Considerando os dados coletados, os mesmos foram consolidados no período anterior ao mês de junho de 2013 e naquele posterior a essa data a fim de que pudesse ser determinado o referencial teórico predominante em cada um desses recortes, com resultado de acordo com o que segue:

Gráfico 3.1 - Comparativo dos referenciais teóricos utilizados entre os períodos



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 3.5 – Distribuição de referenciais teóricos adotados nas publicações pesquisadas por períodos

Período/Teoria	TMR	TPP	TNMS	Participativismo	Pós-Estruturalismo	Nenhuma
2007 a 2012	0	2	2	0	0	0
2013 a 2017	1	4	0	3	1	2
Total	1	6	2	3	1	2

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Conforme se percebe pela tabela acima exposta, nos anos que antecederam os acontecimentos de junho de 2013 havia igualdade de adoção das Teorias do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Após o junho brasileiro, houve polarização entre a Teoria do Processo Político e o Participativismo³, cabendo ressaltar que no ano de 2014 a predominância foi para a adoção do

³ Por Participativismo entende-se a defesa do ideal de Democracia Participativa. Para a Teoria Democrática Hegemônica, o poder político deve ser organizado por meio de instituições que intermediariam a relação entre esse poder e os interesses privados dos indivíduos. Decisões legítimas seriam aquelas baseadas na vontade da maioria. Para a Teoria Democrática Deliberativa, as decisões coletivas sobre o exercício do poder são possíveis e necessárias para a legitimidade dos governos democráticos. Não abre mão dos processos próprios da organização das sociedades, mas afirma que a decisão desse governo tem que ser sustentada pela deliberação de indivíduos racionais e fóruns amplos de debate e negociação. A deliberação deixa de ser uma agregação de preferências para

Participativismo, enquanto que o ano de 2016 aponta aumento expressivo da adoção da Teoria do Processo Político.

3.1.1. Total de artigos publicados sobre movimentos sociais

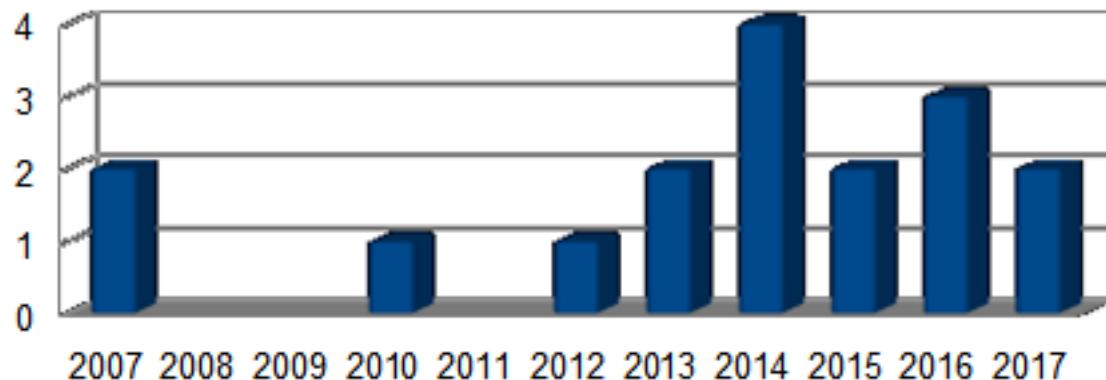
A análise preliminar dos artigos⁴ examinados permite que seja possível perceber que junho de 2013 apresentou impacto significativo na produção a respeito de movimentos sociais. Conforme se percebe pela análise do gráfico que segue, a distribuição de publicações ao longo do período delimitado não foi regular, tendo havido aumento significativo do número bruto de publicações a partir do ano de 2013.

transformar-se em auxílio à própria formação da vontade dos cidadãos por meio de processo de comunicação em espaços públicos. Ao que parece, apesar de haver ainda a decisão como fase final do processo, há deslocamento da centralidade, que antes era da decisão, para a deliberação.

Na versão Habermasiana (HABERMAS, 1994) haveria a monitoração do exercício do poder político e seriam opostas pressões em relação aos problemas que fossem notados. Dessa forma, a opinião pública não poderia reger o sistema administrativo, mas poderia direcioná-lo, na medida em que somente seriam legítimas as decisões que seguissem a vontade coletiva. A crítica que se faz a essa versão é a de que ela agiria apenas reativamente. Para Cohen (1997) a ideia de Habermas leva à dissolução da soberania popular na medida em que pressupõe que as pressões sejam realizadas de forma reativa e dentro dos limites que estariam impostos por aquilo que estivesse sendo feito no âmbito da administração. Apresenta o modelo da *Poliarquia Diretamente Deliberativa* em que o governo legítimo deveria permitir e encorajar participação, ainda que trate de assunto que esteja fora da agenda normal, com a avaliação das propostas oferecidas, além de oferecer ocasiões institucionalizadas para essa participação. A noção de esfera pública de Cohen difere da proposta por Habermas em razão de este entender a esfera pública como espaço institucionalizado enquanto aquele a admitir ainda que em outros espaços, sendo identificada quando há a intenção efetiva de solução de problemas. Bohman (BOHMAN, 1996), assim como os anteriores, entende a deliberação como pressuposto da democracia. Difere dos demais em razão de pressupor diálogo e cooperação. Identifica o sucesso da deliberação pela continuidade da cooperação entre os atores ainda que não haja entre eles concordância. Os participantes têm de reconhecer que contribuíram e influenciaram aquela decisão política, mesmo que não seja a desejada por eles. Abandona a ideia de opinião pública informal e propõe a formalização da soberania popular por meio da regra da maioria, mas desde que seja resultante de processo participativo justo e aberto, com a possibilidade de exposição de razões acessíveis a todos. Para melhor entendimento das Teorias Democráticas Participativas, pesquisar (TAVARES, 2012).

⁴ Agradeço a colaboração de Francisco Tavares e Ian Caetano em relação ao encaminhamento dos dados relativos à análise dos artigos no período de 2007 a 2013, o que facilitou a pesquisa desenvolvida nessa fase preliminar.

Gráfico 3.2 – Comparativo do total de artigos publicados sobre movimentos sociais entre 2007 e 2017



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 3.6 – Número de artigos publicados a respeito de Movimentos Sociais ao longo dos anos considerados.

Ano	Nº artigos Considerados
2007	2
2008	0
2009	0
2010	1
2011	0
2012	1
2013	2
2014	4
2015	2
2016	3
2017	2

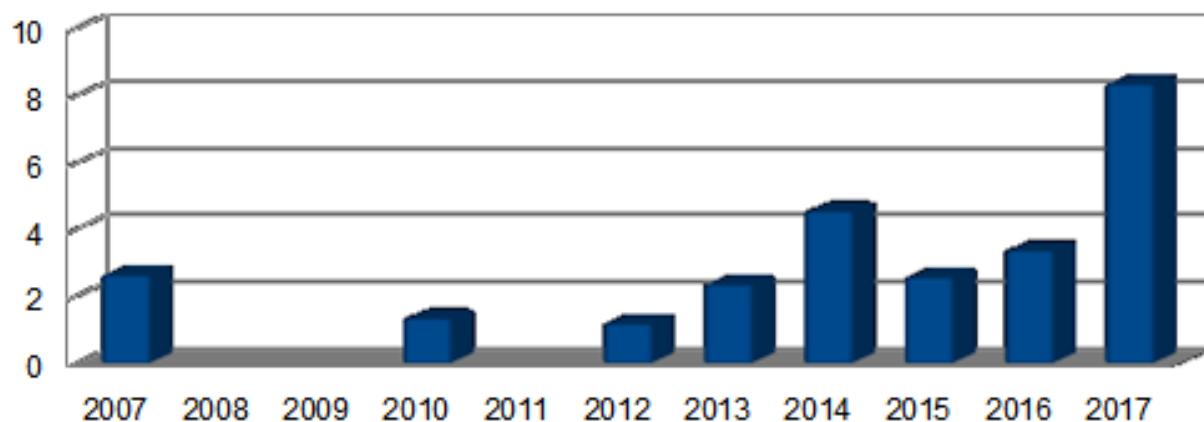
Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.1.2. Percentual de artigos publicados sobre movimentos sociais em relação ao total de publicações

Estabelecendo-se relação entre o total de publicações e o quantitativo delas que tratavam de Movimentos Sociais nas revistas de extrato A1, é possível perceber que os anos que sucederam 2013 sempre apresentaram percentual superior àqueles apresentados nos anos anteriores a esse

marco. Interessante notar ainda que salto significativo ocorreu no ano de 2014, mas que o ano de 2017 apresentou o maior percentual.

Gráfico 3.3 – Total de artigos publicados sobre movimentos sociais em relação ao total de publicados



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 3.7 – Participação dos artigos relacionados a Movimentos Sociais em relação ao total de publicações das revistas A1.

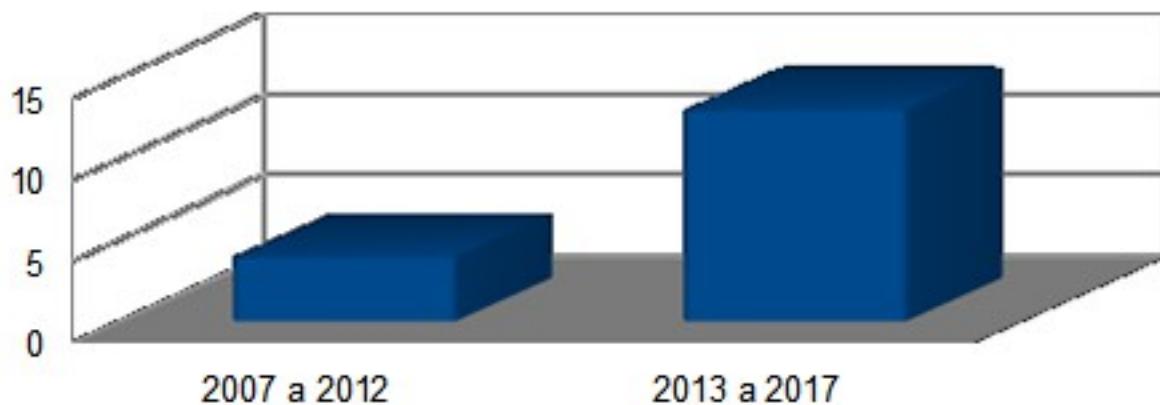
Ano	Percentual (%)
2007	2,63
2008	0,00
2009	0,00
2010	1,33
2011	0,00
2012	1,19
2013	2,35
2014	4,55
2015	2,56
2016	3,37
2017	8,33

Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.1.3. Comparativo entre os períodos de 2007 a 2012 e 2013 a 2017

Comparando-se os períodos de 2007 a 2012 e o de 2013 a 2017, há aumento nominal de 4 artigos a respeito de Movimentos Sociais para 13 tratando da mesma matéria, representando percentual de 225% de crescimento.

Gráfico 3.4 - Comparativo da variação no número de publicações entre os períodos



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 3.8 – Comparativo entre períodos da variação do número de publicações a respeito de Movimentos Sociais.

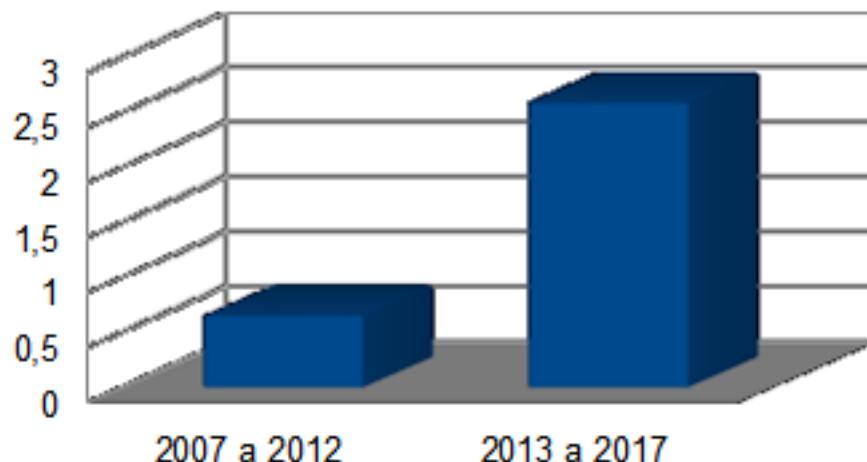
Período	Número de artigos
2007 a 2012	4
2013 a 2017	13
Variação (%)	225

Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.1.4. Comparativo entre médias anuais

Considerando-se que os períodos compreendem número de anos distintos - o que poderia comprometer a comparação – interessante notar a diferença entre a média anual de publicações dentro de cada um desses recortes temporais. De acordo com os dados, enquanto no período de 2007 a 2012 a média anual de publicações foi de 0,66 artigos por ano, no recorte de 2013 a 2017 a média foi de 2,6 artigos por ano a respeito do tema Movimentos Sociais.

Gráfico 3.5 – Comparativo da média anual de publicações a respeito de movimentos sociais entre os períodos (média por ano)



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Quadro 3.9 – Comparativo da média anual de publicações a respeito de Movimentos Sociais entre períodos.

Período	Média por ano
2007 a 2012	0,6666666667
2013 a 2017	2,6
Variação(%)	290

Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.2. Análise dos dados

Conforme explanado quando da introdução à presente Dissertação, o Capítulo III se propõe a, além de apresentar os dados que foram colhidos ao longo da pesquisa, confrontá-los com os questionamentos suscitados no Capítulo I. O desafio será o de interpretar esses dados sob a luz das construções e suposições feitas em campo teórico a fim de elucidar dúvidas e confirmar certezas que até aquele momento puderam ser estabelecidas.

3.2.1. A quem interessa o Paradigma?

Conforme concluiu-se no Capítulo I, a Ciência Política poderia ser considerada ciência, sob a ótica de que a avaliação da científicidade deveria seguir as especificidades de cada campo do saber. Agir de forma diferente e aplicar a todos os campos as mesmas regras, desconsiderando suas diferenças intrínsecas, contrariaria o espírito de científicidade. Sendo ciência, seria ainda pré-paradigmática, ou seja, ainda não existiriam Paradigmas em Ciência Política sendo as revoluções tratadas por autores como Gooding (2009) apenas mudanças de agenda de pesquisa.

A este respeito, cingindo-se a análise à produção científica dos períodos anteriores e posteriores a junho de 2013 e que tem como tema Movimentos Sociais, seria possível confirmar a percepção de que a Ciência Política ainda não teria atingido o estágio de Ciência Normal, em que as pesquisas anteriores servem como base para aquelas que se seguiriam. Com efeito, as discussões demonstram que, apesar da tentativa de aproximação da teoria aos fatos - em forma de teste que buscara sua confirmação ou falsificação - não há entre os estudiosos qualquer consenso em relação a qual a teoria que devesse ser utilizada para tanto. A este respeito verifique-se a quantidade de teorias a respeito de Movimentos Sociais e as discrepâncias entre elas, sendo todas aplicadas aos mesmos fatos, especialmente nos casos que tratam especificamente do junho brasileiro. O objeto de estudo são as manifestações, mas teorias alistadas e consequentemente os pontos de partida são sempre distintos. Desta forma, a possibilidade de aprofundamento e detalhamento dos fenômenos é dificultada, sendo sempre necessária a explicação pormenorizada de tudo o que se busca avaliar e a comprovação específica de cada conclusão alcançada no trajeto até que o problema principal que se buscava estudar possa ser enfrentado. Importante salientar que esta maior dificuldade percebida em uma ciência pré-paradigmática não deve ser interpretada de forma negativa em um campo como a Ciência Política, já que é exatamente esta necessidade de explanação que garantiria que o impulso de simplificação e generalização - já amplamente discutidos e condenados sob a visão de Bachelard (1999) e Bourdieu (2011), por exemplo – seja refreado.

Com efeito, a análise dos dados - especialmente em relação ao referencial teórico adotado nas produções científicas - parece confirmar ainda mais a hipótese de a Ciência Política ainda ser pré-paradigmática. A variedade de teorias e a oscilação da aplicação delas ao longo dos períodos considerados assemelham-se mais às situações pré-paradigmáticas do que àquelas de Ciência Extraordinária já que não há entre estes textos a ligação de forma a tentar afirmar ou

negar alguma das propostas, mas uma falta de acordo total entre as pesquisas que mais se assemelharia a um total isolamento entre elas.

3.2.2. As barreiras se romperam. E agora?

As discussões a respeito deste questionamento ao longo do Capítulo I demonstraram haver entre as percepções aparentemente distintas de Kuhn, Bachelard, Bourdieu e Gramsci muito mais semelhanças do que diferenças. A noção central da percepção de todos eles em relação às autoridades científicas é a de que buscariam controlar as ideias.

Para Thomas Kuhn a existência de autoridades é fundamental para o desenvolvimento de uma ciência, já que a possibilidade de garantir a estabilidade dela por meio da seleção e proteção do Paradigma vigente contribuiria para que a competição entre concepções distintas – própria do período pré-paradigmático - fosse substituída pela maior eficácia das pesquisas. Desta forma, as tentativas de suplantação do Paradigma existente por um novo teriam de passar pelo crivo das autoridades científicas do campo que, tendo contato com a percepção anterior e sendo apresentadas à nova ideia, ou seja, tendo participado de todo o processo de transição entre elas, teriam condições de julgar ainda que diante do dilema da incomensurabilidade. Essas autoridades têm a responsabilidade de definir, inclusive e principalmente, quais os problemas que seriam considerados importantes para o campo a ponto de que sua resolução significasse tanto a ponto de modificar o Paradigma adotado até então.

Apesar de não haver Paradigmas em Ciência Política, a forma de atuação das autoridades – aqui entendidas como aquelas que procedem à seleção dos artigos que serão publicados nas revistas de mais alto estrato – parece encaixar-se no mecanismo descrito por Thomas Kuhn como sendo o de controle do campo por meio dos filtros dos problemas que devam ser considerados importantes. A análise da produção científica nestes periódicos nos períodos anteriores e posteriores a junho de 2013 aponta para aquilo que já havia sido percebido por Tavares e Oliveira (2016) em seu artigo. Os Movimentos Sociais não eram considerados pelas autoridades como problemas importantes a serem discutidos, sendo mantidos à margem da produção nas revistas A1. Tal entendimento sofre alteração após o junho brasileiro e, depois deste marco, uma porcentagem cada vez mais representativa de estudos a respeito deste tema passa a ser publicada. Diga-se que, apesar de Junho de 2013 ter sido o marco, as produções a

respeito do tema Movimentos Sociais não se cingiram a este fato específico. A leitura dos artigos que passam a ser publicados com esse assunto de interesse demonstra que apesar de os fatos ocorridos em junho terem possibilitado maior número de artigos desta linha de pesquisa, a grande maioria deles não trata especificamente deste assunto.

Gaston Bachelard apresenta sua percepção de que os obstáculos à cultura científica se dariam em pares, sendo a primeira representada pelo espírito formador - que, com viés questionador, buscara a transformação do campo – e a segunda representada pelo espírito conservador – que buscara apenas a confirmação de sua tese, ou seja, a proteção à sua invenção.

A análise dos dados colhidos permite duas percepções que, aparentemente parecem antagônicas, mas encontram-se em um ponto muito específico, qual seja, a comprovação da tese de Bachelard. Os artigos que passam a ser publicados a partir de junho de 2013 poderiam ser percebidos como o espírito formador que, enfrentando as dificuldades de publicação em periódicos que privilegiam assuntos considerados centrais para a Ciência Política, passam a ocupar maior espaço e ganham maior notoriedade. No entanto, o olhar mais acurado permite perceber que carregariam, ao mesmo tempo, o espírito conservador, uma vez que, com exceções, não se revestiram do caráter questionador próprio do espírito formador, utilizando a oportunidade apenas para a comprovação de seu ponto de vista. Com efeito, as teorias alistadas são todas pré-existentes e não sofreram qualquer adaptação ao novo momento, mas apenas mantiveram-se estanques para o fortalecimento ou tentativa de reabilitação de ideias que não vinham encontrando lugar nas discussões científicas.

Esta constatação permite perceber que, apesar de ter havido um giro científico em direção ao estudo de Movimentos Sociais, não parece ter sido acompanhado por qualquer alteração na teoria ou na metodologia utilizados para a pesquisa a este respeito. Com efeito, contrariando as possibilidades de complexificação - tão celebradas por ocasião da percepção de que a Ciência Política é pré-paradigmática – os autores retrocederam em direção à simplificação e generalização dos fenômenos para apenas aplicar as teorias e métodos que já vinham utilizando anteriormente.

Conforme Jaumont e Veriani (2016), é necessário superar o processo de servidão intelectual⁵ que estaria presente entre os pesquisadores da América Latina em relação aos

⁵ A este respeito verificar FALS BORDA (1987, p. 37).

considerados centros de produção do conhecimento, bem como a dependência acadêmica⁶ - que vincula a seriedade da pesquisa à citação de teorias produzidas nestes referidos centros. Para os autores, os métodos e técnicas de pesquisa deveriam adequar-se à situação específica investigada, podendo e devendo variar ao longo do processo a fim de atender as condições locais e de acordo com as reavaliações constantes que devem ocorrer. Mas o que parece ter ocorrido em relação a junho de 2013 é ainda mais grave. Para além desta servidão intelectual e dependência acadêmica - também presentes nos textos publicados - houve algo como um egocentrismo acadêmico, em que nada além do que já vinha sendo feito pelos próprios pesquisadores foi realizado.

Mais uma percepção pode ser depreendida a partir dos dados a respeito das autoridades científicas. Pierre Bourdieu traz a noção de que os processos de avaliação dizem mais sobre o avaliador do que sobre o avaliado, uma vez que os primeiros é que estariam tentando impor uma visão de mundo específica. A fim de que um trabalho pudesse ser julgado científico, deveriam estar presentes duas visões, quais sejam, a objetivista – permitindo que se compreenda o mundo em que se vive – e a perspectivista – dando a entender a lógica desta compreensão. Em resumo, deve haver cautela para questionar o posicionamento de alguém com o lugar que essa pessoa ocupa. Neste sentido alerta para a chamada *communis doctorum opinio*, ou seja, para as manifestações dos mestres canônicos que, buscando afastar todos aqueles que possam ameaçar o campo, normalizam o conhecimento – muitas vezes já ultrapassado – por meio de obras que contribuem para a reprodução do que desejam manter. Assim, ainda que exista um grande distanciamento entre aquilo que se pensa e aquilo que se publica, o segundo prevalece a fim de que possam ser atendidas as intenções de manutenção do mercado que assegura seu valor.

O grande avanço do número de artigos publicados a respeito de Movimentos Sociais, bem como o aumento sensível do percentual destas publicações sobre o total dos artigos nos periódicos considerados parece confirmar a percepção de Bourdieu. Apesar de os avaliadores das revistas parecerem não ser simpáticos a artigos que tenham como tema os Movimentos Sociais – o que se depreende do número insignificante de artigos a respeito deste assunto antes de junho de 2013 -, o interesse do mercado pode justificar a abertura.

⁶ A este respeito ver BEIGEL (2011).

Avançando ainda um pouco mais, seria possível supor ainda que a escolha dos artigos e os referenciais teóricos que ostentam, apresentando em sua maioria posicionamentos já antes defendidos e – com raras exceções - sem grande viés rupturista, poderiam representar a opinião comum dos doutores a criticar a forma como as manifestações se dão e a apontar para um horizonte de maior aproximação com o Estado.

Antonio Gramsci trata de forma direta a função dos intelectuais, que seria a de dar homogeneidade a um grupo social, garantindo que os dominados permaneçam nesta condição. Agiriam por meio do consenso, quando isso seja possível, ou por meio da lei quando a primeira forma não seja suficiente.

Aplicando os dados colhidos a esta percepção gramsciana, seria possível supor que o aumento do número de artigos a respeito de Movimentos Sociais seria a tentativa de discutir o assunto em momento de agitação social e, a um só tempo, dar voz aos pontos de vista menos rupturistas para garantir o consenso, bem como normalizar o que se poderia ser considerado legítimo e o que se julga ilegítimo.

3.2.3. Reação rápida ou conservacionismo?

Bachelard e Bourdieu parecem convergir quando tratam da necessidade de distanciamento dos fenômenos a ponto de ser possível que sejam compreendidos em seu contexto como parte de um fluxo maior e não como um fato isolado que, erroneamente, termina por ser generalizado a ponto de que as contradições entre coisas distintas pudessem ser superadas. A fim de que esse erro não seja cometido, levando a resultados pouco ou nada científicos, necessário o distanciamento e a busca pelas especificidades do que se estuda. O caminhar do “como” para o “por quê”, ou seja, menos descrições e mais análises contextualizadas.

Bourdieu trata especificamente das Ciências Sociais para criticar a postura de integrantes do campo que, a fim de que pudessem obter vantagens em relação aos demais, apresentariam hipóteses pouco científicas para os acontecimentos críticos de forma que sua leitura de mundo pudesse ser adotada como a correta. Em detrimento do cientificismo – que exigiria distanciamento e aprofundamento da análise – privilegiariam a visibilidade social e reputação, causando as grandes diferenças entre as produções ditas científicas.

Analisando os dados colhidos percebe-se que o ano de 2014 apresentou o primeiro pico de publicações a respeito do tema Movimentos Sociais. Analisando os artigos publicados a fim de

que fosse possível perceber se tratavam do junho brasileiro, percebe-se que das quatro publicações, metade delas tratou do fato, tendo apenas uma aprofundado um pouco mais seu estudo, mas em um contexto mais alongado partindo da onda de protestos iniciada em 2011 com a chamada “Primavera Árabe”. O junho brasileiro parece ter sido utilizado como “acontecimento crítico” a impulsionar publicações a respeito do tema Movimentos Sociais, sem que tenha havido o enfrentamento real a respeito do fenômeno que causou a abertura dos periódicos a estes tipos de artigos. Mas a constatação mais importante parece ser a de que, conforme antes já mencionado, os artigos publicados a partir de junho de 2013 não apresentaram mudanças teóricas ou metodológicas. Se houve alteração nos referenciais teóricos predominantes, a mudança deu-se de forma que houvesse aumento do número de trabalhos que se filiavam a correntes distintas, mas já existentes. Não houve mudança efetiva de referenciais ou métodos, mas apenas a superação do predominante por outro que antes era minoritário.

Voltando a Bourdieu, apesar de os primeiros artigos não tratarem especificamente do junho brasileiro - o que poderia ser comemorado sob a hipótese de que ainda estaria havendo o amadurecimento em relação aos fatos – os demais trabalhos publicados posteriormente não conseguiram avançar em direção a algo novo. A Ciência Política não parece ter buscado entender as especificidades do ocorrido, mas tentou simplificar e generalizar a realidade encontrada a fim de que pudesse ser adaptada às antigas teorias de que já se utilizava. Extrapolando a análise dos dados colhidos na presente pesquisa como forma de comprovar a percepção aqui exposta, grandes expoentes do campo como Leonardo Avritzer⁷, Ricardo Fabrino Mendonça⁸ e Vanderlei Guilherme dos Santos⁹, questionados a respeito do junho brasileiro lançaram explicações excludentes entre si e que se fundavam nas teorias que já vinham sendo por eles utilizadas há tempos, reforçando a teoria do egocentrismo acadêmico já acusada anteriormente.

A forma de ação (ou reação) dos cientistas políticos poderia ser analisada sob a luz de Bourdieu em duas situações distintas, mas igualmente criticáveis. Seria esta uma forma de resposta rápida aos fenômenos percebidos a fim de que não perdessem a oportunidade de serem

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-as-manifestacoes-no-brasil-nos-dizem-1313.html>

⁸ <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-defesa-da-radicalizacao-democratica-4182.html>

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/revista/783/vem-pra-rua-voce-tambem-462.html>

ouvidos a respeito de fatos de grande repercussão social ou apenas a vontade de que estes mesmos fatos notáveis fossem utilizados para a comprovação das teses que defendem?

3.2.4. O que deve ser objeto de estudo?

A respeito da responsabilidade das autoridades científicas em relação ao campo que representam muito já foi dito. Seja em relação à formação dos novos cientistas ou à seleção dos problemas que são considerados importantes, suas escolhas afetam a Ciência. De forma semelhante e igualmente importante estaria a responsabilidade de registrar a forma como a ciência e as ideias se desenvolvem, permitindo que os novos cientistas possam trilhar estes caminhos para contribuírem com o desenvolvimento do campo.

Para a correta apreensão desse caminho, essencial a percepção do contexto em que se desenvolvem as ideias, tanto em relação ao que foi acrescido quanto em relação aos obstáculos que tiveram que ser superados para tanto, uma vez que a noção de acúmulo de contribuições das ciências antigas em relação à atualidade não mais prospera. Desta forma, situar cada ideia em seu próprio tempo e contexto se faz necessário.

Quentin Skinner (1978) propõe que o estudo das ideias passe pela identificação das perguntas que buscavam responder e qual sua posição frente ao posicionamento dominante nos debates que ocorriam à época em que escrevia. A História passa a fazer parte da interpretação para auxiliar na compreensão do que os autores buscaram transmitir e de que forma esse significado deve ser apreendido atualmente. Para Skinner a importância da teoria política seria tal que a prática da vida política estaria em constante tentativa de se adequar ao que era proscrito a fim de que pudesse ser considerada legítima. Em resumo, para o autor o estudo do vocabulário de uma determinada época poderia demonstrar como o comportamento político era influenciado pela teoria política.

Para Ellen Wood (2008), no entanto, o contexto social a ser analisado seria mais complexo, aproximando-se da noção de Bourdieu de que cada momento histórico está incluído em um processo maior e que possui um contexto social subjacente. Compreender as ideias pressupõe saber qual o problema específico que enfrentavam e em quais circunstâncias históricas e qual contexto social surgiram. É dizer, para a completa apreensão do que se diz, é importante saber qual o processo – portanto não apenas um recorte histórico, mas a visão mais completa do período em que produziram - que levou ao seu surgimento e quais as transformações sociais

eram propostas ou refutadas. Em sentido diametralmente oposto àquele defendido por Skinner (1978), Wood (2008) entende que seriam as relações sociais que influenciariam os intelectuais, razão pela qual é àquelas que direciona sua atenção.

Compulsando os dados e percebendo que somente a partir da efervescência das ruas é que o tema Movimentos Sociais e todas as demais palavras a ele correlatas tiveram maior entrada nas revistas de maior estrato acadêmico, seria possível supor que as ruas estariam realmente influenciando a academia. Que assim como o defendido por Wood (2008), seriam as relações sociais, os conflitos existentes que teriam impulsionado a discussão que passou a ter espaço onde anteriormente sua participação era insignificante. Tratando-se apenas dos vocábulos relacionados ao tema, a média anual de aparição de cada um dos termos após junho de 2013 variou de 180% no caso da palavra “confrontos” até 1011,76% no caso da palavra “protestos”, tendo todas as demais apresentado aumento em percentuais entre estes expostos. Com relação às pesquisas que foram aceitas nas revistas A1, encontrou-se um aumento de 290% da média anual de publicações a respeito de Movimentos Sociais, comparando-se o período de 2007 a 2012 com o período de 2013 a 2017. A média de publicações passou de 0,66 artigos por ano para 2,6 trabalhos ao ano depois do junho brasileiro.

Percebe-se ainda que houve aumento expressivo tanto do número de publicações (225%) quanto do percentual delas em relação ao total de artigos (497%) presentes nas revistas de estrato A1 quando comparado à situação anterior ao junho brasileiro. Com relação ao percentual, as publicações a respeito do tema saíram de média de 0,85% da participação do total de artigos publicados nas revistas A1 antes de junho de 2013 para 4,23% no período posterior, apresentando picos de 4,55% em 2014 e 8,33% em 2017. Os números de 2017 permitem supor ter havido a efetiva entrada do tema na agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira.

Em artigo recente publicado em livro que trata das seis décadas de atividade profissional da Ciência Política brasileira, André Marenco (2016) trata das agendas de pesquisa do campo ao longo das cinco décadas de pesquisa e produção científica e, apesar de ter cingido-se – e, razão de questões metodológicas – à análise de apenas um periódico, detectou variação importante de temas e a evolução dos mesmos no período. A conclusão a que chegou é a de que cada tema específico a presenta “configurações e ênfases distintas em diferentes momentos” (MARENCO,

2016, p. 155). Aproximando-se da análise por ele realizada, percebe-se que a ênfase a cada rótulo temático depende do momento histórico pelo qual passa o país. *Atores e ação coletiva* nos anos 1960 e 1970; *Instituições políticas*, que nos anos 1960 e 1970 tratava dos debates sobre o regime militar e sua forma de implantação passa a tratar sobre a transição política durante os anos de 1980 e, no final de 1990, passa a tratar sobre eleições e relações intergovernamentais; *Políticas públicas* que passa a aparecer no fim dos anos de 1970 com foco no que vinha sendo implementado pelos governos militares e mais recentemente passou a apresentar comparativos com programas de bem estar social, impactos de programas sociais, federalismo e políticas públicas; *Partidos e eleições* que estudava sobre os partidos da República de 1946, atualmente apresentam trabalhos sobre comportamento do eleitor, eleições para o legislativo e dinâmica da eleição presidencial; *Economia política* que estudava modelos de industrialização e distribuição de renda, após os anos 1990 passou a tratar de reformas econômicas (MARENCO, 2016, p.156).

O encontro destas duas pesquisas permite supor que a Ciência Política brasileira se debruça sobre o estudo dos temas que julga importantes a depender do momento histórico em que se encontre. É dizer que a importância de cada tema continua a ser ditada pelas autoridades do campo, assim como já vastamente discutido, e que o contexto social e político tem o condão de alterar essa hierarquização de assuntos, causando mudanças nas agendas de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Dissertação buscou-se, assim como Skinner (1978) e Wood (2008), valorizar o contexto para saber o que fazem os intelectuais quando escrevem sobre junho de 2013. Assim como os referidos autores, intentou-se entender a relação entre a vida política e a teoria. Mas o desafio foi o de, em vez de buscar compreender as ideias ou a realidade social, entender os próprios intelectuais.

Para Gramsci (1968) a função dos intelectuais vinha sendo a de manter o *status quo*, seja por meio do convencimento ou da imposição de leis àqueles que não se submetam. De acordo com o autor, a formação dos intelectuais se daria de forma mediada pelas instituições escolares, que identifica como sendo superestruturas das quais esses intelectuais seriam os prepostos do grupo dominante para a manutenção dessa dominação. (DURIGUETTO, 2014). Já a forma como Bourdieu (2011) descreve a relação entre os intelectuais e o campo de poder permite a visualização da questão como análoga a um comensalismo em que, sendo posição dominada entre os dominantes, os intelectuais reproduziriam a dominação a fim de que sua posição – dominante dentro do campo acadêmico – pudesse ser mantida, ou seja, seriam beneficiados por esta situação e a reproduziriam com esta finalidade. Para ambos os autores abordados a academia atuaria diretamente sobre os dominados, garantindo a manutenção desta situação sem que qualquer oposição surgisse ou que, em caso de surgimento, houvesse leis a aplacá-las.

O diagnóstico feito por Gramsci e Bourdieu dá conta de que, na realidade, o que ocorre é a manutenção da dominação. A relação entre os intelectuais e o mundo seria tal que balizaria desde a apatia por total inconsciência – garantida pelas formas de educação – até a contestação controlada pela suposta necessidade de legitimidade dos atos contestatórios. O contexto, portanto, seria reflexo da academia, aproximando-se do que propõe Skinner (1978). Se para Gramsci (1968), assim como para Bourdieu (2011), os intelectuais contribuiriam para a reprodução da dominação, seja para a manutenção do campo e de sua posição nele – sob a perspectiva deste – ou simplesmente para o benefício das elites – sob o ponto de vista daquele –, a conclusão a que se poderia chegar é a de que, para eles, assim como para Skinner (1978), é a academia que determina as ruas.

Para Skinner (1978) a relação seria a de busca de legitimidade, ou seja, a necessidade de busca de legitimação dos atos faria com que aqueles que desejassem atuar pautassem suas ações por aquilo que é julgado ou determinado como legítimo pela academia. O ponto em que a academia atua seria posterior àquele vislumbrado por Gramsci (1968) e Bourdieu (2011). Lá sequer haveria contestação. Aqui, ainda que venha a acontecer, estaria balizada por aquilo que a academia e, portanto, as elites, determinem como válido. Havendo início de consciência e o risco de sublevação, a academia faria o papel de estabelecer os limites entre o legítimo e o ilegítimo garantindo que, ainda que ocorresse contestação, a mesma cingir-se-ia aos limites do estabelecido pelos intelectuais. Neste ponto temos o retorno a Gramsci (1968) e Bourdieu (2011), para quem os intelectuais, visando a garantia da dominação, atuariam de forma a manter o “equilíbrio” que permite que ela permaneça.

Ainda que entendêssemos que seriam as relações sociais a orientar a ciência, sendo elas apenas reflexo de uma dominação bem exercida, nada de novo se imporia aos intelectuais, senão apenas a reafirmação das formas como a dominação prossegue.

Sob esta ótica, a hipótese de que junho de 2013 teria influenciado a academia parece contra intuitiva. Isto se daria, em especial, em razão do recorte realizado para a análise do que seria considerado Ciência Política para os fins desta Dissertação, qual seja, o dos periódicos de mais alta classificação pela CAPES, ou seja, a elite dentro do sistema classificatório, aqui considerado sob o enfoque bourdiesiano.

No entanto, retornando a Ellen Wood (2008), seriam as relações sociais que constituiriam o contexto e, portanto, os temas a serem abordados pelos intelectuais. Mas o desafio proposto pela autora é aquele que avança para além da mera descrição dos fatos, procurando desnudar as relações de dominação a fim de que possam ser conhecidas e enfrentadas.

De forma semelhante a sociologia reflexiva proposta por Bourdieu significaria que o objeto de análise deveria ser relacionado com o todo que há ao seu redor. Desta forma, uma organização não se explicaria pelas opiniões e aspirações individuais, mas, ao contrário, seria a apreensão da lógica de funcionamento desta organização que permitiria explicar essas opiniões, aspirações e atitudes individuais. Seria a estrutura das relações objetivas entre os pertencentes ao mesmo campo que determinaria o que poderiam ou não fazer, ficando assim determinado

pelo próprio campo o que seriam os objetos importantes e, por isso, dignos de atenção. Entendendo que a lógica da ação é produto do *habitus* no meio considerado, defendia que seria papel do intelectual a desnaturalização daquilo que passa como sendo natural e que, portanto, termina por manter imutável a situação de dominação, devendo haver vigilância constante por parte do intelectual em relação ao conhecimento produzido, buscando identificar tanto no cientista quanto no campo características que possam influenciar as pesquisas (SCARTEZINI, 2011).

Para ele, o fenômeno cultural dependeria das relações sociais e históricas em que ele se insere. Com efeito, para o autor deve-se analisar o texto e o contexto, mas entendendo o contexto como algo ainda mais complexo do que as relações sociais, incluindo ainda o universo intermediário do campo. As questões externas exerceriam influência sobre a estrutura interna, mas seriam mediadas pela estrutura do campo, ou seja, para Bourdieu, há uma relativa autonomia do campo em relação ao mundo. Ainda assim, haveria a possibilidade de mudança de posições, uma vez que as lutas internas seriam constantes e delas também dependeria a estrutura. Em resumo, a estrutura de um campo poderia ser subvertida em razão de sofrer influências, em maior ou menor grau, das lutas internas e da influência das lutas externas (THIRY-CHERQUES, 2006).

Resumindo as relações entre os intelectuais, a ciência e o contexto para Bourdieu, teríamos os intelectuais como partes de um campo acadêmico que somente indiretamente seria influenciado pelas lutas externas e que, portanto, serviriam à manutenção do *status quo* em razão dos benefícios próprios que dessa relação se seguiriam. Exercendo sua atividade de forma consciente, os eruditos deveriam se tornar homens políticos e, utilizando-se positivamente da ciência, contribuir para a mudança do contexto político por meio da ciência (Realpolitik).

Gramsci, por sua vez, identifica a necessidade de que o indivíduo social desenvolva uma concepção de mundo crítica a fim de que possa se tornar “o guia de si mesmo”. Neste sentido a função do intelectual orgânico seria a de, por meio de um projeto emancipador, atuar nos processos de formação dessa consciência crítica, superando o acriticismo do senso comum. Deveriam contribuir para a construção de uma concepção coerente entre o mundo e a ação, especialmente daqueles que identifica como sendo os “simples”, ou seja, seriam responsáveis

pela elaboração de uma contra-hegemonia. Por meio desse contato entre o intelectual e a massa, seria possível o progresso intelectual da massa e não apenas concentrado em pequenos grupos (DURIGUETTO, 2014). Para tanto, os intelectuais deveriam abandonar a interpretação do mundo e seguir em direção às tentativas de transformá-lo.

A relação entre os intelectuais, a ciência e o contexto para Gramsci seria aquela segundo a qual os intelectuais atuariam para a manutenção da dominação por meio do exercício das atividades subalternas da hegemonia. A contribuição que poderiam dar ao mundo seria a de, auxiliando na construção de uma consciência crítica entre as massas, permitir que uma contra hegemonia pudesse ser criada e, com ela, a emancipação dos dominados.

Em verdade, parece ser possível identificar nos autores situações distintas: A primeira seria um diagnóstico da realidade. A segunda um vir-a-ser ideal.

Com relação ao diagnóstico, teríamos a percepção de um ciclo de manutenção do *status quo* por meio do desenvolvimento natural da reprodução, tendo como prepostos – nas palavras de Gramsci – ou fração dominada da classe dominante – no caso de Bourdieu – os intelectuais. O fluxo aqui se manteria da academia para o mundo apenas para a manutenção dessa situação, sem que as relações sociais ou as lutas externas exercessem sobre ela qualquer influência.

Com relação ao vir-a-ser ideal, a consciência de suas responsabilidades pelos intelectuais diante da dominação – conforme proposto por Gramsci, Bourdieu e Wood – tornaria insustentável aos intelectuais permanecerem inertes em defesa da dominação. O fluxo seria em dois sentidos: do mundo para a academia – com a realidade social e histórica sendo tratada pelos intelectuais como objeto importante de estudo – e da academia para o mundo – com os intelectuais contribuindo para a construção de uma consciência crítica libertadora. Aqui poderíamos aproximar Karl Marx e Thomas Kuhn sob argumentos similares e entender que seria o próprio desenvolvimento da academia que levaria à sua completa destruição e renascimento e, com ela, a da dominação em si.

A análise dos dados nos permitiu perceber que se havia equilíbrio entre a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais antes de junho de 2013, após esse marco houve alteração no referencial teórico predominante, com maior número de textos que se apoiam na Teoria do Processo Político, mas com o aparecimento de número quase igual de

trabalhos apoiando-se no Participativismo, retorno da Teoria da Mobilização de Recursos e até mesmo pesquisas sem que qualquer das teorias tenha sido alistada. E, o mais interessante, notar que nada de novo foi trazido à discussão, mas que ainda estamos utilizando para fatos novos os modelos antigos, alimentando o egocentrismo acadêmico ou apenas reagindo impulsivamente ao que é apresentado para análise.

O aumento do número de publicações a respeito do tema demonstra a permeabilidade da Ciência Política a determinado assunto a depender do apelo que possa apresentar. Saber se essa abertura das revistas A1 para a discussão de Movimentos Sociais será perene ou se, passado o período de efervescência, a participação dos artigos que tratem do tema voltará aos seus patamares anteriores é objeto para estudos posteriores.

Outras respostas ainda poderão ser buscadas em trabalhos posteriores, como a pesquisa a respeito de ter havido aumento do número de submissões a respeito de Movimentos Sociais nos mesmos períodos, como forma de se avaliar se houve aumento da relação entre o número de submissões a respeito do tema e o de publicações. Esta análise permitiria confirmar duas hipóteses: ter havido o aumento do interesse dos pesquisadores a respeito de Movimentos Sociais e de ter havido a abertura real destas revistas ao assunto.

Seria interessante ainda acompanhar a evolução destas publicações a fim de que se possa verificar se haverá mudança na utilização de métodos e técnicas de pesquisa para avaliação de junho de 2013, já que as que foram utilizadas até o momento não apresentaram qualquer novidade em relação ao que já vinha sendo utilizado.

Resta notar que a premência do acompanhamento destes dados é grande até em razão da rapidez com que as mudanças têm ocorrido nesta área. Se o trabalho de Tavares e Oliveira (2016) havia detectado a pouca abertura das revistas de mais alto estrato ao tema Movimentos Sociais, a que ora se desenvolveu apresentou número que, no ano de 2017, representaram 8,33% do total de publicações naquelas classificadas como A1.

Se ainda há várias respostas que poderiam ser buscadas com base em formato de pesquisa semelhante, e que poderão reforçar ou refutar o que foi neste trabalho realizado, conclui-se que o que se buscava perquirir por meio da pesquisa levada a efeito, pode ser respondido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel A. Political Theory and Political Science. **American Political Science Review**, v. 60, n. 4, p. 869-879, 1966.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, set./dez. 1993.

BACHELARD, Gaston. **A formação do novo espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BEIGEL, Fernanda. Academic Dependency. **Global Dialogue**, v. 2, n. 2, nov. 2011.

BOHMAN, James. **Public Deliberations**: Pluralism, Complexity, and Democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Tradução Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

COHEN, Joshua. Deliberation and Democratic Legitimacy. In: BOHMAN, James; REHG, William (ed.). **Deliberative Democracy**: Essays on Reason and Politics. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 67-92.

DRYZEK, John S. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 487-492, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

EASTON, David. The Future of the Postbehavioral Phase in Political Science. In: MONROE, Kristen Renwick (ed.). **Contemporary Empirical Political Theory**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 13-46.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia própria y colonialismo intelectual**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

GOODIN, Robert E. The State of the Discipline, The Discipline of the State. In: _____. **The Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 3-57.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HABERMAS, Jurgen. Three Normative Models of Democracy. **Constellations**, v. 1, n. 1, p. 1-10, dez. 1994.

HEMPEL, Carl G.; OPPENHEIM, Paul. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of Science**, v. 15, n. 2, p. 135-175, abr. 1948.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter; ____; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores, V. XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 117-161.

JAUMONT, Jonathan; VERSIANI, Renata. Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 97-110, nov. 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. **Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa**. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979.

MARENCO, André. Cinco décadas de Ciência Política no Brasil: Institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, Leonardo; BRAGA, Maria do Socorro; MILANI, Carlos (Org.). **A Ciência Política no Brasil (1960-2015)**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. [PÁGINAS].

MARX, Karl. **Marx to Ruge**. Letters from the Deutsch-Französische Jahrbücher. Kreuznach, September 1843. Disponível em:
http://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09.htm. Acesso em: 06 fev. 2016.

MONROE, Kristen R. Paradigm Shift: from Rational Choice to Perspective. **International Political Science Review**, v. 22, n. 2, p. 151-172, 2001.

NAGEL, Ernest. **La estructura de la ciencia**: problemas de la lógica de la investigación científica. Barcelona: Paidós, 1974.

PASTELLI, Vittorio. **As ciências sociais e a epistemologia das ciências naturais de Thomas Kuhn**: empréstimos e adaptações. 1992. Disponível em:
https://www.academia.edu/12469737/Thomas_S._Kuhn_e_as_Ci%C3%A3ncias_Sociais. Acesso em: 31 abr. 2016.

REIS, Fábio Wanderley. **Avaliação das ciências sociais**. Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. Rio de Janeiro: FGV, 1993. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/csociais.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SAITO, Fumizaku. “Continuidade” e “descontinuidade”: o processo da construção do conhecimento científico na história da ciência. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 39, p. 183-194, jan./jun. 2013.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, n. 14/15, p. 25-38, 2011.

PIROZELLI, Paulo; SIMONI Jr., Sérgio; SILVA, Fábio Lacerda M. Reflexões epistemológicas sobre a Ciência Política brasileira. In: ENCONTRO DA ABCP, 8., 2012, Gramado-RS. **Anais...** Gramado: ABCP, 2012. p. 1-25.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: _____. **Visions of Politics**. Volume 1: Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 57-89.

_____. **The Foundations of Modern Political Thought**. Volume 1: The Renaissance. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 9, p. 39-70, dez. 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano de Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Abr 2016, no.19, p.11-45.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: the theory in practice. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006.

TRUMAN, David. Disillusion and Regeneration: the Quest for a Discipline. **American Political Science Review**, v. 59, n. 4, p. 865-873, 1965.

WEINBERG, Steven. Against Philosophy. In: _____. **Dreams of a Final Theory**: The Scientist's Search for the Ultimate Laws of Nature. New York: Vintage Books, 1992. p. 166-190.

WOOD, Ellen Meiksins. **Liberty and Property**: A Social History of Western Political Thought from the Renaissance to Enlightenment. London: Verso, 2012.

_____. **Citizens to Lords**: A Social History of Western Political Thought From Antiquity to the Middle Ages. London: Verso, 2008.

ANEXOS

Anexo I

Anexo II